

Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento

O NORDESTE E O NOVO CICLO  
DE INVESTIMENTOS



Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento

O NORDESTE E O NOVO CICLO  
DE INVESTIMENTOS

Realizado em Fortaleza, Ceará, em 19 e 20 de julho  
de 2007 no Centro de Treinamento do Banco do  
Nordeste

Fortaleza  
Banco do Nordeste do Brasil  
2008

**Banco do  
Nordeste**



**Presidente**

Roberto Smith

**Diretoria**

João Emílio Gazzana

Luiz Carlos Everton de Farias

Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa e Silva

Oswaldo Serrano de Oliveira

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Pedro Rafael Lapa

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)**

**Superintendente:** José Sydrião de Alencar Júnior

**Ambiente de Comunicação Social**

José Maurício de Lima da Silva

**Editor:** Jornalista Ademir Costa

**Normalização Bibliográfica:** Paula Pinheiro da Nóbrega

**Revisão Vernacular:** Antônio Maltos Moreira

**Diagramação:** Vanessa Teixeira

**Internet:** [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)

**Cliente consulta / Ouvidoria:** 0800 728 3030

F692f Fórum BNB de Desenvolvimento (2007 : Fortaleza, CE)

O Nordeste e o novo ciclo de investimentos : Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento, Fortaleza, Ceará, 19 e 20 de julho de 2007 / Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

202p. : il. ; cm.

Evento realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil.

1. Desenvolvimento Econômico do Nordeste. I. Banco do Nordeste do Brasil. II. Título: Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento.

CDD: 338. 9 813

### **Conselho Editorial**

José Sydrião de Alencar Júnior  
Francisco das Chagas Farias Paiva  
José Maurício de Lima da Silva  
Ozeas Duarte de Oliveira  
José Maria Marques de Carvalho  
Maria Odete Alves  
Biágio de Oliveira Mendes Júnior  
Paulo Dídimo Camurça Vieira  
Ademir da Silva Costa



## SUMÁRIO

### **SESSÃO DE ABERTURA ..... 11**

#### **Composição da Mesa:**

Pedro Rafael Lapa – Diretor de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Paulo Hamilton Maia – Representante da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec)

### **PAINEL I: A QUESTÃO ENERGÉTICA DO NORDESTE ..... 15**

#### **Presidente de Mesa:**

Pedro Rafael Lapa – Diretor do BNB

#### **Expositores:**

José Geraldo Eugênio de França – Diretor Executivo – Embrapa

João Augusto de Araújo Paiva – Gerente de Implantação do Projeto Biodiesel – Petrobras

João Nildo de Souza Vianna – Coordenador do Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (UnB)

### **SESSÃO ESPECIAL BNB – 55 ANOS: O NORDESTE E O NOVO CICLO DE INVESTIMENTOS ..... 61**

#### **Composição da Mesa:**

Roberto Smith – Presidente do BNB

Cid Ferreira Gomes – Governador do Estado do Ceará

Wilson Nunes Martins – Vice-governador do Estado do Piauí

José Luiz Lupo – Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil

Zezéu Ribeiro – Coordenador da bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados

Pedro Eugênio Cabral – Deputado Federal

José de Freitas Uchoa – Secretário de Desenvolvimento

Econômico de Fortaleza

**PAINEL II: NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO DO  
SETOR PÚBLICO .....89**

**Presidente de Mesa:**

José Sydrião de Alencar Júnior – Superintendente do Escritório

Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)

**Expositores:**

João Andrade Vieira da Silva – Presidente do Banco de Sergipe (Banese)

Paulo de Tarso Almeida Paiva – Presidente do Banco do Desenvolvimento  
de Minas Gerais (BDMG)

Luiz Alberto Bastos Petitinga – Presidente da Agência de Fomento do  
Estado da Bahia (Desenbahia)

Pedro Eugênio Cabral – Deputado Federal

Zezéu Ribeiro – Coordenador da Bancada do Nordeste na Câmara dos  
Deputados.

**SESSÃO ESPECIAL ANPEC: O PAC E AS PERSPECTIVAS DE  
CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ..... 141**

**Presidente de Mesa:**

Paulo Hamilton Maia Filho – Representante da Anpec

**Expositores:**

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Professor do Curso de Pós-graduação  
em Economia (Caen) – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Nelson Barbosa Filho – Chefe da Secretaria de Acompanhamento  
Econômico do Ministério da Fazenda



<b>DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS DO PROGRAMA BNB DE TESES E DISSERTAÇÕES .....</b>	<b>191</b>
<b>ENTREGA DO PRÊMIO BNB DE ECONOMIA REGIONAL E DO PRÊMIO BNB DE TALENTOS UNIVERSITÁRIOS .....</b>	<b>195</b>
<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>199</b>



## **SESSÃO DE ABERTURA**

### **Composição da mesa:**

Pedro Rafael Lapa – Diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB

Paulo Amilton Maia Leite Filho – Representante da Anpec

### **Mestre-de-cerimônias**

Senhoras e senhores, bom dia! É com grande prazer que o Banco do Nordeste do Brasil os recebe para o Fórum BNB de Desenvolvimento e o XII Encontro Regional de Economia. Estes eventos, realizados em parceria com a Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), constituem um marco das comemorações de aniversário do BNB, que este ano celebra seus 55 anos de criação.

O Fórum traz como tema “O Nordeste e o Novo Ciclo de Investimentos”. Desejamos o maior aproveitamento para todos os participantes, e que as idéias aqui discutidas possam subsidiar a construção de um novo Nordeste, equiparado em todos os indicadores socioeconômicos às regiões mais desenvolvidas do País. Entre os demais temas, serão discutidos no dia de hoje: “Novas Perspectivas para a Economia Nacional e do Nordeste”; “A Questão Energética do Nordeste”; e “Novas Formas de Financiamento do Setor Público”.

Para compor a mesa de abertura, convido o diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, Pedro Lapa, e o professor Paulo Hamilton Maia Filho, representante da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec).

Convido todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(Hino Nacional)

Os presentes permaneçam de pé para que possamos prestar um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do acidente aéreo da TAM, ocorrido na última terça-feira, na cidade de São Paulo.

(minuto de silêncio)

Honram-nos com sua presença neste recinto: o secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Fortaleza, José de Freitas Uchoa, neste ato representando a excelentíssima prefeita Luiziane de Oliveira Lins; o senhor Luís Alberto Bastos Petitinga, presidente do Desenhahia, aqui representando o senhor governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner; o excelentíssimo senhor vice-governador do Piauí, Wilson Nunes Martins; o senhor presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e cartográficos, Raimundo Palhano, aqui representando o senhor governador do Maranhão, Jackson Lago; o senhor Jurandir Picanço, aqui representando o senhor presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, FIEC, Roberto Macedo; a senhora Francilene Gomes de Brito Bessa, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará; o senhor José Guerreiro Chaves Neto, aqui representando o gabinete da deputada estadual Raquel Marques; o senhor Antônio Filho, aqui representando o gabinete do deputado federal José Nobre Guimarães; o excelentíssimo senhor deputado estadual Dedé Teixeira, o senhor presidente do Instituto Frutal, Euvaldo Bringel, o senhor presidente da Organização das Cooperativas do Brasil no Ceará (OCB-CE), Nicéδιο Nogueira, e também os senhores diretores do BNB: Augusto Bezerra Cavalcante Neto, diretor de Controle e Risco; Francisco de Assis Germano Arruda, diretor de Negócios; João Emílio Gazzana, diretor de Recursos de Terceiros; Luís Ethewaldo de Albuquerque Guimarães, diretor Financeiro e de Câmbio; e Victor Samuel Cavalcante da Ponte, diretor Administrativo.

Para proceder à saudação a todos que nos honram com sua presença, convido inicialmente a usar da palavra o senhor diretor do BNB, Pedro Rafael Lapa.

## **Pedro Lapa**

Em nome do Dr. Roberto Smith, presidente do Banco do Nordeste, em nome da diretoria colegiada aqui presente e em nome da organização BNB, dou as boas-vindas às autoridades, funcionários, clientes e demais convidados presentes, tanto de instituições parceiras, como é o caso do BID, quanto convidados dos homenageados, particularmente ao José Mariani, que nos brinda com sua presença e incorpora a este evento um documentário sobre Celso Furtado, cuja vida e obra está tão associada ao BNB.

Estamos comemorando os 55 anos do BNB, e esses 55 anos são “um longo amanhecer” – título do documentário produzido por José Mariani. Também estamos comemorando 12 anos de parceria com a Anpec, que também nos lembra Celso Furtado, que disse que o nosso grande desafio é conhecer a realidade. E estão aqui participando deste evento os pesquisadores, os economistas que se dedicam profissionalmente e pessoalmente a esse esforço de interpretação: Que Nordeste é esse? Que problemas nós temos? Que soluções são possíveis? No meu entender, é este o espírito do encontro: um longo amanhecer e uma luta permanente no sentido de construir o desenvolvimento, e aí entendido nos padrões de inclusão social e de transformação dessa realidade.

Com esse espírito, dou as boas-vindas a todos e faço votos de que esse encontro nos empurre a dar mais alguns passos na direção do desenvolvimento, que é a missão do Banco, que é a nossa missão, e entendo também que é a missão da Anpec.

Com essas palavras, declaro aberto o evento.

## **Mestre-de-cerimônias**

Honram-nos com sua presença o senhor deputado federal Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral e o excelentíssimo senhor deputado federal Zezéu Ribeiro, coordenador da bancada Nordestina na Câmara dos Deputados.

Senhoras e senhores, ouviremos em seguida a palavra do professor Paulo Hamilton Maia Filho, aqui representando a Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec).

### **Paulo Amilton Maia Leite Filho**

Bom dia às autoridades e a todos os presentes! Eu represento a professora Fabiana Rocha, secretária executiva da Anpec, que foi impossibilitada de estar conosco por conta do caos em que se encontram os aeroportos de São Paulo, e coube a mim a tarefa de representá-la aqui.

Eu gostaria de ressaltar a parceria de 12 anos que a Anpec tem com o BNB. Com certeza, o vigor que o congresso da Anpec Nordeste tem não seria o mesmo sem a parceria firmada 12 anos atrás com o Banco do Nordeste. A Anpec também agradece muito o apoio que a atual diretoria do Banco e o professor Sydrião nos deram e estão nos dando.

Este ano, pela primeira vez, sai a concessão de bolsas de estudo para as pós-graduações do Nordeste. Isso terá um impacto muito grande na pesquisa nordestina e, por que não, na pesquisa brasileira. É uma reivindicação que os centros nordestinos tinham e a atual gestão do BNB nos concedeu.

Então, a Anpec agradece todo o apoio que o Banco dá, e pede a vocês para desfrutar de tudo o que vai ser discutido ao longo desses dois dias, pois é essa a oportunidade que a gente tem para discutir o Nordeste e o futuro do Nordeste. Muito obrigado a todos!

### **Mestre-de-cerimônias**

Permitam-me registrar a presença, neste recinto, do excelentíssimo senhor deputado federal Mauro Benevides.

Neste momento, convido o diretor Pedro Rafael Lapa a permanecer à mesa, e convido o professor Paulo Amilton a retomar seu lugar à platéia, a fim de que possamos dar início ao painel intitulado “A Questão Energética do Nordeste”.





## **PAINEL I: A QUESTÃO ENERGÉTICA DO NORDESTE**

### **Presidente de Mesa:**

Pedro Rafael Lapa – diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB

### **Expositores:**

José Geraldo Eugênio de França – diretor executivo – Embrapa

João Augusto de Araújo Paiva – gerente de Implantação do Projeto Biodiesel – Petrobras

João Nildo de Souza Vianna – coordenador do Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade Nacional de Brasília (UnB)

### **Pedro Lapa:**

Caros João Augusto e João Nildo, estamos aguardando a presença do Dr. Geraldo Eugênio, mas, para cumprir o calendário, vamos dar andamento aos trabalhos. Antes de passar a palavra aos expositores, gostaria de fazer alguns registros sobre o papel e a atuação do Banco do Nordeste no segmento.

Como é do conhecimento de todos, na gestão 2003-2006, o Banco se mostrou capaz de responder ao direcionamento do Governo Federal da expansão da oferta de crédito, e contratou em 2006 operações que ultrapassaram o patamar de R\$ 7 bilhões. Junto com os demais bancos públicos, cumprimos essa missão da expansão da oferta de crédito.

Mas acredito que, além desta demonstração de capacidade operacional de responder a esses indicativos de política econômica e de política de crédito do Governo Federal, o BNB tem o mérito de ter tido a capacidade de enxergar setorialmente que ações são mais estratégicas e demandam a ação indutora típica de uma instituição que tem por missão promover o desenvolvimento. Nesse sentido,

o Banco acumula contratações que ultrapassam R\$ 1 bilhão com relação ao setor energético.

Ele está presente na exploração e na distribuição de gás; ele está presente na geração e na distribuição da energia hidroelétrica; ele tem feito um esforço significativo de estar presente de maneira marcante na geração e distribuição de energia eólica e, junto com a Petrobras, com a marca muito forte de prioridade de governo, não só com relação à energia, mas com relação à agricultura familiar e à inclusão desses agricultores da agricultura familiar no mundo da cidadania e no espaço econômico, tem estado presente na questão da bioenergia, particularmente aqui no Ceará. Esse é um esforço que vai, por parte da Petrobras, na instalação de uma importante planta de refino, mas, igualmente com a Petrobras e com o Governo do Estado, na viabilização da expansão e da modernização da produção de mamona.

Também no segmento de bioenergia, o Banco está presente na expansão do plantio da cana, na expansão da produção de etanol e nos projetos de co-geração, que representam um item adicional e estratégico com relação à matriz energética da Região e ao fortalecimento desses empreendimentos que podem compor a sua estruturação de receitas a partir da cana, do açúcar, do álcool e da geração de energia.

Gostaria de registrar, de maneira particular, com relação à presença importante do Banco no agronegócio no oeste baiano, no sul do Piauí e no sul do Maranhão, onde o BNB se apresenta como terceiro banco que oferta crédito para essas atividades, que a bioenergia já é um fato. Essas são informações sujeitas a confirmação, mas se trata de um depoimento que considero importante ser revelado em um ambiente como esse: é que 30% na exploração de atividades como a soja e o algodão, em padrões de agronegócio, dizem respeito a combustível, e vários desses empreendimentos já estão produzindo sua própria energia, num processo de verticalização.

Então, a bioenergia é uma realidade, a partir do setor sucroalcooleiro, e uma realidade do segmento que envolve as entidades públicas, como a Petrobras e o BNB. De maneira que o registro e o comentário que faço na abertura deste painel é que existe muito a ser feito, mas as articulações e as ações já apontam a existência de um legado significativo, e quero crer que os comentários dos palestrantes vão oferecer esclarecimentos importantes.

Com isso, dou início a este painel, começando com a apresentação do professor João Augusto, gerente regional da Petrobras.

## **João Augusto**

Bom dia a todos! Meus cumprimentos à mesa, às autoridades presentes, convidados, economistas. A Petrobras se sente honrada pelo convite, pela importância da temática, mas em especial por acontecer aqui no Banco do Nordeste. Essa honra da Petrobras tem até uma saudável motivação interesseira. A Petrobras tem contado nos últimos quatro anos com o apoio do Banco do Nordeste, em todos os sentidos, em diversas iniciativas que estão acontecendo aqui na Região.

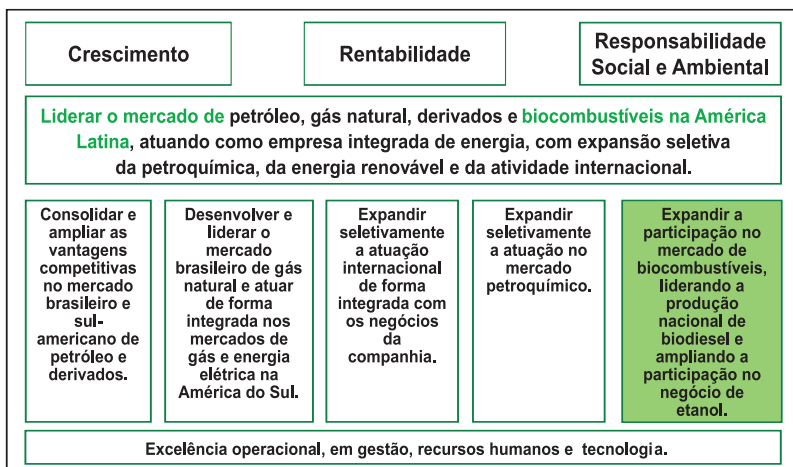
Essa composição dos esforços da Petrobras, que tem uma excelência na área industrial, mas uma carência muito grande de conhecimentos sobre aspectos importantes desta Região, é completada pela competência do Banco do Nordeste. Eu diria que hoje alguns gerentes, técnicos e engenheiros da Petrobras estão quase residindo aqui no Banco do Nordeste, estão em discussões constantes com relação a diversos projetos. Ao fazer essa abertura e iniciar minha apresentação, só queria fazer esse breve registro.

Começando a apresentação, nosso foco aqui será o que nos traz mais fortemente para o Nordeste no momento, que é a questão do biodiesel. Estamos com projetos na Bahia e no Ceará: essa é a motivação principal. Mas vou dar algumas informações mais gerais antes de entrar especificamente nesse assunto.

O slide (Quadro 1) mostra um resumo do nosso plano estratégico, onde o destaque é para a inclusão da questão dos biocombustíveis. A colocação desse tema no plano estratégico da Petrobras envolveu um esforço demorado, que algumas vezes gerou até certas incompreensões, porque a Petrobras se dedicou exaustivamente no sentido de entender como poderia participar da questão dos biocombustíveis. Evidentemente, depois de suas discussões internas, a Petrobras hoje está com uma ação muito forte, no seu plano estratégico, na área de biocombustíveis.

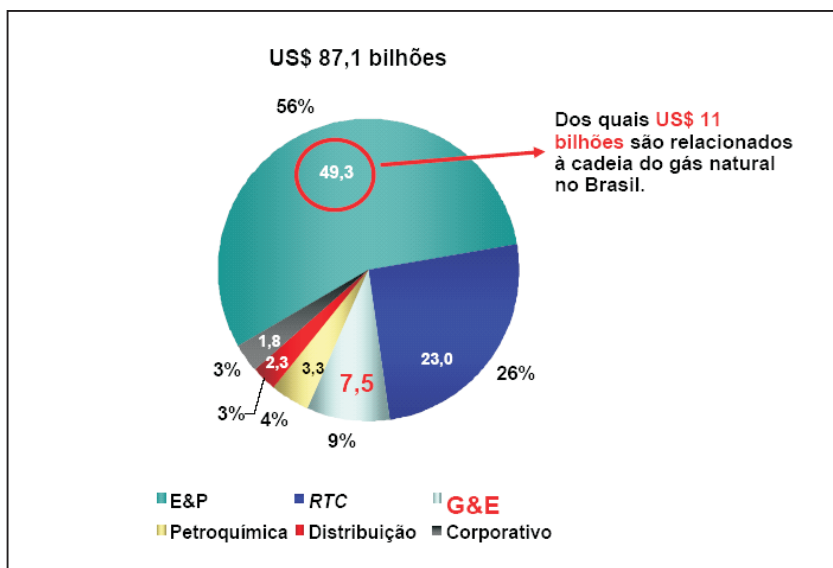
No Gráfico 1, uma visão rápida dos investimentos da Petrobras para os próximos quatro anos, com destaque na área de exploração e produção, com volume total de US\$ 87 bilhões. Nesse aspecto, temos algo em torno de US\$ 7 bilhões voltados para a área de gás e energia, onde estão os projetos da área de biocombustíveis.

Vou citar alguns dados gerais, mesmo sabendo que certamente aqui tem especialistas da área. Em primeiro lugar (Gráfico 2), aí nós temos nossa matriz de oferta de energia, com uma forte participação, ainda, de petróleo e derivados. Na parte de energia elétrica (Gráfico 3), vemos a presença forte da fonte hidráulica.



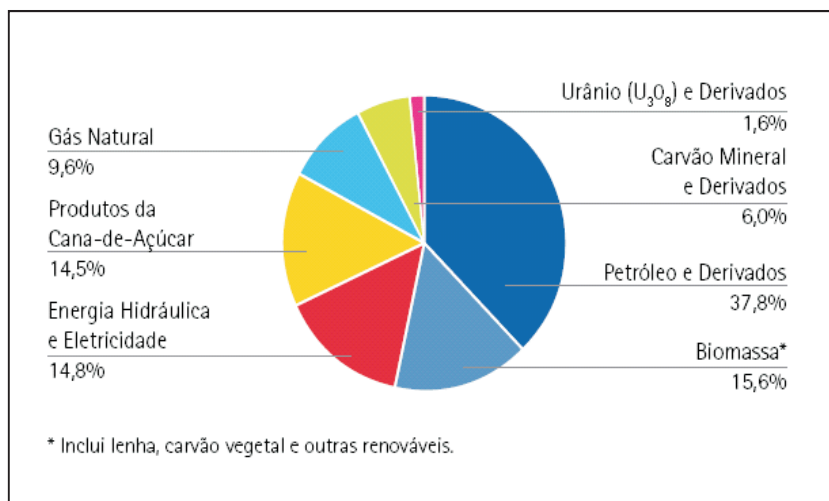
**Quadro 1 – Plano Estratégico da Companhia**

Fonte: Slide apresentado no Evento



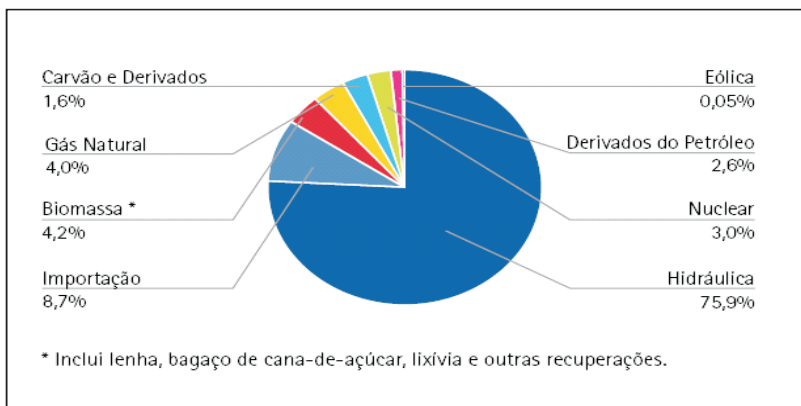
**Gráfico 1 – Plano de Investimentos Petrobras: 2007-2011**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento



**Gráfico 2 – Estrutura da Oferta de Energia – Brasil – 2006**

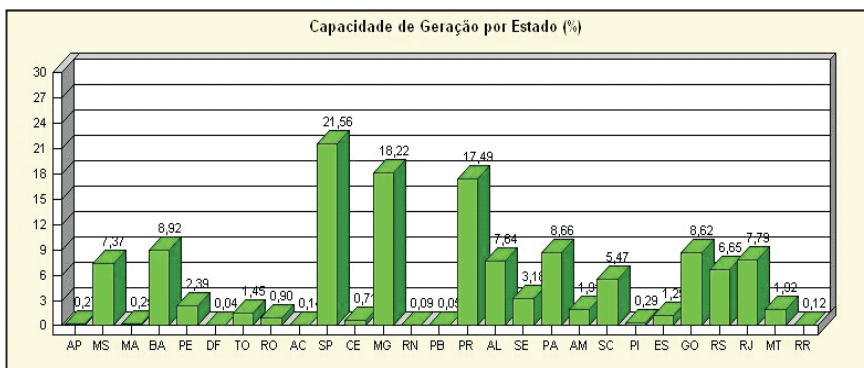
**Fonte:** Dados de 2007 fornecidos pela Balança Nacional Energética (BEN) do Ministério de Minas e Energia (MME).



**Gráfico 3 – Estrutura da Oferta de Energia Elétrica – Brasil 2006**

**Fonte:** Dados de 2007 Fornecidos pela Balança Nacional Energética (BEN) do Ministério de Minas e Energia (MME).

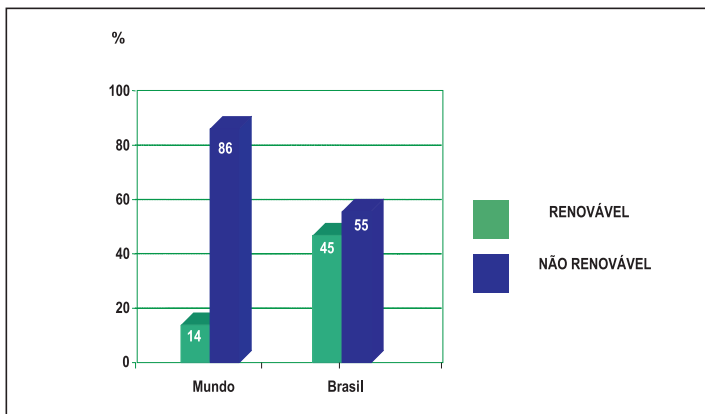
No próximo *slide* (Gráfico 4), temos a geração de energia elétrica por Estados do Nordeste, onde evidenciamos importantes desafios em alguns Estados, em especial Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.



**Gráfico 4 – Geração de Energia Elétrica por Estado**

**Fonte:** Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

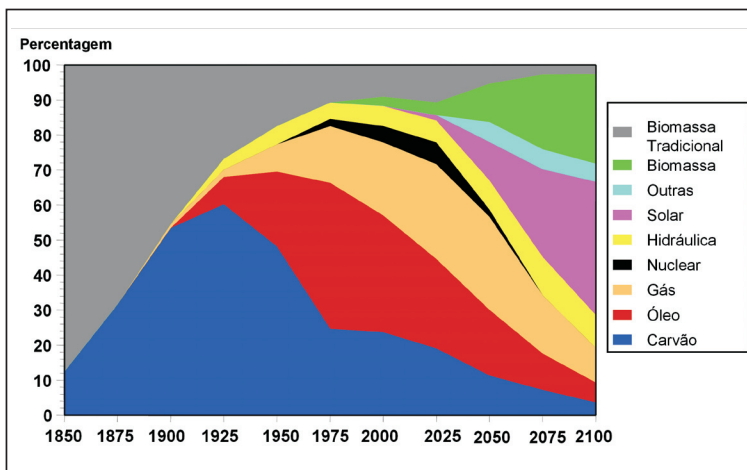
Já nos aproximando da questão que nos interessa, que é a de energias renováveis, colocamos essa matriz (Gráfico 5) onde comparamos como estamos em relação ao mundo. O Brasil já tem, hoje, quase uma relação de 50% de fontes renováveis em relação às não-renováveis, enquanto a média mundial é muito baixa.



**Gráfico 5 – Matriz Energética Brasileira x Mundial**

**Fonte:** Dados de 2006 fornecidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

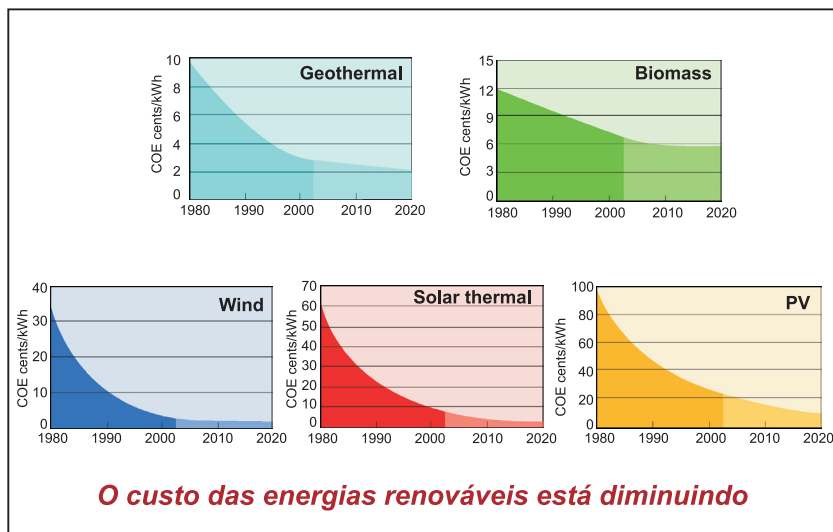
Os estudos que apontam o crescimento da oferta de energia, num cenário ecologicamente mais orientado, têm um dado interessante: nós estamos hoje onde o mundo pretende estar aproximadamente daqui a 30 anos. (Gráfico 6). Então, há aí uma vantagem competitiva interessantíssima no Brasil para ser explorada. Essa dianteira nos dá um conforto para planejar melhor as ações.



**Gráfico 6 – Cenário de Energia para o Crescimento Ecologicamente Orientado**

**Fonte:** World Energy Council.

Evidentemente, isso toca diretamente a todos os investidores, mas há uma tendência mundial geral de redução de custos em todas as fontes de energias renováveis. (Gráfico 7). Esse é um dado importantíssimo, pois certamente a questão econômica é definitiva nos investimentos dessa área.



**Gráfico 7 – Custos Energias Renováveis**

**Fonte:** National Renewable Energi Laboratory (NREL).

Aqui temos alguns dados da parte de eólica. (Quadro 2). O Brasil teve um aumento muito grande no ano passado, nessa oferta.

Já entrando mais na parte da Petrobras, nós estamos, no período 2007-2011, com essa relação de projetos. (Quadro 3). A Petrobras está pretendendo, até 2011, ter uma oferta de 855 milhões de litros de biodiesel. Isso seria aproximadamente 2% da oferta global de diesel no Brasil, é uma meta extremamente ousada, e começa no Nordeste. Esse é um dado que às vezes desperta pouca curiosidade, mas a Petrobras está começando seu programa de biodiesel com implantação de unidades no semi-árido nordestino, na região da Bahia, Ceará e Minas Gerais.



**Capacidade Instalada até 2005 – 28,7 MW**  
**Capacidade Instalada em 2006 – 208,3 MW**

**Entrada em Operação de 5 projetos do PROINFA**

**Osório – RS – 50 MW**

**Dos Índios – RS – 50 MW**

**Sangradouro – RS – 50 MW**

**Rio do Fogo – RN – 49,3 MW**

**Água Doce – SC – 9 MW**

**Capacidade Acumulada final 2006 – 237 MW**

#### **Quadro 2 – Energia Eólica no Brasil**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento

O segundo projeto é H-Bio. A Petrobras está aparelhando suas refinarias para processar óleo vegetal. Esse é um dado importante, porque, numa circunstância de oferta maior de óleo vegetal, temos as refinarias apropriadas para processar esse óleo; portanto, é um conforto tecnológico, industrial e comercial com o qual o País passa a contar. A Petrobras também está realizando investimentos na parte de álcool, tanto alcoolduto quanto adaptando navios para exportação; e tem vários projetos nas áreas de energia eólica e energia solar, além de outros investimentos.

A seguir, temos dados de um experimento com energia eólica em Macau, no Rio Grande do Norte; diversos projetos na parte de termossolar, inclusive na Bahia e em Sergipe; e um projeto de energia solar fotovoltaica em Mossoró, no Rio Grande do Norte. (Quadro 4 e Foto 1).

Investimento 2007-2011	Meta 2011
Plantas de Biodiesel	Disponibilização de 855 Mil m <sup>3</sup> /ano
H-Bio (Bio-Refino)	Processamento de óleo vegetal 425 Mil m <sup>3</sup> /ano
Alcooldutos	Exportação de 3,5 milhões m <sup>3</sup> de Etanol
Navio Projeto Álcool	
Energia Eólica	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica de Fontes Renováveis de 240 MW
Energia Solar	
Outras Fontes de Energia Renovável	
<b>Total de investimentos em desenvolvimento energético de fontes renováveis e biocombustíveis de US\$ 700 milhões</b>	
Emissões evitadas de gases de efeito estufa: 3,93 milhões de toneladas de CO <sub>2</sub> Equivalente	
Emissões evitadas de gases de efeito estufa/meta biodiesel: 1,03 milhões de toneladas de CO <sub>2</sub>	

### Quadro 3 – Estratégia da Companhia

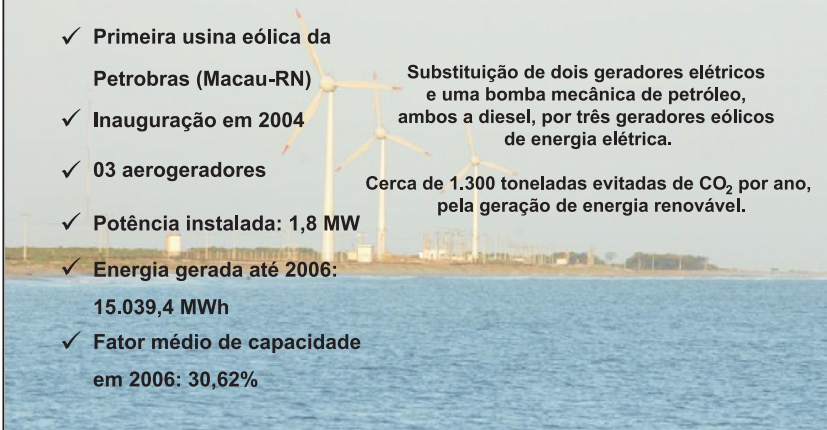
Fonte: Slide apresentado no Evento

**Primeiro Projeto de MDL da Petrobras registrado no âmbito do Protocolo de Quioto:**

- ✓ Primeira usina eólica da Petrobras (Macau-RN)
- ✓ Inauguração em 2004
- ✓ 03 aerogeradores
- ✓ Potência instalada: 1,8 MW
- ✓ Energia gerada até 2006: 15.039,4 MWh
- ✓ Fator médio de capacidade em 2006: 30,62%

Substituição de dois geradores elétricos e uma bomba mecânica de petróleo, ambos a diesel, por três geradores eólicos de energia elétrica.

Cerca de 1.300 toneladas evitadas de CO<sub>2</sub> por ano, pela geração de energia renovável.



### Quadro 4 – Energia Eólica na Petrobras

Fonte: Slide apresentado no Evento

**Tabela 1 – Energia Termossolar na Petrobras**

<b>Unidade</b>	<b>Área dos Coletores</b>	<b>Volume de Água (litros/dia)</b>	<b>Economia (MWh/ano)</b>	<b>t CO2 evitado/ano</b>
Edifício-Sede (EDISE)	100	10 mil	52	5,4
Refinaria de Capuava RECAP/SP)	182	10 mil	86,1	9,0
Refinaria de Duque de Caxias REDUC/RJ	665	35 mil	230	24,0
Refinaria Gabriel Passos (REGAP/MG	550	27 mil	242,7	25,3
Refinaria Landulpho Alves (RLAM/BA	335,3	18 mil	317,6	19,2
Fábrica de Fertilizantes do Sergipe (FAFEN-SE)	129,5	10 mil	139,4	8,4
Fábrica de Fertilizantes da Bahia (FAFEN-BA)	114,6	9 mil	107,3	6,5
Total	2076,4	119 mil	1175,1	97,8

**Fonte:** Slide apresentado no Evento

**100 kW em painéis fotovoltaicos**  
**Bombeio fotovoltaico em poço de Mossoró (RN)**



**Painel fotovoltaico na plataforma**  
**PUB2 - Ubarana (RN)**



**Foto 1 – Energia Solar Fotovoltaica na Petrobras**

**Fonte:** Slíde apresentado no Evento

Chegamos na parte dos biocombustíveis. (Tabela 2). Essa Tabela 2 merece uma atenção especial. Temos aqui nossa produção de gasolina: o Brasil produz algo em torno de 20 milhões de m<sup>3</sup> por ano; e a produção de álcool: o Brasil tem hoje uma produção de álcool quase na mesma ordem de grandeza da produção de gasolina. Isso, mundialmente, causa uma perplexidade, pela dimensão daquilo que o Brasil conseguiu fazer na área de biocombustíveis, e com toda uma estrutura de logística integrada. Estamos falando de mais de cem refinarias de álcool, totalmente integradas à estrutura de distribuição de derivados de petróleo.

**Tabela 2 – Produção de Combustíveis e Dependência Externa – 2006**

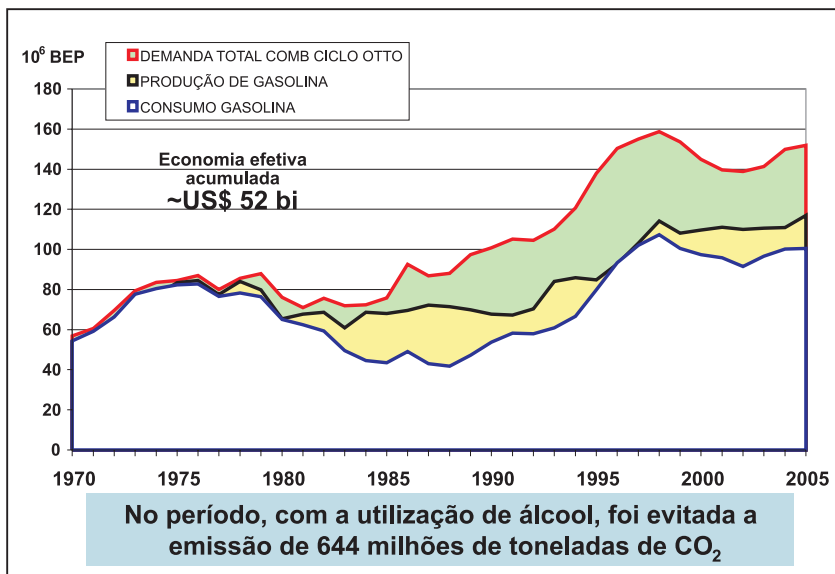
Combustível	Produção	Importação Líquida	Exportação Líquida	Importação Líquida	Exportação Líquida
	mil m3	mil m3	mil m3	% da demanda	% da produção
Gasolina A	<b>19.978</b>	-	<b>2.760</b>	-	<b>14%</b>
Diesel	38.396	2.070	-	<b>5%</b>	<b>16%</b>
Álcool	<b>16.030</b>	-	<b>2.592</b>	<b>33%</b>	
Gás Natural (milhões m <sup>3</sup> /d)	48,5	24,4	-		
Álcool e Gasolina Hoje: Mercados com Mesma Ordem de Grandeza Diesel e Biodiesel amanhã?			<p><b>Dependência</b></p> <p><b>Auto-suficiência</b></p>		

**Fonte:** MME.

Na parte de diesel, temos uma importação em torno de 5% do nosso consumo local, e aqui está o nosso grande espaço inicial. O País importa 2 milhões de m<sup>3</sup> por ano de diesel, e esse é um conforto econômico que temos para avançar no biodiesel: o Brasil pode dar partida a seu programa de biodiesel, como já está partindo, com esse espaço de crescimento no que ele importa. Mas, não seria nenhum sonho pensar que o que temos hoje para o álcool e a gasolina pode ser a grande meta do biodiesel em relação ao diesel: chegar a ter padrões ou valores de produção semelhantes. Esse é o espaço que, teoricamente, o biodiesel pode pretender ocupar.

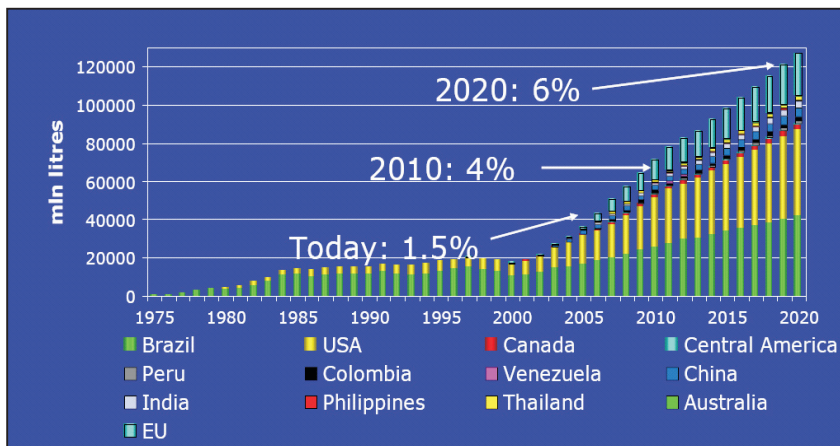
Aqui, temos alguns dados do álcool. (Gráfico 8). Certamente, os especialistas aqui conhecem bastante isso, mas essa é uma conta importante. A camada azul, no Gráfico 8, é o quanto o álcool contribui para essa suficiência brasileira na questão dos combustíveis demandados pelo ciclo Otto.

O Gráfico 9 mostra a evolução mundial da produção de álcool, onde vemos a participação importante e crescente do Brasil, e também da América Central, inclusive em termos de perspectivas.



**Gráfico 8 – Demanda de Combustível para Veículos Ciclo Otto**

Fonte: MME



**Gráfico 9 – Evolução da Produção Mundial de Álcool**

Fonte: Slide apresentado no Evento

Na Tabela 3, a seguir, temos os números de área plantada da cana-de-açúcar, onde se vê certa estabilização dos números no Brasil. No Nordeste, por exemplo, enquanto o Centro-Oeste dispara, esta Região praticamente se mantém estável nesse período até 2013.

**Tabela 3 – Projeção do Álcool no Brasil**

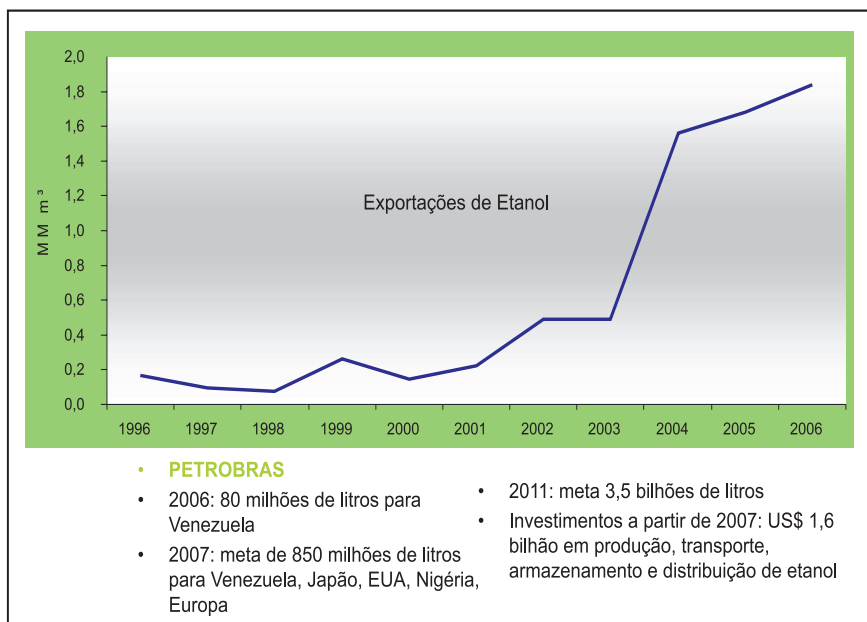
Parâmetro	Safrá 2006/07			Safrá 2012/13		
	Centro-Sul	Norte-Nordeste	Total	Centro-Sul	Norte-Nordeste	Total
Unidades produtivas	231,0	74,0	325,0	337,0	75,0	412,0
Área colhida (mil ha)	4.513,7	854,8	5.368,5	7.856,2	923,1	8.779,3
Área cultivada (mil ha)	5.310,2	1.005,7	6.315,9	9.242,6	1.086,0	10.328,6
Produtividade (t/ha)	82,5	62,0	79,2	85,0	65,0	82,9
Açúcar (milhões t)	25,8	1,7	29,8	34,0	4,5	38,5
Álcool (bilhões de l)	16,0	7,1	17,7	36,0	2,0	38,0
Mix de Produção (%)						
Açúcar	49,51	58,80	50,58	36,48	57,72	38,12
Álcool	50,49	41,20	49,42	63,52	42,28	61,88
Destino de produção (%)						
Mercado interno	57,28	52,11	56,68	65,43	50,98	64,31
Mercado externo	42,72	47,89	43,32	34,57	49,02	35,69

**Fonte:** Dados de Maio de 2007 Fornecidos pela Única.

Temos no Gráfico 10 as exportações de Etanol, inclusive com ações da Petrobras nessa área.

Fizemos esse aquecimento para chegar no nosso programa de biodiesel, que certamente teria uma aprovação plena do professor Celso Furtado, com sua didática da escassez, e combatendo a sua equação da pobreza, que é a exportação de produtos de baixo valor agregado e a importação de produtos de alto valor agregado.

As motivações do biodiesel, hoje, creio que são quase jornalísticas, despertando interesse praticamente no mundo todo. Um dia desses, fui surpreendido com um vendedor de rua falando de transisterificação. Então, esse programa do biodiesel foi adotado pelo povo, com relação ao interesse do País.



**Gráfico 10 – Exportação de Etanol**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento

Apenas para marcar, temos no Gráfico 11: o Brasil importa óleo diesel, então o biodiesel já tem mercado; o Brasil é um país que já tem um sucesso na área de biocombustíveis; a extensão territorial evidencia a importância para o Brasil; enquanto muitos países estão lançando esse programa com uma única oleaginosa, o Brasil tem uma produção de diversas oleaginosas, como veremos a seguir; a demanda mundial por combustíveis renováveis é crescente; e a produção de biodiesel, por tudo isso, é estratégica para o País.

Vamos à parte normativa. (Figura 1). A partir de janeiro de 2008, vamos ter o uso obrigatório de 2% de biodiesel e já autorizativo de 5%. Então, já podemos pensar no mercado em torno de 2 milhões de m<sup>3</sup> de biodiesel; e a grande expectativa é que essa regulamentação que passa a ser obrigatória, de 5%, em 2013, seja antecipada para 2011. Esse é outro dado que motiva os investidores, em especial a Petrobras.



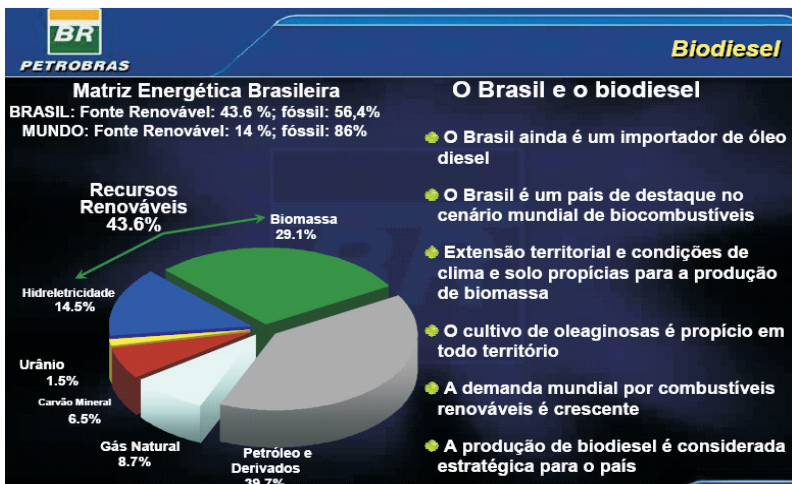


Gráfico 11 – Matriz Energética Brasileira  
 Fonte: MME

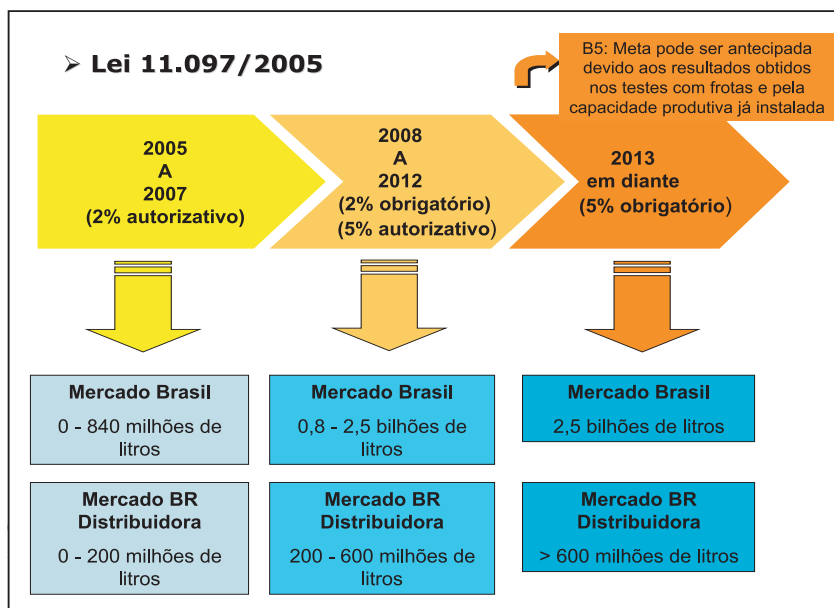


Figura 1 – Programa Nacional do Biodiesel  
 Fonte: Slide apresentado no Evento

Como o diretor Pedro Lapa falou, a Petrobras coloca o Programa Brasileiro de Produção e Uso de Biodiesel buscando

cumprir e obter o Selo de Combustível Social. Temos aqui uma novidade que é extrema para a Petrobras. Estamos falando de introduzir, na Região do Semi-árido, todo um setor industrial que tem uma atuação internacional sofisticada. E a matéria-prima do biodiesel que essa unidade da Petrobras passa a produzir é fornecida pelo produtor da agricultura familiar. Mais uma vez, essa parceria com o BNB é muito valiosa para a Petrobras.

Cabe aqui um registro muito forte: antes de o governo atual assumir, o governador Cid Gomes recebeu a Petrobras para discutir exatamente uma ação específica do biodiesel; em dezembro, estivemos em reunião com o Banco do Nordeste e com o Governo do Estado, discutindo toda uma ação de fortalecimento nesta questão da produção de óleo vegetal e de grãos no Estado do Ceará. O Ceará chegou a ter mais de 1 milhão de hectares de algodão; essa produção de grãos praticamente foi desconstruída, e estamos agora todos nós envolvidos nesse processo.

Então, o que o Selo Social diz? O selo é a criação de emprego e renda do campo. Não é a questão unicamente de inventar um novo combustível, desenvolver um novo combustível; é criar uma nova relação entre os fornecedores da Petrobras; criar um novo conjunto de fornecedores. Nós temos hoje, nesse plano-piloto de 2007, cadastrados na Petrobras, com endereço, CPF, em torno de 1.500 produtores do Estado do Ceará. Queremos chegar a 20.000. Estamos, inclusive, com contratos específicos com esses produtores. Vocês imaginem uma área de suprimento da companhia, acostumada a trabalhar com grandes empresas, estar interessadamente motivada a construir essa relação com esse produtor! Então, estamos vendo internamente na companhia essa revolução.

Eu faço uma figura, Pedro, de que o biodiesel tem dois lados: o lado de dentro, que é o lado industrial, e o lado de fora. Do lado de dentro, existem desafios importantes com relação à utilização de tecnologia e tudo o mais. Mas, do lado de fora, é onde está o desafio. Estamos falando da construção de uma rede

de fornecedores, da capacitação desses fornecedores, da criação de cooperativas e do desafio de que este produtor produza o grão e, no ato seguinte, se organize em cooperativas e produza o óleo. E a gente passa a ter uma solução energética, no caso da planta de Quixadá, que vai consumir algo em torno de 50.000 toneladas de óleo vegetal. Isso envolve de 120.000 a 150.000 hectares e, certamente, envolverá, a depender da oleaginosa, mais de 20.000 famílias. Estamos falando de contratos formais de produção com esses produtores.

Esse é um esforço monstruoso de juntar esse setor petróleo, que atua numa linha assim um pouco mais internacional, para trabalhar nessa relação local. Então, estamos entendendo que o grão vai ser produzido nas circunvizinhanças de Quixadá, o óleo vai ser extraído naquela região, o biodiesel vai ser produzido ali e, provavelmente, uma parte dele vai ser consumido no Estado do Ceará, acabando com essa viagem dos derivados de petróleo e, principalmente, criando essa geração de riqueza local.

Por exemplo, no setor petróleo, na Petrobras, temos uma maneira de dizer assim: é do poço de petróleo ao posto de gasolina. No caso aqui, como diria o sertanejo cearense, é da roça ao posto de gasolina. A percepção que eu tenho é que a roça vai ter a mesma importância que tem hoje o poço do petróleo. Hoje, no mundo do petróleo, quem manda não é quem tem a refinaria (com todo respeito à refinaria para Pernambuco), mas é quem tem o petróleo, quem tem os poços de petróleo. Esse é o grande definidor de riqueza no mundo.

No caso do biodiesel, acho que o paradigma vai ser reproduzido: no nosso modelo, quem manda é quem tem o óleo vegetal. Podemos não ter sucesso, mas a pretensão é que a agricultura familiar produza o grão, se organize em cooperativas e produza o óleo, e passe a ter 80% da cadeia de valor desse combustível. Aqui, quero ressaltar mais uma vez a importância da integração com o Banco do Nordeste, de construir essa relação com a agricultura familiar.

Na região Nordeste, para o produtor de biodiesel ter o selo social (que significa uma desoneração de PIS/Cofins), tem que produzir utilizando, no mínimo, 50% da sua matéria-prima a partir da agricultura familiar. Esse é um desafio importantíssimo, e há ainda uma série de exigências (Quadros 5 e 6).

Sobre o próximo *slide* (Quadro 7), eu costumo brincar dizendo que essa é a cesta apetitosa do biodiesel; essa é a quantidade de alternativas que o Brasil tem a serem investigadas. Repetindo: enquanto Europa e Estados Unidos praticamente têm uma única oleaginosa, o Brasil tem um número imenso de alternativas a serem exploradas. Na Tabela 4, o teor de óleo por cada oleaginosa.

Os Gráficos 12 e 13 mostram a evolução da produção de biodiesel no mundo, com destaque para a Alemanha, no caso da Europa. Vejam como crescem esses números: já estamos chegando em torno de 5 milhões de toneladas.

## **Selo Combustível Social**

- ✿ **Criação de emprego e renda.**
- ✿ **Fixação das famílias no campo e expansão da agricultura local sustentável.**
- ✿ **Uso de solos inadequados para produção de culturas alimentícias.**
- ✿ **Disponibilização de um combustível ambientalmente correto.**

**Quadro 5 – Programa Brasileiro de Produção e Uso do Biodiesel**

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).


## Selo Combustível Social

Concedido a produtores de biodiesel que:

- ✿ **Comprem matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de:**
  - 50% região NE e semi-árido
  - 10% região NO e CO
  - 30% região SE e SU
  
- ✿ **Façam contratos negociados com os agricultores familiares, constando:**
  - O prazo contratual
  - O valor de compra e critérios de reajuste do preço contratado
  - As condições de entrega da matéria-prima
  - As salvaguardas de cada parte
  - Identificação e concordância de uma representação dos agricultores que participou das negociações
  
- ✿ **Assegurem assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares.**

### Quadro 6 – Selo Combustível Social

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

<ul style="list-style-type: none"><li>• Algodão</li><li>• Amendoim</li><li>• Babaçu</li><li>• Buriti</li><li>• Canola</li><li>• Dendê</li><li>• Gergelim</li><li>• Girassol</li><li>• Jojoba</li><li>• Linhaça</li><li>• Mamona</li><li>• Nabo forrageiro</li><li>• Óleos de fritura</li><li>• Palmiste</li><li>• Pequi</li><li>• Pinhão-manso</li><li>• Soja</li><li>• Tucumã</li><li>• Resíduo da indústria</li><li>• Sebo ou gordura animal</li></ul>			
			
			

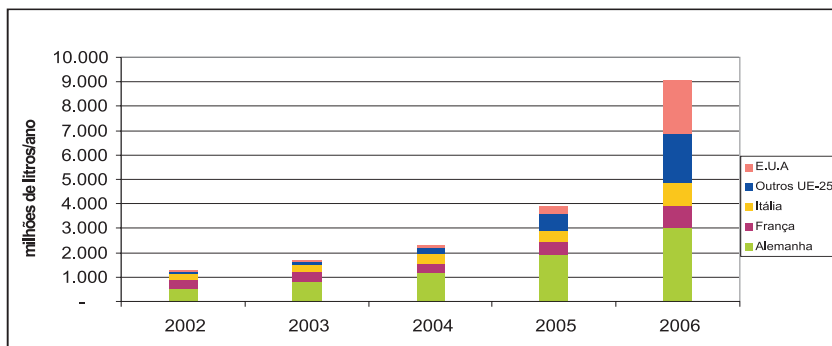
### Quadro 7 – Matérias-primas Potenciais

Fonte: Slide apresentado no Evento

**Tabela 4 – Potencialidade das Matérias-primas Brasileiras**

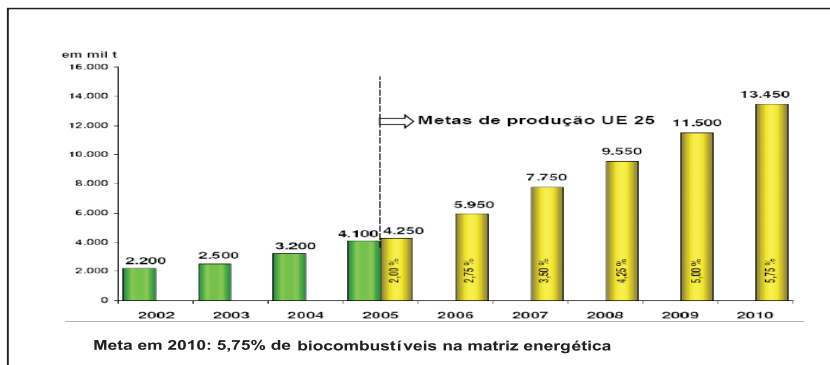
Matéria-prima	Teor de Óleo (%m)	Produtividade (kg/há.ano)	Produção de Óleo (kg/há.ano)
Gorduras animais	95	-	-
Mamona	45 a 55	680	340
Girassol	45 a 55	1.425	713
Amendoim	40 a 50	2.353	1.060
Gergelim	48 a 55	600	306
Canola	39 a 45	1.100	462
Dendê	20 a 22	15.000	3.000
Soja	18 a 21	2.400	468
Algodão	11 a 12	1.950	215
Babaçu	6 a 7	25.000	1.625
Milho	4 a 5	3.300	149

**Fonte:** Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e Universidade Federal do Pará (UFPA).



**Gráfico 12 – Produção de Biodiesel no Mundo**

**Fonte:** Verband Deutscher Biodieselhersteller e V. AmWeidendam.

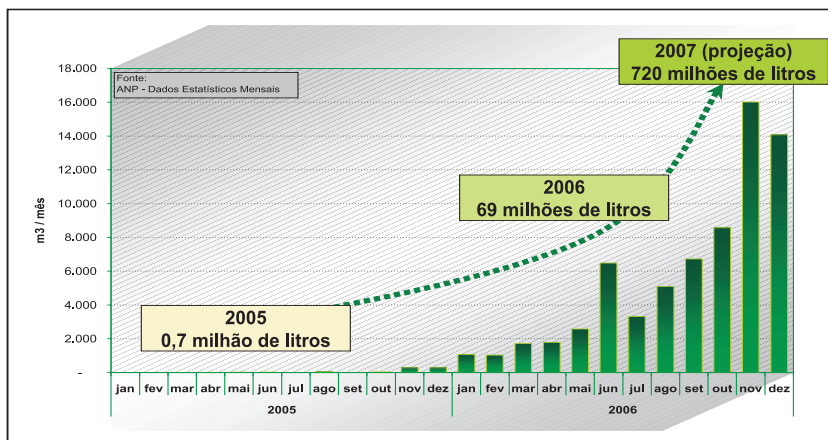


**Gráfico 13 – Capacidade de Produção de Biodiesel na Europa**

**Fonte:** Verband Deutscher Biodieselhersteller e V. AmWeidendam.

Vemos a seguir o crescimento da produção de biodiesel no Brasil, ao longo de 2006, e devemos chegar ao final do ano quase com os 2% que passam a ser exigidos a partir de 1º de janeiro. Essa é a evolução.

A Tabela 5 mostra os projetos já construídos, em azul, e outros que estão em desenvolvimento. Essa é a nova constelação de unidades industriais de produção de biodiesel que estão surgindo no Brasil.



**Gráfico 14 – Biodiesel no Brasil**

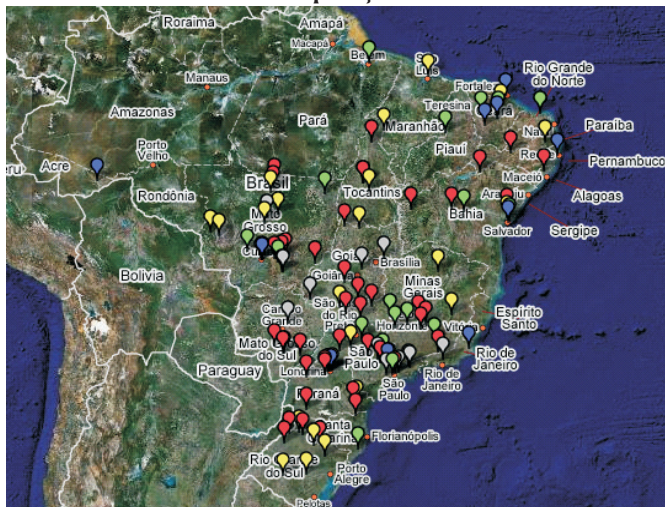
**Fonte:** Dados Estatísticos Mensais Correspondentes a Fevereiro de 2007, Fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) do MME.

Faço aqui uma reflexão em cima dessa rápida velocidade com que a parte industrial andou. Na verdade, a indústria tem facilidade de avançar rápido, enquanto a parte da produção agrícola tem uma inércia maior. Eu entendo que, como rapidamente aprendemos a pronunciar transisterificação, chegou a hora das oleaginosas. O grande desafio agora é como fazer isso de uma maneira ambientalmente responsável, sem pensar em desmatamento, e trabalhar. O Brasil passou 50 anos para ter esse conforto da produção de petróleo, que transformou a condição econômica do País; a gente agora tem que pensar essa produção agrícola, que vai ser a grande solução para o biodiesel.

Os próximos *slides* mostram duas unidades da Petrobras em Guimarães, no Rio Grande do Norte; a primeira uma unidade que eu

diria semi-industrial. Em seguida, um mapa com os três projetos que a Petrobras está colocando no semi-árido nordestino. (Fotos 2 e 3).

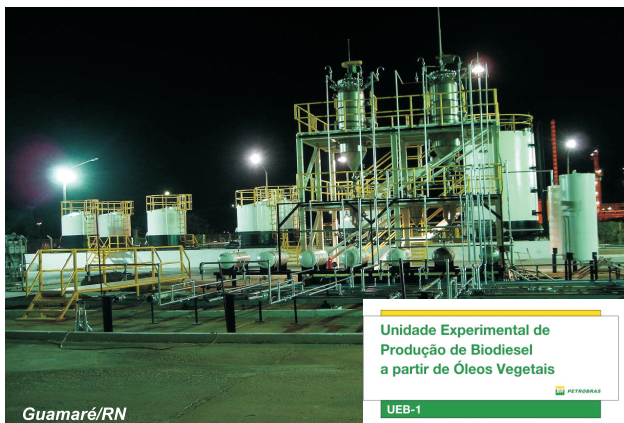
**Tabela 5 – Produtores em Operação e Previstos**



USINAS DE BIODIESEL NO BRASIL	UNIDADES	UNIDADES TOTAL	CAPACIDADE MIL m³/ano	CAPACIDADE TOTAL MIL m³/ano
USINAS PILOTO	22	22	20,9	20,9
PRODUZINDO	25	47	995,0	1.015,9
CONSTRUÍDAS S/ PRODUÇÃO	15	62	395,0	1.410,9
EM CONSTRUÇÃO	27	89	1.323,7	2.734,6

ATUALIZADO EM 27/06/2007

Fonte: Biodiesel BR.



**Foto 2 – Unidade Experimental de Produção de Biodiesel a partir de Óleos Vegetais – Guararé/RN**

Fonte: Slide apresentado no Evento





**Foto 3 – Unidade Experimental de Produção de Biodiesel a partir de Sementes Oleaginosas – Guamaré/RN**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento.



**Mapa 1 – Plantas Industriais da Petrobras**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento

Repetindo o que falei antes, existe pouca curiosidade com relação a essa iniciativa da companhia. Nós estamos começando nossa área de biocombustíveis no Nordeste vinculando essa produção aos agricultores da Região. (Tabela 6). Sabemos das dificuldades que isso envolve, mas foi esse o desafio que a companhia adotou. No caso da região de Montes Claros, temos 20.000 famílias. Aqui no Ceará, são 25.000 famílias; estamos falando de 25.000 novos

produtores para a Petrobras. Na realidade, esse é o tamanho do desafio que está sendo proposto aí.

A idéia é trabalhar, aqui no Ceará, com algodão, com girassol e com mamona. Nós entendemos que existe a alternativa da soja e também de outros produtos, como óleo de cozinha, gordura animal e outras matérias-primas. Mas a prioridade, como eu já falei, é a agricultura familiar, em parceria com os governos estaduais. Essa parceria da Petrobras com os governos dos Estados do Ceará, da Bahia e de Minas já está acontecendo. Eu acho que no Ceará ela está se dando muito bem, assim como a parceria com o BNB, a parceria com MDA, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Via Campesina e cooperativas de produtores, contratos com as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), um fortalecimento da assistência técnica pública. Essa é uma novidade a que todos têm que estar atentos: o produtor de biodiesel é obrigado a financiar a assistência técnica do produtor. Então, ele está ligado diretamente ao produtor nesse vínculo da capacitação técnica. Assim, as baixas produtividades que venham a ocorrer passam a ser responsabilidade também do produtor de biodiesel. Esse é um artifício interessante da lei. Temos também nossa parceria com a Embrapa, com relação ao fornecimento de sementes certificadas.

Na realidade, esse programa de biodiesel tem três grandes pilares: o pilar ambiental, o pilar social e também o pilar econômico. Então, temos que trabalhar preocupados com a competitividade do biodiesel; temos que discutir formas de ganhar produtividade para viabilizar um combustível que seja realmente competitivo economicamente. Aí vem a adesão de grandes consumidores, pois a partir do instante em que grandes consumidores passarem a se interessar por biodiesel, isso certamente vai despertar o mercado; temos a antecipação da obrigatoriedade do B5 e o desenvolvimento do mercado internacional de biodiesel.

Hoje, a Petrobras tem biodiesel em 5.300 postos. Então, a parte extrema da cadeia que toca o mercado está desenvolvida, a parte

industrial também; o Brasil já tem grandes produtores de biodiesel. Chegamos agora, digamos assim, como conhecemos no petróleo, ao grande desafio que é a produção do óleo vegetal e do grão.

**Tabela 6 – Plantas Industriais da Petrobras**

<b>Usinas de Biodiesel</b>	<b>Candeias (BA)</b>	<b>Montes Claros (MG)</b>	<b>Quixadá (CE)</b>	<b>Total</b>
<b>Capacidade de Produção</b>	57 milhões de litros/ano	57 milhões de litros/ano	57 milhões de litros/ano	171 milhões de litros/ano
<b>Insumos</b>	Agricultura familiar: Amendoim Dendê Mamona  Agronegócio: Soja Gordura animal  Óleos residuais (“óleo de cozinha”)	Agricultura familiar: Algodão Mamona  Agronegócio: Soja Gordura animal  Óleos residuais (“óleo de cozinha”)	Agricultura familiar: Algodão Girassol Mamona  Agronegócio: Soja Gordura Animal  Óleos residuais (“óleo de cozinha”)	x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x
<b>Agricultura Familiar (emprego e renda)</b>	25 mil famílias	20 mil famílias	25 mil famílias	70 mil famílias

**Início da Operação: final de 2007**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento

Assim, com alegria nós estamos tocando esse projeto em Quixadá, com todo esse conjunto de desafios. E não estamos sozinhos; o biodiesel envolve a construção de um projeto coletivo, onde, nesse caso específico, nós vivemos uma surpreendente realidade: todos os elementos pra construção desse projeto são locais. Temos a produção industrial local, a produção de grão local, a possibilidade da produção do óleo vegetal local, a tecnologia, a assistência técnica. É muito difícil buscar um culpado no outro, porque o outro é local. Todos os elementos estão na Região, ao nosso alcance.

O sucesso depende, então, do empenho de todos. É preciso construir essa parceria, e estamos trabalhando fortemente nessa

parceria com os governos regionais, em especial o Governo do Ceará; com o BNB, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, as Ematers, as universidades (esse projeto já nasce com uma participação forte da universidade).

Sem querer mais me prolongar, e já concluindo minha fala, quero agradecer mais uma vez pelo convite e dizer que a Petrobras realmente se sente honrada não só pela parceria com o BNB, mas pelo desafio que a sociedade brasileira, de repente, colocou nas mãos da companhia. Muito obrigado a todos!

## **Pedro Lapa**

Agradecemos à Petrobras e ao amigo João Augusto esses registros! Em função da formatação do evento, essas informações são informações panorâmicas, mas a Petrobras e o Banco do Nordeste ficam à disposição no sentido de aprofundar o repasse de informações sobre essa iniciativa, as análises e o que existe projetado com relação a esse assunto, para subsidiar pesquisadores e estudiosos que reforcem essa iniciativa, dentro do espírito do Fórum e do Seminário.

Gostaria de registrar a presença, no recinto, do Dr. Roberto Smith, presidente dessa organização, e do Dr. João Alves de Melo, ex-presidente da Casa, que também nos honra com sua presença. E dando andamento, passo a palavra para o professor João Nildo, para que faça sua apresentação.

## **João Nildo**

Eu queria agradecer ao Banco do Nordeste pela oportunidade de apresentar uma posição de outro setor da sociedade, que é a universidade, e particularmente a Universidade de Brasília, que, em seu Centro de Desenvolvimento Sustentável, tem a preocupação fundamental de discutir os grandes problemas nacionais com o foco nas diversas dimensões da sustentabilidade: social, econômica

e ambiental. É uma satisfação estar aqui, e é uma satisfação maior ainda ouvir a posição da Petrobras, que é semelhante e, em muitos aspectos, muito igual à posição que a universidade tem quando discute, principalmente, os problemas energéticos e, particularmente, os problemas do biocombustível.

Em minha apresentação, vou fazer uma breve introdução e passar imediatamente para as fontes alternativas de energia, colocando o foco aqui no Nordeste, dentro de uma postura que temos discutido e com a qual estamos nos inserindo no semi-árido. Estamos fazendo alguns estudos no semi-árido da Bahia, em toda aquela região do São Francisco, estamos agora chegando aqui no Ceará, a convite do Banco e da Petrobras. Em seguida, falaremos do biodiesel e suas dimensões de sustentabilidade e, em muitos pontos, vamos sombrear nossa palestra com a palestra do João Augusto.

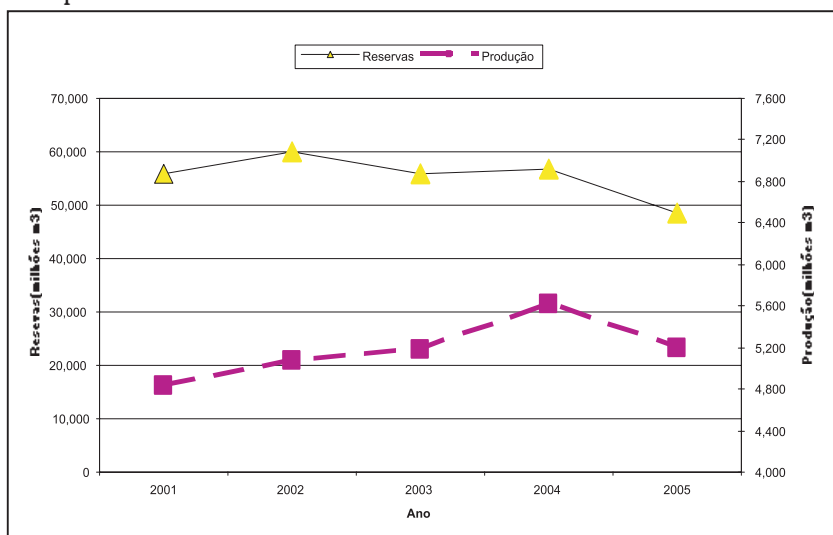
A crise do petróleo levou ao crescimento rápido de uma fonte energética que anteriormente era muito usada nos Estados Unidos e pouco usada nos outros países, que é o gás natural. Nesses últimos 10 anos, o gás natural teve um impulso razoável: enquanto o petróleo teve uma redução de consumo em torno de 1%, o uso do gás natural teve um aumento de 4%. No Brasil, de 2003 a 2006, o gás natural teve um aumento de utilização em torno de 8%.

Isso porque ele é um combustível que é menos poluente; é um combustível que tem reservas relativamente abundantes no País e no resto do mundo, tem reservas que ultrapassam, em todos os cenários, a durabilidade do petróleo; permite facilmente a diversificação da matriz energética; e com a produção de eletricidade, que teve um impulso muito grande com a introdução dos ciclos combinados, aumentou o rendimento das termelétricas. E ainda com uma característica importante: examinando historicamente os processos de fornecimento e de abastecimento de gás natural, nós identificamos que o gás natural é o combustível da negociação: diferentemente do petróleo, nunca houve um atrito, um conflito militar em torno do gás natural. Ele é igual ao petróleo no que

diz respeito à sua pesquisa e à sua produção, mas a partir daí é completamente diferente, tanto nos meios de transporte quanto nos diversos atores que intervêm nesse processo. O gás natural sai da jazida e vai diretamente para o consumidor. Isso lhe dá certas características que tornam seu uso muito interessante.

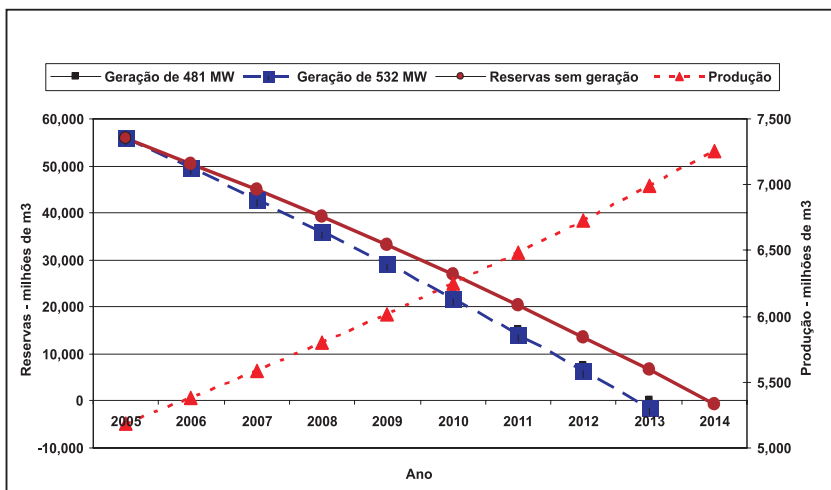
No que diz respeito ao Nordeste (Gráfico 15), as reservas de gás natural estiveram relativamente estáveis, mas começam a decrescer. E o consumo começa a aumentar, com o uso industrial e o uso automotivo.

Eu preparei três cenários baseados na necessidade de operar as termelétricas que estão instaladas nessa Região e que são abastecidas através do gasoduto Nordestão. Eu tenho aqui a produção em milhões de metros cúbicos (Gráfico 16), essa produção tem aumentado e, se fizermos uma projeção até 2014, essa produção atinge em torno de 7 milhões de metros cúbicos. Então, de acordo com esse cenário, se a produção seguir o ritmo que tem seguido até agora, em 2014 ela atinge o ponto máximo; e as reservas estarão completamente extintas.



**Gráfico 15 – Produção e Reservas de Gás Natural no Nordeste**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento



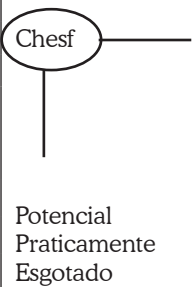
**Gráfico 16 – Extinção das Reservas da Região Nordeste**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento

Então, se apresentam para o Nordeste algumas opções, que são as energias renováveis. Temos as energias de fluxo, que são as energias hidráulica, eólica e solar; e a energia de biomassa.

A capacidade de produção de energia hidráulica no Nordeste está praticamente esgotada. A Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) produz atualmente em torno de 10,6 mil megawatts (Quadro 8) dos quais 10 mil são produzidos no São Francisco. Esse é um potencial que já é usado há bastante tempo e tem um problema de eficiência energética onde existe espaço para melhoria, já que existe uma perda declarada de 15% na energia que é produzida. Então, desses 10 mil megawatts, mais ou menos 1.500 megawatts são perdidos nas linhas de transmissão, são perdidos na distribuição e na não-contabilização da distribuição.

A segunda opção que temos aqui no Nordeste é a energia eólica. Para considerar o potencial dessa energia eólica, que é uma energia de fluxo, nós temos que levar em consideração a distribuição espacial dessa energia, a distribuição temporal, as características técnicas de utilização e, naturalmente, o desempenho econômico da sua geração.

<b>Hidráulica</b>		<b>Nome</b>	<b>Unidades</b>	<b>Potência</b>
		 <p>Potencial Praticamente Esgotado</p>	Sobradinho	5 ud
Luiz Gonzaga	6 ud		1.476 MW	
Paulo Afonso	23 ud		4.726 MW	
Xingó	5 ud		3.162 MW	
Piloto	1 ud		2 MW	
Pedra	1 ud		20 MW	
Funil	3 ud		30 MW	
Camaçari	5 ud		350 MW	
<b>Total instalado da Bahia</b>			<b>10.016 MW</b>	
Boa Esperança	4 ud		237 MW	
Curemas	2 ud		3,5 MW	
Araras	2 ud		4 MW	
Bongi	5 ud		142 MW	

#### Quadro 8 – Energia Hidráulica

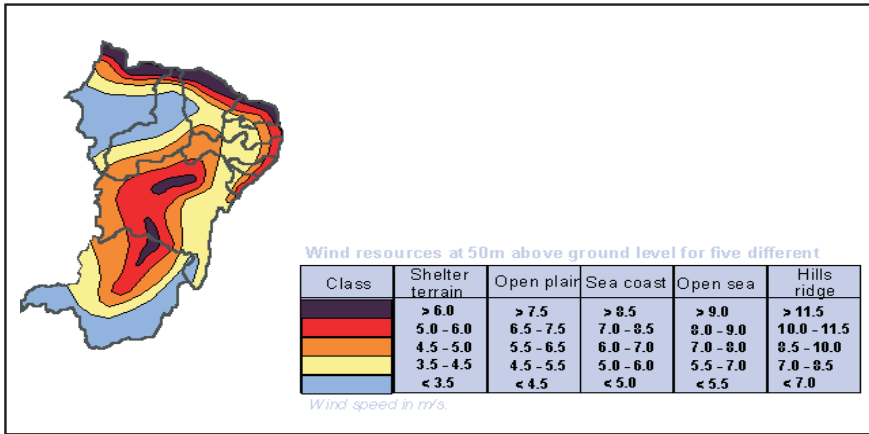
Fonte: Slides apresentados no Evento

Se olharmos para o mapa de velocidade dos ventos no Nordeste (Mapa 2), nós podemos ter um otimismo muito grande, porque em toda a costa do Nordeste existem ventos aptos à geração de energia eólica; ventos de velocidades e constâncias adequadas para a instalação de aerogeradores. Se olharmos para o interior da Região, também encontramos áreas enormes que podem ser utilizadas para a geração de energia elétrica através de energia eólica. Aqui nós temos velocidade de ventos que vão desde 7m/s até 11m/s, dependendo da altitude onde o vento é medido; e de 6m/s a 10m/s, que viabiliza toda essa faixa vermelha e essa faixa mais escura como potencial para geração de energia elétrica.

Quando calculamos o potencial eólico total no Nordeste (Mapa 3), nós temos em torno de 100gW numa área de 50 mil km<sup>2</sup>, com uma densidade média de 2mW/km<sup>2</sup>. Essa energia pode ser gerada em torno de US\$ 1.000,00 a US\$ 2.000,00/kW instalado. Isso é um valor muito importante. O país que hoje mais utiliza energia eólica é a Alemanha, e ele gera 25gW em energia eólica e tem uma capacidade de 25gW; então, tem uma utilização que está

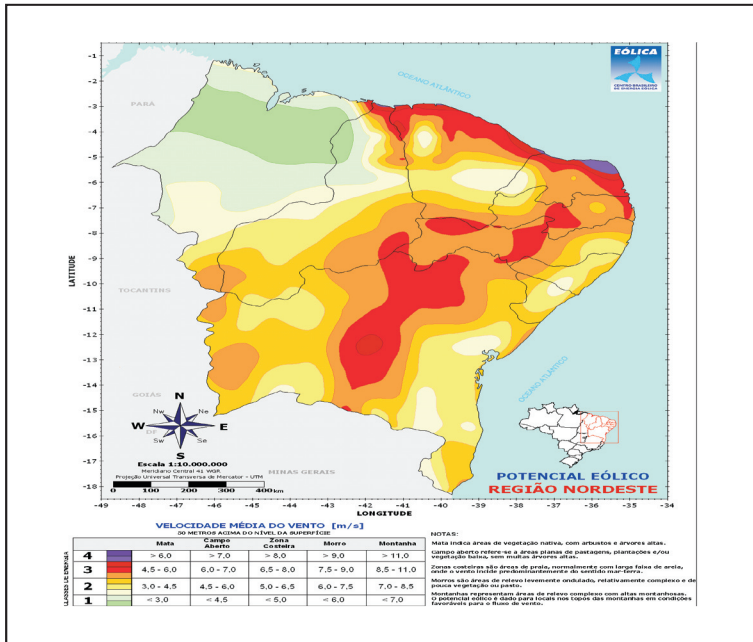


se extinguindo. E no Brasil, principalmente aqui no Nordeste, nós estamos com uma produção em torno de 200mW instalados.



Mapa 2 – Velocidade dos Ventos no Nordeste

Fonte: Adaptação do Autor a partir do Site Disponível em: <[www.mariafillo.org/bau\\_da\\_fillogap12.htm](http://www.mariafillo.org/bau_da_fillogap12.htm)>.

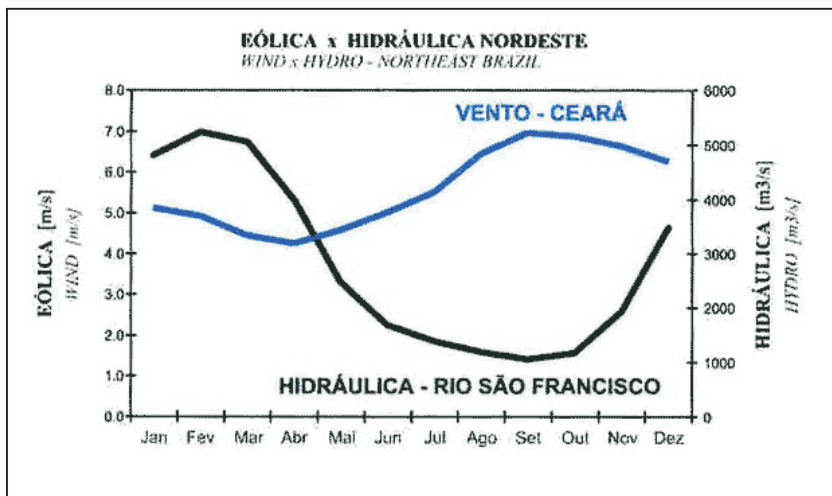


Mapa 3 – Potencial Eólico do Nordeste

Fonte: Slide apresentado no Evento

A energia eólica tem um problema por ser energia de fluxo: você não pode armazenar essa energia. Entretanto, combinada com a energia hidráulica, ela pode economizar as águas represadas nas barragens e servir como uma reserva técnica para utilização a qualquer momento.

Temos aqui um gráfico muito interessante (Gráfico 17), que é o gráfico da vazão do Rio São Francisco e dos ventos aqui do Ceará. A vazão do São Francisco chega num ponto mínimo no mês de agosto, quando tem uma vazão em torno de 1.000m<sup>3</sup>/s, que é quase 1/5 da vazão normal do rio; e nesse mesmo mês se dá um aumento nos ventos, o que viabilizaria uma combinação de energia eólica com energia hidráulica para armazenamento dessa energia.



**Gráfico 17 – Energia Eólica x Hidráulica – Nordeste**

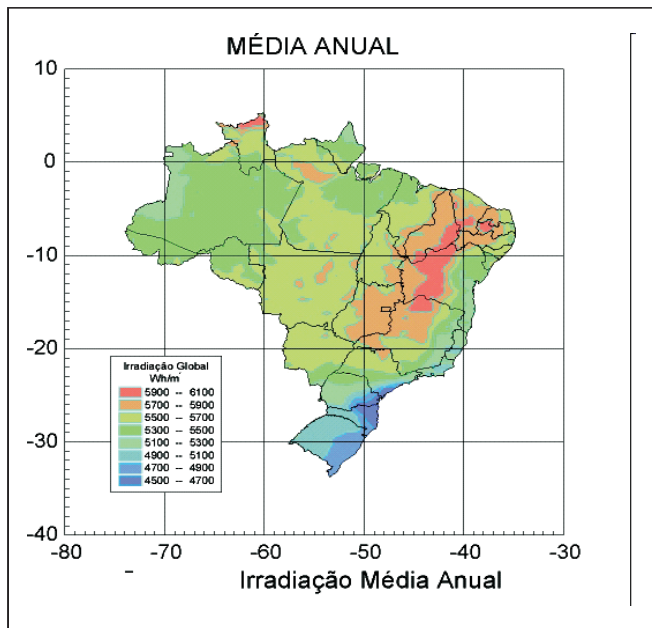
**Fonte:** Slide apresentado no Evento

No que diz respeito à energia solar (Mapa 4), o mapa de energia solar no Nordeste também é extremamente adequado e favorável à utilização dessa fonte, seja para geração direta através das células fotovoltaicas, seja para aquecimento doméstico. A utilização através das células fotovoltaicas é cara, sai em torno de US\$ 6.000,00 a US\$ 10.000,00/kW instalado, e acredito que esses US\$ 6.000 sejam um valor piso, uma vez que em Seabra, em Portugal,

foram instalados painéis solares para geração de energia elétrica em toda a cidade, são 70.000 painéis, uma escala de produção muito grande, para geração de 11mW, e esse valor não diminuiu de US\$ 6.000,00/kW instalado. Então, com a tecnologia de construção dessas células fotovoltaicas existente, esse valor parece que não desce mais, mesmo que se tenha uma grande escala de produção, ao contrário da energia eólica, que vem diminuindo o custo do equipamento à medida que a escala de produção dos aerogeradores aumenta.

Já o uso no aquecimento doméstico é extremamente favorável, porque hoje o consumo de eletricidade por meio dos chuveiros elétricos é bastante importante, chegando nos momentos de pico a exigir um despacho energético maior. Então, com um coletor solar plano, que é um coletor de aquecimento de baixa temperatura e alto rendimento (o rendimento dos coletores é em torno de 60%). Podem-se substituir tranqüilamente os chuveiros elétricos, dependendo de uma política pública de apoio à população para aquisição desses equipamentos, porque seu custo não é tão alto assim. Com cerca de US\$ 1.400,00, pode-se substituir um chuveiro de 3kW e, com esse sistema completo, que dura em torno de 25 anos. Ao custo energético de hoje, um conjunto desses (o coletor e o armazenador de água, o *boiler*) se paga em cinco anos e traz uma economia considerável de energia. Então, a energia eólica combinada com a energia solar pode ser uma solução para a exaustão da capacidade de fornecimento de energia hidráulica que hoje está colocada aqui na Chesf.

No que diz respeito aos biocombustíveis, que é o principal assunto nosso hoje, aqui, eu diria que a energia da biomassa abre uma perspectiva para um novo tipo de civilização, para uma nova abordagem do sistema energético, para uma nova postura ante a preocupação mundial de hoje, que é o aquecimento global, mas para ser eficaz ela tem que ser apoiada num processo de inclusão social, como o João Augusto disse aqui, num processo de libertar o País da geopolítica do petróleo e, num processo de redução da emissão de gases de efeito estufa, tudo isso combinado com o compartilhamento, o consórcio da produção dessa energia com a produção de alimentos.



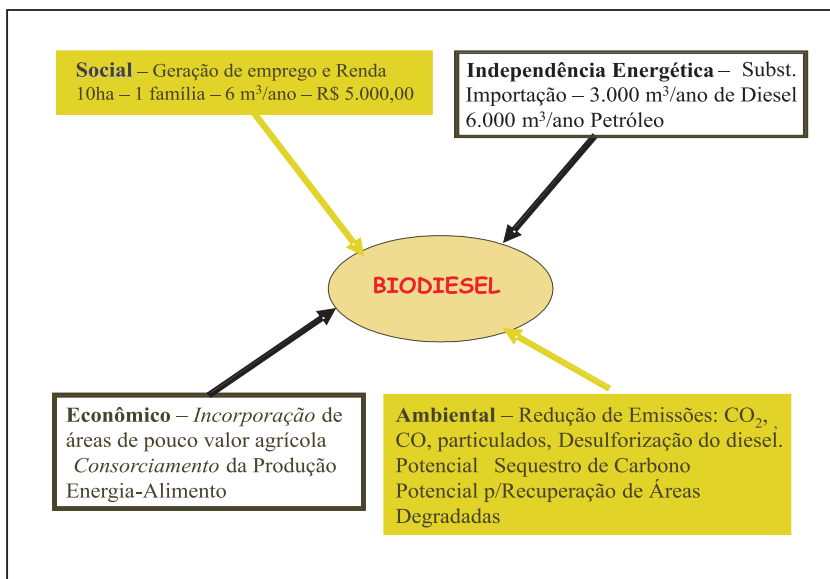
**Mapa 4 – Potencial Solar do Nordeste**

**Fonte:** Slide apresentado no Evento

Nossa experiência no que diz respeito à biomassa, uma experiência tecnicamente de sucesso, que foi o Proálcool, mostra que, se não forem levadas em considerações políticas de inclusão social, esse processo pode ser tremendamente excludente e concentrador de renda.

No que diz respeito ao biodiesel, eu queria dizer que a nossa visão da utilização desse combustível (Figura 2) coincide em alguns aspectos (e isso me dá muita satisfação) com a visão apresentada pelo João Augusto, que é uma visão oficial da Petrobras.

Nós entendemos que o biodiesel é uma oportunidade de resolver um dos problemas mais graves que temos hoje, que é o problema de geração de emprego e renda. É uma forma de evitar uma grande migração para o setor urbano, que gera uma pressão sobre os equipamentos e os bens das cidades, e isso deve ser levado em consideração.



**Figura 2 – Biomassa – Dimensões da Sustentabilidade do Biodiesel**  
**Fonte:** Slide apresentado no Evento.

Quanto custa manter um homem no campo e quanto custam os serviços a ele prestados na cidade? Quanto custam a segurança, as escolas, os serviços sanitários? É fácil calcular: pega-se o orçamento, divide-se pelo número de pessoas, e sabe-se quanto custa cada pessoa nas cidades. Esse custo naturalmente deve ser considerado quando se calcula o custo do biodiesel. Então, o biodiesel é uma oportunidade de inclusão social, de geração de emprego e renda. É fácil fazer os cálculos: uma área de 10 hectares, gerida por uma família que usa o biodiesel como renda complementar, pode produzir em torno de 6m<sup>3</sup> de biodiesel por ano, gerando uma renda suplementar de R\$ 5.000,00 por ano, que equivale a mais um salário mínimo complementar à renda familiar.

O segundo aspecto que deve ser levado em consideração é o aspecto da independência energética do País, a libertação do País da geopolítica do petróleo. O Brasil hoje importa, como já foi dito aqui, em torno de 3.000m<sup>3</sup> de diesel refinado, de diesel com valor agregado, para completar sua capacidade de oferta; e importa petróleo, dos

quais, 6 milhões de m<sup>3</sup> são para produção de diesel. É a produção de diesel que define o perfil de refino das refinarias brasileiras. Então, isso é uma oportunidade de negócios para o biodiesel e a oportunidade da independência energética tão desejada que o País precisa. Então, é uma dimensão importante que deve ser considerada.

O terceiro aspecto é o aspecto econômico, que envolve naturalmente a incorporação de áreas com pouco valor agrícola, áreas marginais para a agricultura, e permite também o consórcio da produção de energia e alimento, o que é muito importante para a segurança alimentar do País hoje.

Há ainda a questão ambiental, com a redução da emissão de CO<sub>2</sub>, CO e particulados. Esse tema saiu da pauta de discussão e preocupação das autoridades e das pessoas por causa do efeito estufa, mas o diesel emite CO, que compete com o oxigênio na circulação sanguínea, e em torno de 70 espécies de particulados, todos eles cancerígenos.

Outra oportunidade que as legislações da Comunidade Econômica Européia vão abrir para o uso do biodiesel é a possibilidade da dessulfurização completa do óleo diesel. O óleo diesel tem um teor de enxofre para manter sua lubrificidade e, durante a combustão, esse teor de enxofre se transforma em SO<sub>x</sub> e SO<sub>2</sub>. Esse SO<sub>2</sub> é um dos provocadores da chuva ácida, pois, quando ele se mistura com a água nas nuvens, forma o ácido sulfúrico. As legislações para redução de enxofre no diesel esbarram na condição técnica da necessidade de manter a qualidade de lubrificante do diesel, para manutenção da bomba ejetora, mas, com 1% de adição de biodiesel ao diesel, é possível que o óleo seja completamente dessulfurizado, mantendo asseguradas as suas condições de lubrificidade. Então, esse é outro espaço para o crescimento do biodiesel no que diz respeito à possibilidade de exportação.

Ainda na questão ambiental, dependendo do tipo de planta utilizada, abre-se espaço para a participação dessa agricultura nos

projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo. Existem em torno de US\$ 100 bilhões, até 2012, circulando no mundo para financiar esses projetos; e algumas dessas oleaginosas têm um grande potencial para recuperação de áreas degradadas. Então, eu diria que as principais dimensões da sustentabilidade do biodiesel estão na possibilidade de inclusão social, na independência energética do País, nos aspectos econômicos, com incorporação de áreas de baixo valor para a agricultura, e na questão ambiental, além da sustentabilidade institucional, que é fundamental.

O Nordeste está bem aquinhoado disso: a mamona não é uma planta exótica, o pinhão-manso também é bem conhecido aqui; tem o algodão, a palma e a cana-de-açúcar, que é importante para a produção de álcool.

E como é que está a situação hoje? Hoje o Nordeste tem fábricas com uma produção de 285.000m<sup>3</sup> por ano. Essas fábricas estão no Piauí, em Floriano, com capacidade de produção de 45.000 m<sup>3</sup>/ano; em Crateús, no Ceará, com capacidade de produção de 120.000m<sup>3</sup>/ano; uma da Petrobras, no Rio Grande do Norte, que podemos dizer que é uma fábrica-piloto, de 180.000m<sup>3</sup>/ano, e uma fábrica em Iraquara, na Bahia, com 120 mil m<sup>3</sup>/ano.

Ainda em construção, têm fábricas projetadas para produzir em torno de 500.000m<sup>3</sup>/ano. Elas estão localizadas em Quixadá, que é a fábrica da Petrobras, que já estivemos visitando, com 58.000 m<sup>3</sup>/ano; em Campina Grande, com 40.000m<sup>3</sup>/ano, Jeremoabo, na divisa da Bahia com Pernambuco, com 18.000 m<sup>3</sup>/ano; em Una, na Bahia, com 60.000m<sup>3</sup>/ano; e essa da Petrobras, a que João se referiu, em Montes Claros, com 57.000m<sup>3</sup>/ano. Isso dá um total de fábricas em construção de 522.000m<sup>3</sup>/ano de produção de biodiesel, e um total, quando estiverem prontas, de 807.000m<sup>3</sup>/ano.

Além dessas, têm as fábricas que estão planejadas, com autorização, projetadas para produzir 154.000m<sup>3</sup>/ano, distribuídas em Alagoas, Pernambuco e Bahia. Isso vai permitir uma produção

total, quando todo esse sistema estiver operacional, em torno de 1 milhão de metros cúbicos por ano de biodiesel. Vamos ter então uma malha de produção que vai permitir uma logística para utilização desse combustível, aumentando a eficiência energética, evitando os transportes e ainda promovendo um desenvolvimento local.

Fiz aqui uma simulação para o Ceará, justamente para examinar um pouco a questão da segurança alimentar. Esses dados aqui são os dados de produção da região de Crateús, publicados pelo IBGE em 2005. Na região de Crateús, os agricultores plantam feijão em 11.000ha, mamona em 125ha, mandioca em 700ha, e milho em 15.000ha, o que dá um total de área plantada de 28.000ha. A área total do município é de 290.000ha. Para atender à necessidade de produção desses 120.000m<sup>3</sup>/ano, seriam necessários 236.000ha de plantação de mamona, com a produtividade padrão que nós temos aí. Então, não haveria uma competição entre a produção de alimento e de energia nessa Região, olhando isso em termos macro.

No que diz respeito à nova fábrica da Petrobras em Quixadá, que vai produzir 58 mil m<sup>3</sup>/ano, o município de Quixadá tem uma área de 202 mil ha, que é utilizada para produção de algodão (200ha), arroz (1ha), fava (16ha), feijão (6 mil ha), mamona (200ha), mandioca (60ha), milho (5.400ha), sorgo (150ha). Então, de toda essa área de 202 mil ha, são utilizados somente 12 mil ha para produção de alimentos.

Para atender à demanda dessa fábrica, se for o caso da mamona, seria necessário o plantio de mamona em 110 hectares. Então, sobraria ainda área para continuar a plantação de alimentos e a tão desejada produção compartilhada, com a inclusão das 20 mil famílias que foram mencionadas aqui.

No que diz respeito ao preço, o custo de produção, hoje, do biodiesel a partir da mamona está entre 0,43 e 0,57 dólar/litro, enquanto o custo de produção do diesel está em 0,55 dólar/litro. A soja está a 0,31 (menor que o custo de produção do diesel), e o dendê está



entre 0,17 e 0,20, com um custo ainda mais baixo em relação ao diesel. O pinhão-manso (esses dados são muito preliminares) tem custo em torno de 0,13 dólar/litro; e o sebo animal, outra matéria-prima que está sendo considerada agora, tem custo de 0,27 dólar/litro.

Concluindo, os aspectos ambientais que nós consideramos são os riscos devidos à implantação de uma monocultura – então nós temos que trabalhar para evitar isso; os riscos de contaminação do solo e da água devido aos defensivos; o desgaste excessivo das terras; o balanço de carbono, que é favorável nos primeiros anos do plantio; e a redução das emissões com eliminação dos diversos contaminantes do óleo diesel. O uso do biodiesel 100% aumenta as emissões de NOx, mas existem estratégias tecnológicas para redução dessas emissões.

Os aspectos econômicos: o Brasil consome hoje em torno de 40 bilhões de litros/ano de óleo diesel com 18% do petróleo utilizado importado, isso representa um potencial de expansão favorável para o biocombustível. Uma monocultura é sempre acompanhada de fortes impactos sociais – isso é um risco social que se corre. Um hectare de mamona pode produzir mil litros/ano de biodiesel; 10% da substituição ocupariam 4 milhões de hectares. E, como já discutimos aqui, há possibilidade de inclusão, através de uma política de mobilização efetiva, dos desempregados e pessoas que estão fora do sistema produtivo.

Eu agradeço a todos, e queria pedir desculpas porque, além de estar chegando da Europa agora, viajei 10 horas, estou com cinco horas de defasagem de fusos horários, e ainda enfrentei um vôo de Brasília para cá que atrasou cinco horas, cheguei aqui esta manhã.

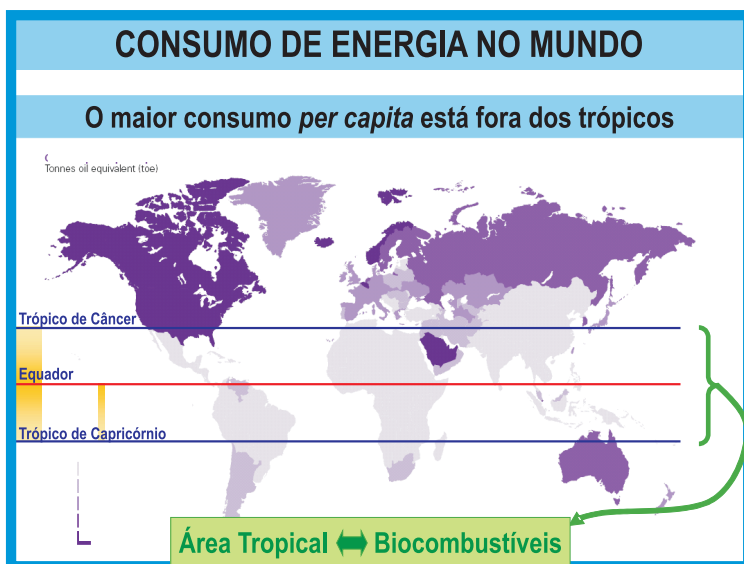
## **Pedro Lapa**

Agradecemos a exposição, particularmente dentro desse formato, o esforço que o professor teve de se deslocar da Europa para Brasília e de Brasília para cá, mas nos brindou com uma boa síntese,

bastante alinhada com a forma como a Petrobras tem procurado se conduzir com relação ao assunto, de tal maneira que nós agradecemos sua presença, sua contribuição, suas considerações, as informações.

E gostaria de registrar e lamentar que o Geraldo Eugênio, diretor da Embrapa, está a caminho do Banco do Nordeste, mas não chegará a tempo, de tal maneira que a contribuição dele terá que se encaixar em outro formato.

Dando encaminhamento para o final desse painel, eu pediria ao pessoal de apoio que fizesse a apresentação de um mapa, que, a meu ver, representa uma síntese da visão estratégica do Governo Federal com relação à geração de energia, particularmente a bioenergia.



Mapa 5 – Consumo de Energia no Mundo

Fonte: Slide apresentado no Evento.

Essa área escura é a média de consumo *per capita* de energia. Vemos que o consumo de energia *per capita* está concentrado fora da zona dos Trópicos. E temos a geopolítica energética, que foi comentada pela Petrobras e pela UnB. Os Trópicos representam

uma oportunidade incomum de refazer essa matriz, de refazer essa geopolítica. Eu acredito que esse mapa só aponta o tamanho do acerto da aposta do governo, que se manifesta através da ação da Petrobras e dessa visão que a UnB nos traz.

Foradisso, gostaria de fazer dois outros comentários com relação ao assunto e que envolve a Embrapa. Temos, o Banco do Nordeste e a Embrapa, uma parceria histórica. Com relação especificamente a energia, a Embrapa nos ajuda no sentido de avançarmos no zoneamento agrícola, o que permite apontar onde cada uma dessas culturas é recomendável, de tal maneira que se possam mobilizar os entes públicos, particularmente os bancos, a estarem recebendo e incentivando a estruturação de projetos que representem e ocupem esse espaço apontado aqui nas apresentações.

Outra questão é a curva de aprendizado com relação à mamona, com relação ao pinhão-manso. E a Embrapa já saiu com a sua primeira novidade, que é a variedade de mamona Energia. Até então trabalhávamos com a Paraguassu e a Nordestina, e agora temos uma nova variedade de mamona. Significa que está em curso o projeto de pesquisa, e essas novidades devem se incorporar a esses custos apresentados aqui, até modificar para melhor a estruturação dessas atividades.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) também tem dado uma colaboração importante no sentido de que é preciso atualizar o calendário agrícola da mamona. Essa mobilização, à qual João Augusto se referiu e à qual o Banco do Nordeste esteve presente, de viabilizar a oferta de crédito para o plantio de mamona durante 2007, nos mostrou que o zoneamento agrícola contém alguns erros. E pilotados pelo mapa, com a assessoria técnica da Embrapa e com envolvimento dos governos estaduais, estamos produzindo um novo calendário, de tal maneira que, em 2008, os bancos e os entes envolvidos nesse projeto terão elementos mais consistentes para operar a sua proposta de expandir o financiamento do cultivo de mamona.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que as instituições se legitimam pelo seu discurso, tanto falado quanto escrito, e aqui estamos diante da fala do Banco do Nordeste, da fala da Petrobras, da fala da UnB, mas também, e principalmente, eu acho que a legitimidade se dá pela ação, e eu gostaria de mencionar o zelo de alguns governadores com relação ao avanço das iniciativas, das providências no sentido de viabilizar a expansão do biocombustível.

Particularmente com relação à cana-de-açúcar, o Governo do Estado do Piauí já delimitou na região de Guadalupe uma área – 100.000 hectares –, que comporta quatro ou cinco projetos industriais, e essa delimitação não é um ato de vontade do governador e da sua equipe: é uma construção técnica. A mesma coisa se pode falar do Governo do Estado da Bahia, que, no seu planejamento estratégico – e eu tive oportunidade de ver isso na apresentação do secretário de Planejamento da Bahia, recentemente –, destina parte da região do oeste baiano, particularmente o município de São Desidério, para instalação também de unidades de produção de Etanol a partir da cana. Em Pernambuco, também, o governador do Estado tem trabalhado no sentido de ampliar a produção da cana e do Etanol, no Vale do São Francisco.

Então, estamos falando de uma oportunidade do biocombustível, mas temos um conjunto de ações que revelam que o Governo Federal, seus bancos oficiais, suas empresas estatais e seus parceiros, governos estaduais, estão avançando e modificando os números, de tal maneira que podemos comemorar que estamos a caminho de mudar nossa matriz energética.

E particularmente em relação à eólica, o Banco está mobilizado no sentido de encontrar rápidas soluções para os projetos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); portanto, são prioridades do Governo Federal e, à medida que o Banco do Nordeste é agente operador do Governo Federal, também são prioridades do Banco do Nordeste.

Com essas palavras, e em nome do esforço de manter o calendário e a forma como o evento foi organizado, encerro aqui esse painel, acrescentando que, com relação às dúvidas, às indagações referentes ao que foi falado aqui, eu acho que a organização do evento encontrará uma forma de colocar os expositores em contato com as pessoas que queiram algum esclarecimento, e organizará um momento em que se possam fazer as perguntas e obter as devidas respostas.

Muito obrigado a todos, de maneira especial aos expositores!

### **Mestre-de-cerimônias**

Senhoras e senhores, na seqüência de nossa programação, teremos em instantes a Sessão Especial BNB 55 anos, ocasião em que o senhor representante do BID no Brasil estará proferindo uma palestra no idioma espanhol. Para facilitar a compreensão de todo o conteúdo que aqui será apresentado, teremos agora um breve intervalo de dez minutos, para que os participantes que assim desejarem possam pegar os seus fones de tradução no salão anexo a este auditório.



## **SESSÃO ESPECIAL BNB – 55 ANOS: O NORDESTE E O NOVO CICLO DE INVESTIMENTOS**

### **Composição da mesa:**

Roberto Smith – Presidente do BNB

Cid Ferreira Gomes – Governador do Estado do Ceará

Wilson Nunes Martins – Vice-governador do Estado do Piauí

José Luiz Lupo – Representante do BID no Brasil

Zezéu Ribeiro – Coordenador da Bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados

Pedro Eugênio Cabral – Deputado Federal

José de Freitas Uchoa – Secretário de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza

### **Mestre-de-cerimônias**

Neste momento, iniciamos a Sessão Especial BNB 55 Anos – O Nordeste e o Novo Ciclo de Investimentos. Convido o excelentíssimo senhor governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, para, acompanhado do senhor presidente do BNB, Roberto Smith, compor a mesa diretora dessa seção. Convido a tomarem assento à mesa o excelentíssimo senhor vice-governador do Estado do Piauí, Wilson Nunes Martins, neste ato representando sua excelência o senhor governador Wellington Dias; o senhor representante do BID no Brasil, José Luiz Lupo; o excelentíssimo senhor deputado federal Zezéu Ribeiro, coordenador da bancada nordestina na Câmara dos Deputados; o excelentíssimo senhor deputado federal Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral; e o senhor secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Fortaleza, José de Freitas Uchoa, neste ato representando sua excelência a senhora prefeita Luiziane de Oliveira Lins. Por gentileza, senhores, queiram tomar assento.

Registro neste auditório a honrosa presença do senhor secretário de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte, Fernando Fernandes, aqui representando a excelentíssima senhora governadora Wilma Farias; e do senhor Luiz Carlos Silva, neste ato representando o excelentíssimo senhor ministro de Estado da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima.

Senhoras e senhores, neste momento ouviremos a apresentação do senhor representante do BID no Brasil, José Luiz Luppó.

### **José Luiz Luppó**

Bom dia! Em primeiro lugar, quero pedir desculpas por falar em espanhol, fazendo com que alguns tenham que utilizar a tradução simultânea. Nesse processo de integração do Brasil, com segurança, começarei falando em portunhol e depois em português.

Quero inicialmente agradecer ao BNB este convite. É para mim uma grande honra fazer parte desta mesa tão expressiva em termos de lideranças políticas do País, e fazer parte dessa comemoração dos 55 anos do Banco do Nordeste. Talvez todos não saibam, mas o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que represento, parece ser um irmão menor do BNB – porque o BID tem 48 anos de vida, estamos nos preparando para o cinquentenário –, e mantém uma longa história de parceria com a instituição que hoje festejamos.

De fato, desde 1961, iniciamos com o BNB um tempo de comprometimento e união, com projetos de desenvolvimento nas zonas urbana e rural, de US\$ 10 milhões. Assim, estamos completando com o BNB 46 anos de compromisso e união de projetos em benefício das zonas urbana e rural, entre os quais podemos destacar projetos nas áreas de turismo, microcrédito, agricultura familiar, infra-estrutura e desenvolvimento das cidades, dentre outras.



Em relação ao tema que estamos propondo aqui, o novo ciclo de investimentos, gostaria de colocar alguns pontos que, em minha opinião, são relevantes como pontos de reflexão para colaborar com o debate acerca dos novos tempos no Brasil, em particular, e na América Latina em geral.

Como é do conhecimento público, felizmente o País apresenta, hoje, fundamentos econômicos bastantes positivos, o que deixa para trás a busca pela estabilidade macroeconômica e fiscal, que, é claro, precisa ser mantida, mas nos coloca diante do dilema de como crescer de forma rápida e sustentável.

Um novo ciclo de investimentos se apresenta diante dos olhos de todos os brasileiros, sem, contudo, haver consenso sobre como enfrentar os desafios e oportunidades que ele nos impõe. Falamos aqui de desafios para governos, instituições nacionais, internacionais, de financiamento e de desenvolvimento e para a sociedade civil organizada e a classe política.

O Plano de Aceleração do Crescimento e os programas setoriais da área social, como o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano Nacional de Segurança Pública e Cidadã, por definição já constituem oportunidades, principalmente porque o momento permite planejamento de longo prazo, sem as vicissitudes das urgências, das conjunturas econômicas do passado, que obrigavam os governantes a corrigirem rumos apenas num nível imediato. Mas planos como os aqui citados, mesmo que bem planejados, não garantem êxito ou sucesso automático. É necessária a interação entre os atores, com apoio técnico, seguimento, monitoração, boa vontade e, acima de tudo, muita dedicação.

A consolidação do desenvolvimento brasileiro depende da superação dos gargalos potenciais em diversas áreas, como energia, saneamento, transportes, educação, capacitação de mão-de-obra, apoio ao empreendedorismo, microcrédito, ambiente de negócios, entre outros itens que podemos mencionar. É a viabilidade de

tantas iniciativas que ninguém vislumbrou por hora certamente é favorecida quando estamos atentos às formas inovadoras de relacionamento entre os setores público e privado, como são, por exemplo, as participações público-privadas; ou ainda perante esquemas institucionais inovadores de financiamento do setor público, tema este que terá seu devido espaço de debate durante o evento que hoje se inicia.

No mundo globalizado em que vivemos, em que o desafio da competição em escala mundial se renova a cada dia, é fundamental não esquecer que a inovação e o conhecimento são elementos diferenciadores em nossa atuação em prol do desenvolvimento sustentável. É uma grande satisfação notar que instituições brasileiras como o BNB não apenas desfrutam e promovem o conhecimento, mas também o disseminam, sendo os prêmios que serão entregues nestes dois dias uma pequena amostra desse valor agregado. Nós também trabalhamos num ambiente que lembra uma universidade do desenvolvimento.

Os bancos de desenvolvimento, categoria à qual o BID pertence, não podem se iludir. Hoje, existem no mercado recursos financeiros a custos acessíveis e prazos dilatados. Começam a existir em um número crescente de nações, e o Brasil tem obtido resultados ótimos neste *front*. Mas é importante lembrar que o financiamento é apenas um veículo, já que para fazer a diferença é preciso ir muito além do pagamento de obras ou repasses de recursos.

Cada vez mais, somos requeridos a apoiar sugestões, produções e disseminações de estudos técnicos, pesquisas e diagnósticos, no assessoramento à formulação de projetos e prospecção de novos negócios, na criação e gestão de capacidade institucional nos órgãos do governo e nos organismos executores, ou ainda no manejo dos impactos sociais e ambientais. É isto que chamamos de valor agregado da nossa instituição, ou seja, nosso conhecimento a serviço do desenvolvimento, nosso banco a serviço do País, ao longo de todo o ciclo do projeto, desde sua preparação, execução e avaliação.

Frente a este panorama, em que são postas novas demandas e em que os cronogramas são apertados, o BID fez um movimento significativo: lançou-se num profundo processo de reestruturação interna, que foi chamado de realinhamento, em que busca renovar seu compromisso institucional com o desenvolvimento. Esse processo nos faz aproximar dos nossos clientes. Com esse processo, estamos renovando o nosso compromisso institucional com o desenvolvimento. Esse processo, em plena fase de implementação, apresenta seus primeiros resultados, embora exista muito por fazer, no sentido de nos aproximarmos mais das demandas dos nossos associados.

Agora, o Banco está mais preocupado em agir como elemento catalisador das ações dos países-membros e em empregar o valor que agrega às suas operações. Cada vez mais, as operações ganham caráter de apoio ao crescimento, conhecimento e inovações técnicas, além de organizacionais, formando e consolidando capacidades institucionais, criando metodologias ou lições aprendidas na experiência nacional ou internacional, trabalhando com riscos ambientais, sociais e outras formas.

Estamos fortalecendo os escritórios locais, para que funcionem como um balcão único para os clientes, que mobilizem adequadamente os recursos financeiros e o conhecimento de que precisamos para trabalhar num país como o Brasil, que solicita uma demanda sofisticada e de características únicas, como o seu tamanho continental, grandes diferenças locais, tecnologia de ponta, mas também muitas desigualdades sociais.

Estamos organizando os procedimentos internos, de forma a otimizar o tempo e os recursos necessários para a preparação e o acompanhamento dos projetos. No campo dos mercados financeiros de capitais, buscamos viabilizar um crescente número de projetos. Para isso, nossa estrutura aproveitará oportunidades naturais de sinergia entre nossos departamentos que tradicionalmente atuavam no setor privado e no setor público, sendo que os projetos que

envolvem associações entre empresas públicas e consórcios privados também são elegíveis com o apoio do BID.

Por fim, posso citar nossa especial atenção aos temas dos empréstimos em moeda local, que já estão disponíveis para operações, além de futuros investimentos em temas continentais, como o caso dos biocombustíveis, combustíveis renováveis, e a promoção do acesso e inclusão de segmentos populacionais desfavorecidos, que foi chamada de “Oportunidades para a maioria”.

Neste caso, pretende-se apoiar a divulgação de oportunidades para empresas ou instituições interessadas em desenvolver soluções, produtos ou iniciativas que favoreçam grandes contingentes populacionais na América Latina. Eu, que recentemente cheguei ao Brasil, percebo quanto esse país é imenso e repleto de contrastes. É muito sofisticado no que diz respeito ao acesso a recursos financeiros, com muita experiência institucional e práticas acumuladas, mas, como falei anteriormente, ainda com grandes desafios por fazer e enfrentar. Como exemplos, superar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social. Estamos conscientes de que a nossa contribuição, embora valiosa, é limitada. Somente poderá ser complementar às capacidades e esforços que forem do próprio País e de todos os atores do desenvolvimento.

É muito importante para nossa instituição que nossas parcerias sejam realizadas de forma sólida e de longo prazo, como as que hoje mantemos com o BNB, para gerar sinergia e sermos catalíticos. Por isto, recentemente estive reunido com o presidente Roberto Smith, antes de assumir a situação de representante do BID no País, e estamos vendo questões técnicas e financeiras que abrangem áreas e segmentos como competitividade e desenvolvimento territorial e regional, desenvolvimento do mercado de capitais, bioenergia, infraestrutura, microcrédito, turismo e desenvolvimento sustentável, entre outros. Estou certo de que a nossa parceria com este banco, que já podemos considerar irmão, se renovará nos próximos anos, e que poderemos ser mais efetivos no apoio aos desafios sociais e econômicos do Nordeste e do Brasil.

Por fim, transmitam minhas felicitações às autoridades federais, bem como aos governantes desta Região, funcionários, *stakeholders* e clientes do BNB, pelos 55 anos de realizações, renovando meus votos de que a instituição continue cumprindo esta trajetória de longas conquistas para o povo do Nordeste e do Brasil – beneficiários finais de todos os nossos esforços. Muito obrigado!

## **Mestre-de-cerimônias**

Senhoras e senhores, iniciamos agora um momento muito especial de reconhecimento de iniciativas, ações, realizações e trabalho em prol do BNB e da região Nordeste. Na celebração de seus 55 anos, o Banco do Nordeste reconhece o exercício do voluntariado, prestado por funcionários, contratados, bolsistas e aposentados, por meio do seu programa de Voluntariado Empresarial.

O programa foi criado com o compromisso de desenvolver ações socialmente responsáveis focadas na missão, visão e valores institucionais, alinhadas de maneira estratégica com os atuais desafios relacionados à diminuição das desigualdades sociais, promoção da cidadania e fortalecimento da cultura regional. Esse programa tem como missão internalizar a cultura do voluntariado do BNB, incentivando seus colaboradores a uma participação consciente e transformadora em prol do desenvolvimento humano e social.

Podem ser voluntários: funcionários, contratados, bolsistas, dirigentes, aposentados e parceiros institucionais. Compreendemos que o exercício do voluntariado transforma a realidade, realiza a inclusão social e promove a cidadania. O Programa de Voluntariado do Banco do Nordeste possui ações voltadas para: Programa de Educação de Jovens e Adultos, Empreendedorismo em Escolas Públicas, Programa de Inclusão Digital, Atuação em Comunidades, Formação de Cidadania e Educação Ambiental.

Neste momento, para representar todos aqueles que doam conhecimento, habilidades e tempo em prol do exercício da

cidadania, convidamos o funcionário Denis Moura de Lima, consultor do Ambiente de Infra-estrutura de Tecnologia e voluntário do Programa de Inclusão Digital, para, em nome de todos os voluntários do BNB, receber das mãos do diretor de Controle e Risco do BNB, Augusto Bezerra Cavalcante Neto, troféu em reconhecimento ao nobre trabalho desenvolvido por todos.

(entrega de comenda)

O Escudo de Ouro é uma forma de reconhecimento do Banco do Nordeste pelos serviços prestados por todos os seus funcionários. Ele é concedido aos funcionários que completam 15, 20, 25 e 30 anos de tempo de serviço. Neste momento, passaremos à entrega dos escudos de ouro em reconhecimento aos anos trabalhados e serviços prestados por diversos funcionários do BNB, em toda a área de atuação do Banco.

Representando os funcionários que completaram 15 anos de serviços prestados ao BNB, convidamos Maria de Jesus Tomás Pinheiro, do Ambiente de Gestão de Pessoas. A funcionária receberá o Escudo de Ouro das mãos do diretor de Recursos de Terceiros, João Emílio Gazzana.

(entrega de comenda)

Representando os funcionários que completaram 20 anos de serviços prestados ao BNB, convidamos a funcionária Maria Clara de Gurgel Mota, que receberá o Escudo de Ouro das mãos do diretor de Negócios, Francisco de Assis Germano Arruda.

(entrega de comenda)

Representando os funcionários que completaram 25 anos de serviços prestados ao BNB, convidamos o funcionário Máximo Antônio Cavalcante Sales, que receberá o Escudo de Ouro das mãos do diretor Administrativo, Victor Samuel Cavalcante da Ponte.

(entrega de comenda)

Representando os funcionários que completaram 30 anos de serviços prestados ao BNB, convidamos o funcionário Itérbio de Souza Gomes, que receberá o Escudo de Ouro das mãos do diretor de Gestão do Desenvolvimento, Pedro Rafael Lapa.

(entrega de comenda)

A Comenda Mérito BNB foi criada para distinguir funcionários aposentados e personalidades que, com o seu trabalho, contribuíram para o desenvolvimento social e econômico no Nordeste brasileiro. Este ano, a Diretoria do BNB concede a Comenda Mérito BNB a Raimundo Bezerra Falcão, ex-superintendente Jurídico do BNB, e ao ex-presidente do BNB, Mauro Benevides.

Graduado e mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará, Raimundo Bezerra Falcão tem dezenas de livros e trabalhos publicados. É membro efetivo da Academia Cearense de Retórica, da Academia de Ciências Sociais, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto dos Advogados do Ceará, do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, e membro do Instituto Brasileiro de Filosofia. Natural de Pereiro, filho de João Braga Falcão e Maria Bezerra Falcão, nosso homenageado foi agraciado em 2005 com a medalha do Advogado Padrão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)–Ceará, e recebeu diversas homenagens no exercício do Direito. Admitido no BNB em 22 de abril de 1964, foi superintendente da Área Jurídica e ministrou diversos treinamentos internos. E em 5 de maio de 1993, após diversos anos de serviços prestados ao BNB, solicitou sua aposentadoria.

Senhoras e senhores, neste momento, convidamos o excelentíssimo senhor governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, para fazer a entrega da comenda Mérito BNB a Raimundo Bezerra Falcão.

(entrega de comenda)

Neste momento, o cerimonial abre espaço para mais uma homenagem aos funcionários que completaram 30 anos de serviços prestados ao BNB. Para tanto, convido ao palco o funcionário Celso Antônio de Leopoldino Filho, que irá receber o Escudo de Ouro das mãos do diretor Financeiro e de Câmbio, Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães.

(entrega de comenda)

Na seqüência da entrega da Comenda Mérito BNB, nosso próximo homenageado é filho de Carlos Eduardo Benevides e Antônia Cabral Benevides. Nasceu em 21 de março de 1930, em Pacatuba, no Ceará.

Carlos Mauro Cabral Benevides é advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará; bacharel em Letras, formado pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará; administrador, registrado no Conselho Regional de Administração do Ceará e Piauí; e jornalista profissional. Ingressou na vida política como vereador na Câmara Municipal de Fortaleza, no período de 1955 a 1959. Logo após cumprir seu mandato de vereador, foi eleito deputado estadual nas seguintes legislaturas: 1959 a 1962, 1963 a 1966, 1967 a 1970 e 1971 a 1974. Foi senador da República nas legislaturas 1975 a 1983 e 1987 a 1995.

Com forte atuação na política do País, Mauro Benevides também exerceu as funções de redator dos jornais: *Jornal da Manhã* (1950), *O Nordeste* (1951) e *A Fortaleza* (de 1961 a 1975). Mauro Benevides também tem forte atuação na cultura, figurando como membro vitalício do Instituto do Ceará, Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Ceará, membro efetivo da Academia Cearense de Letras, ocupando a cadeira nº 39, acadêmico emérito da Academia Brasileira de Previdência e Assistência Social e membro da Academia Cearense de Retórica, ocupando a cadeira nº 19.



Na área financeira, atuou como diretor do Banco do Estado de São Paulo, Banespa, de 1983 a 1985; membro do Conselho Monetário Nacional e presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), de 1985 a 1986.

Tomou posse no BNB em 21 de março de 1985 e, durante sua administração, foi responsável por diversas mudanças nas políticas internas, principalmente as relacionadas às políticas de pessoal, com forte abertura e diálogo com os órgãos representativos da classe bancária. Também na área bancária, durante sua administração, diversas medidas para modernização das unidades foram implantadas, com destaque para: instalação de terminais *on-line* nas agências, instalação de terminais de consulta eletrônica, postos de serviços bancários, implantação da fila única nas agências, dinamização do parque micrográfico do Banco, contribuindo para racionalização e preservação das informações, e reestruturação de áreas e melhorias de processos operacionais. Em 14 de fevereiro de 1986, no auditório do gabinete da presidência, despede-se dos benebeans com a finalidade de pleitear uma vaga no Senado Federal.

Senhoras e senhores, convidamos neste momento o senhor presidente do BNB, Roberto Smith, para fazer a entrega da Comenda Mérito BNB a Mauro Benevides, pelos relevantes serviços prestados à instituição e seu corpo funcional.

(entrega de comenda)

Para falar em nome de todos os agraciados, com a palavra o senhor deputado federal Mauro Benevides.

## **Mauro Benevides**

Senhor governador do Estado, Cid Ferreira Gomes, que chega ao mais alto cargo político-administrativo do Estado no embalo da preferência popular espelhada em 61% daqueles que exerceram o direito de voto na competição passada, e que começa a realizar

uma administração que se auspicia das mais proficientes, e que atenderá certamente a todos os nossos anseios de desenvolvimento e bem-estar social.

Senhor presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, que, sob a sua presidência e com o apoio dos seus colegas de diretoria, sugeriu a concessão a mim dessa comenda, que se incorpora a algumas outras, mas essa com a significação singularíssima de haver sido eu presidente do Banco do Nordeste, e tentado, ao longo da minha vida pública, me manter vinculado a esta Instituição, fazendo-a utilizar os recursos disponíveis e outros que se lhe fossem acrescidos naturalmente a cumprir seus objetivos institucionais, dentro daquela concepção originada na genialidade do grande Rômulo de Almeida, que teve, no governo do presidente Vargas, aquele impacto, aquele projeto de naturalmente juntar a atividade comercial e a atividade de fomento neste Banco, que, a partir de 1954, começou a funcionar efetivamente e que hoje é respeitado e acatado internacionalmente, a julgar pela manifestação do próprio representante do BID, Dr. Lippo, que acabou de falar, e com quem tive a oportunidade de conversar durante o trajeto Brasília-Fortaleza, trocando idéias em torno da realidade econômico-financeira da nossa Região.

Colega deputado Zezéu Ribeiro, que já chegou a afirmar, na Tribuna da Câmara, que fora eu o responsável por tantas e seguidas referências ao seu nome honrado como um dos mais operosos representantes da nossa Região, a ponto de haver-se guindado agora à condição de coordenador da bancada do Nordeste e, naturalmente, ali cumprindo uma missão nobilitante de vencer as resistências da burocracia oficial, em favor do Banco e, na sua luta obstinada, mais recente, em favor da recriação da Sudene, dentro daquele relatório que ele concebeu e transformou em projeto, que foi sancionado pelo senhor presidente da República, e até o presente momento, não se assistiu ainda à reinstalação da Sudene, cujo Conselho Deliberativo eu tive o privilégio de integrar na condição de presidente do Banco do Nordeste.

Senhor vice-governador do Piauí, que aqui representa meu antigo colega do Congresso Nacional, governador Wellington Dias, que teve marcante atuação no Parlamento a ponto de se alçar à condição de dirigente daquela unidade federada, hoje atravessando uma fase alvissareira, graças à visão e à clarividência daquele chefe do Executivo.

Meu colega Pedro Eugênio, que já teve o privilégio de exercer a vice-presidência do Banco do Nordeste, e soube fazê-lo com a maior dignidade, a ponto de seus conterrâneos de Pernambuco reconhecerem-lhe os méritos e, naturalmente, o galardoarem com esse mandato, que vem sendo cumprido com absoluta correção.

Meu prezado amigo Uchoa, que representa neste evento a prefeita Luiziane Lins. Todos nós, fortalezenses, estamos na expectativa de que se cumpra aquele *slogan* publicitário da Fortaleza Bela, essa Fortaleza que abriu para mim os espaços da penetração política quando me elegeu vereador. Evidentemente a cerimonialista foi extremamente precisa na menção cronológica, e essa menção cronológica tão precisa não me favorece sob esse aspecto, mas realmente me orgulha, sim, senhoras e senhores, funcionários do Banco, haver iniciado minha missão política em tantos anos de militância aqui na Câmara Municipal, sentindo naquele momento as primeiras manifestações da cidadania que desejava realmente se positivar, e só tantos anos depois nós conseguimos essa cidadania, consciente dos encargos para com a nossa cidade, para com o nosso Estado e com o nosso País.

Enfim, queria saudar os ex-presidentes do Banco que aqui se encontram presentes, e posso fazê-lo na presença desse extraordinário benebeano que é João Alves de Melo, que exerceu a Presidência do Banco ao tempo da administração do presidente Itamar Franco.

Em relação ao Roberto Smith, a quem já me referi, eu teria que externar realmente o meu agradecimento comovido. Diria,

presidente, que, aqui, o Passaré é um centro nevrálgico de emoções para mim, porque aqui mesmo nós realizamos, certa vez, uma reunião da Sudene, em que projetos que se acumulavam na pauta de decisões à falta de recursos que os viabilizassem foram aqui aprovados e saudados com a maior efusão por aqueles beneficiários que, naquela época, sim, cumpriam corretamente e aplicavam corretamente os incentivos fiscais, que depois foram objetos de questionamentos através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queria saudar todos os diretores e funcionários do Banco aqui presentes. Os daquela época, muitos deles já se aposentaram, mas aqui me comoveram, me levaram às lágrimas, quando, decidindo na minha vida pública pela atração irresistível de exercer mandatos populares e ainda mais me qualificar para o desempenho de todos eles, os 1.300 funcionários do Banco que, naquela época, estavam servindo em Fortaleza se reuniram, senhor governador Cid, aqui no Passaré – portanto esse espaço físico me é extremamente importante na minha trajetória política –, no instante da minha despedida, no instante em que eu deixava o Banco para enfrentar as caminhadas pelo interior do Estado, e sobretudo procurar ouvir a voz rouca das ruas para cumprir com dignidade o mandato a que eu então aspirava, a partir de 14 de fevereiro, quando deixei a presidência do Banco do Nordeste.

Senhoras e senhores, vereadores que aqui estão, prefeitos – vejo a prefeita de Redenção, Lucimar Torres, muito amiga também do deputado e secretário Mauro Filho, que aqui está presente com outros colegas, os colegas do secretariado municipal, o Alfredo Oliveira, enfim, todos os amigos.

Mas não poderia deixar de fazer uma menção especialíssima a esse funcionário exemplar do Banco, que, na Superintendência Jurídica, era realmente aquele homem sereno, firme, seguro, que exarava pareceres exemplares, indicava a todos nós, dirigentes naquela ocasião, qual o melhor caminho para solucionar pendências questionadas naquele momento, e sempre buscava na verticalidade das suas posições situar o BNB de forma que nós cumpríssemos

realmente os nossos deveres e nossos encargos institucionais.

Raimundo Falcão, que saiu do Pereiro e do Ererê para servir ao Banco e servir, sobretudo, à causa do Direito e da Justiça. Ele que, ao receber a medalha da Ordem dos Advogados do Brasil, teve reconhecidos pela nossa entidade todos os seus méritos e, sobretudo, a sua idoneidade profissional no exercício dessa atividade, em uma categoria a que também pertenço, mas com aquelas intermitências dos seguidos desempenhos de mandatos populares, que me impediram regulamentarmente de atuar no foro, qualquer que fosse a sua instância. Ainda me limitei numa atuação na primeira instância, mas nos foros subseqüentes, nas instâncias superiores, estive impedido por aquelas normas que você, Falcão, conhece tão bem. Mas até hoje mantenho meu registro na Ordem dos Advogados do Brasil, e não recordaria para os presentes qual o número da minha inscrição na OAB porque novamente eu estaria desfavorecido por essa precisão, da mesma forma como mantenho o registro no Sindicato dos Jornalistas Profissionais. Na apresentação do cerimonial foram mencionados alguns órgãos da imprensa aos quais eu prestei a minha colaboração, mas diria à Norma Zélia que, hoje, o Diário do Nordeste publica todas as quintas-feiras aquele artigo, guardando fidelidade entre mim e aquela profissão que se eu não exerci na plenitude das suas atividades, por força dos mandatos parlamentares, continuo a fazê-lo, e ao limitado número de leitores transmito o meu pensamento, as minhas idéias, as minhas afirmações e aquilo que eu prognostico para o nosso País nos seus dias futuros.

Meus caros amigos, acredito que me alonguei demais nesse evento, mas a emoção foi tão profunda que eu teria que confessar, governador Cid Gomes, presidente Roberto Smith, que quando deixei o Banco e cheguei ao Congresso Nacional eu levava comigo uma inquietação: como buscar para o Banco recursos mais amplos que lhe permitissem cumprir os seus objetivos dentro daquela concepção genial, que já mencionei, do grande baiano, conterrâneo do Zezéu Ribeiro, Rômulo de

Almeida, que teve ainda a grandeza de prefaciá um dos meus modestos livros aqui autografados no BNB Clube, aquele BNB Clube que já funcionava, associação que eu praticamente ajudei a fundar ao deixar o Banco.

Digníssimas autoridades, senhores funcionários do Banco e demais convidados, eu cheguei realmente ao Congresso impregnado daquele sentimento, e sobretudo daquele compromisso íntimo; e se eu presidi o Banco, se fui compelido a entender todas as suas ansiedades, as suas dificuldades, levei do Banco para a Assembléia Nacional Constituinte o Cláudio Ferreira Lima, que ali está, para que ele me assessorasse naquilo que fosse melhor para a nossa instituição financeira.

Senhoras e senhores, isso é história viva. Zezéu Ribeiro ainda não estava no Parlamento Nacional, nem o Pedro Eugênio. Naquele momento, numa coordenação política que resultou frutífera, nós conseguimos congregar Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para que numericamente tivéssemos condições de influenciar na Constituinte, aquela Constituinte da qual eu, pela generosidade dos meus pares, me tornei o primeiro vice-presidente, antecedido apenas pelo grande brasileiro cujo nome pronuncio neste instante com imensa emoção, o grande Ulisses Guimarães.

Pois bem, cheguei à Assembléia Nacional Constituinte na busca de algo que pudesse oferecer uma sustentação financeira, que permitiria ao Banco dar uma abrangência bem maior aos seus benefícios prestados a toda a zona do chamado polígono das secas, incluindo, em Minas Gerais, Montes Claros, Janaúba e todas aquelas cidades favorecidas pelo Banco.

E aí, senhoras e senhores, surgiu aquilo que, hoje, quando se manuseia a Carta Cidadã, vai-se encontrar: o artigo 159, exatamente aquele que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que é o mecanismo operacional mais eficiente de que dispõe o Banco para cumprir todos os seus objetivos, garantindo à indústria, garantindo à agricultura, garantindo ao comércio e

serviços afins aquela oportunidade de ampliar as atividades e, conseqüentemente, favorecer o povo nordestino.

Meus amigos, alonguei-me nessa exposição para, sobretudo, dizer que essa homenagem, pela espontaneidade de que se reveste, me toca fundo a alma; e, muito mais que isso, me obriga a continuar porfiando, continuar lutando de todas as formas para que, no Congresso Nacional, com o apoio desses bravos companheiros que aqui estão – o Zezéu Ribeiro, o Pedro Eugênio e os outros que compõem a Bancada Nordestina, que se reúne todas as quartas-feiras –, eu continue com essa mesma vitalidade com que Deus me privilegiou no desempenho de tantos mandatos.

Não sei se devo fazer essa revelação aos presentes, mas detenho hoje o décimo mandato parlamentar. Ninguém no Parlamento brasileiro tem, digamos assim na linguagem comum, essa quilometragem de permanência na vida pública – o que me obriga realmente a corresponder às expectativas de todos os meus conterrâneos.

Sou grato ao presidente Smith e aos seus diretores que apoiaram sua iniciativa, e o registro que fiz anteontem na Tribuna da Câmara, desses 55 anos do Banco, foi apenas uma menção rápida daquilo que tem sido o grande trabalho, o grande impulso do Banco. E estou certo de que, sob o comando de Roberto Smith e com toda essa diretoria sintonizada com o pensamento de Rômulo de Almeida, nós vamos assistir o Banco progredir ainda mais e aplicar criteriosamente os seus recursos, para que tenhamos realmente um Nordeste em que as desigualdades regionais sejam superadas em relação às outras áreas geográficas do Brasil. Muito obrigado, senhor presidente, senhores diretores. Muito obrigado!

## **Mestre-de-cerimônias**

Senhoras e senhores, com a palavra o senhor presidente do BNB, Roberto Smith.

## **Roberto Smith**

Meu prezado governador Cid Gomes, que muito nos honra com sua presença, gostaria de cumprimentar o senhor José Luíz Luppó, representante do BID no Brasil; nossos homenageados – Mauro Benevides, esse grande defensor do Banco, que continua tão presente no BNB, e que, juntamente com Raimundo Bezerra Falcão, é responsável por todo esse processo de construção, tijolo a tijolo, de uma história que muito nos honra; senhor Wilson Martins, vice-governador do Piauí, neste ato representando o governador Wellington Dias, nosso amigo; deputado Zezéu Ribeiro, deputado federal da Bahia e coordenador da bancada nordestina, com quem trabalhamos assiduamente na defesa dos interesses do Banco e da Região; nosso ex-diretor Pedro Eugênio, deputado federal pelo Estado de Pernambuco, com quem desenvolvemos um trabalho muito profícuo e ordenado, que deixou raízes importantes dentro do Banco do Nordeste, e também amizade por onde passou; senhor José de Freitas Uchoa, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico da cidade de Fortaleza, que aqui representa a nossa prefeita Luiziane Lins; deputado estadual Dedé Teixeira, nosso amigo; senhor Fernando Fernandes, secretário de Turismo do Rio Grande do Norte, que aqui representa a governadora Vilma de Farias, nossa amiga; senhor Luiz Alberto Petitinga, presidente do Desenhahia, aqui representando o governador Jaques Wagner; senhor João Andrade Vieira da Silva, presidente do Banese, aqui representando o governador Marcelo Déda; senhor Raimundo Palhano, presidente do Instituto Socioeconômico e Cartográfico do Estado do Maranhão, aqui representando o governador Jackson Lago; meu prezado colega deputado Mauro Benevides Filho, secretário da Fazenda do Estado do Ceará; meu prezado colega Alfredo Pessoa, secretário de Administração do Município de Fortaleza; meu prezado amigo João Alves de Melo, ex-presidente do Banco do Nordeste, outro que nos ajudou a edificar essa brilhante Instituição que tem o reconhecimento de toda a Região; senhores diretores do BNB, Assis Arruda, Augusto Bezerra, Ethewaldo Guimarães, João Gazzana, Pedro Lapa, Victor Samuel,



com quem compomos uma equipe coesa, que é responsável pelos bons resultados e o bom atendimento dos nossos clientes. Queria também, nesse momento, cumprimentar todos os superintendentes do Banco, todo o corpo de funcionários, aqueles que foram homenageados ao receber o Escudo de Ouro, símbolo honorífico de reconhecimento da Instituição àqueles que a fazem.

Nesse dia em que se comemoram 55 anos da criação do Banco do Nordeste do Brasil, é imperioso refletir sobre sua trajetória, na perspectiva de aprender com o passado as novas oportunidades que se abrem no cumprimento de sua missão.

Contemporâneo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Petrobras e de outras instituições importantes, o Banco do Nordeste foi criado em 1952, na corrente do Nacional Desenvolvimentismo do Governo Vargas, como instrumento que estenderia os efeitos daquela política aos mais distantes rincões nordestinos. A despeito do pragmatismo envolvido na proposta da sua criação, vinculado à função de gerir o então existente Fundo das Secas, o Banco do Nordeste surgiu como fruto de uma visão abrangente da problemática nordestina, que seria em seguida aprofundada por Celso Furtado.

Extrapolando a percepção até então restrita aos problemas da seca, instituiria novos mecanismos para enfrentamento dos problemas regionais em bases modernas. Registre-se aqui a notável contribuição, a que já houve várias referências, de Rômulo de Almeida para construção e implementação do arcabouço institucional do Banco do Nordeste, seja como chefe da Assessoria Econômica de Vargas, seja à frente da Comissão Incorporadora do BNB, seja ainda como primeiro presidente do Banco, abrindo caminhos para um trabalho visionário e profícuo, diante das abundantes carências regionais.

Celso Furtado afirmava que, para capturar a lógica da economia nordestina, é necessário perceber o essencial da realidade

nacional. Aqueles que assistirão ao filme que será projetado amanhã, sobre a vida de Celso Furtado, presenciarão ele mesmo fazendo essa afirmação: “capturar a lógica essencial da realidade nacional”. O essencial, ele mostrou, estava nos fatores inibidores da formação de um mercado interno. Não mercado interno em oposição a mercado externo ou sinônimo de mercado doméstico, mas mercado interno para o capital. Significa os fatores que, ao longo de sua história, foram contrários a uma divisão regional do trabalho que permitisse geração e retenção de renda, com seus processos multiplicadores. A elevada concentração de renda foi responsável por isso, durante a fase escravista, mas foi passando por transformações históricas que preservaram essa concentração: com o coronelismo, na política dos governadores de Campos Sales, na política do café-com-leite, até os anos do arbítrio.

Celso Furtado afirmou, em discurso de 28 julho de 2003, proferido aqui no Passaré, que: “a miséria de boa parte do povo brasileiro é a contrapartida do hiperconsumo de uma pequena minoria privilegiada”. Dirigindo-se então, naquela cerimônia, ao presidente Lula, afirmou: “não percamos de vista que a política econômica praticada tradicionalmente em nosso País criou uma sociedade com graves distorções e sujeita a crises intermitentes de balanço de pagamentos externos”. Muito disso já está ultrapassado. Disse mais Celso Furtado, dirigindo-se ao presidente: “confiamos na liderança de vossa excelência para realizar avanços sociais, sem, entretanto, pagar o preço de uma convulsão”, como se estivesse lembrando a todos que tínhamos pago um preço elevado pelo populismo.

Capturar o essencial da realidade para interpretá-la e atuar pragmaticamente não é tarefa simples. Aí se encontrava a genialidade de Furtado. Há pouco mais de um mês, ao participar de um seminário da Associação Nacional de Jornais, fiz referência a dois artigos publicados lado a lado num jornal de Fortaleza. Num deles, um *expert* em mercado consumidor, ao tratar do crescimento do consumo popular no Nordeste, mais intenso do

que no resto do País, afirmava que estávamos nos deparando com um crescimento verdadeiramente chinês. No outro artigo, outro *expert* garantia ser esse crescimento idêntico ao vôo da galinha. Afinal, quem tinha razão?

Podemos partir do conhecimento da economia, que nem sempre é único: que o consumo é consequência e não causa de crescimento. Investimentos em geral geram crescimento da capacidade instalada, aumentam a folha de salários, que geram mais consumo, com todos os efeitos daí decorrentes. A percepção do setor comercial da expansão do consumo aparece em geral em último lugar na cadeia dos acontecimentos. Foi assim nos anos do milagre, num modelo que privilegiou a produção e o consumo de uma minoria, a que se referia Furtado.

De qualquer forma, numa visão mais abrangente, é preciso constatar que economia nordestina, fruto dos mecanismos iniciados com o 34/18 e o Finor, e continuados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – o FNE, vem apresentando uma crescente integração à economia nacional. Nós diríamos que, hoje, a economia nordestina se encontra bastante integrada à economia brasileira: se a economia brasileira cresce, a economia nordestina acompanha, e vice-versa. A participação no Produto Interno Bruto (PIB) evoluiu de um patamar de 13% para 14,6%, e o diferencial que nos separa da média da economia brasileira ainda é muito grande; contudo, mostra avanço, que devemos, todos, considerar insatisfatório e muito lento. Queremos mais.

A divisão regional do trabalho passa por mudanças significativas, seja em função da mudança demográfica, que projeta taxas de crescimento vegetativo que tendem a nos aproximar do nível de crescimento francês em mais duas ou três décadas, seja no quadro da mobilidade interna de pessoas e do capital. O Nordeste foi sempre um tradicional foco de migração, e agora passa a receber fluxos do Sudeste e do Sul. E o que afirmamos: esses fluxos trazem de volta descendentes dos antigos emigrantes que foram buscar melhoria de vida, e seus

descendentes que vêm formados e muitas vezes com capital, mostrando que há uma inversão significativa em todos os processos.

Talvez seja um pouco exagerado afirmarmos que o Nordeste hoje surge como uma nova fronteira econômica no País, isso devido à sua enorme diferenciação interna, mas isso é constatado em porções significativas de seu território, de nova fronteira econômica. Nós, aqui no Banco, sentimos isso efetivamente. Além disso, pela primeira vez na história, se assiste a um fenômeno consistente de melhoria na distribuição de renda e de um número significativo de pessoas que saem de baixo da linha de pobreza, com maior intensidade do que vem ocorrendo no resto do País, o que explica em parte o crescimento do consumo. O resto é explicado por ganhos salariais reais, aumento do emprego, controle da inflação e outras mais.

O Nordeste tem sido grande beneficiário dos programas sociais de abrangência nacional do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família e do apoio à Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujos efeitos extrapolam a visão assistencialista, liquidam o clientelismo patrimonialista e movimentam a economia, especialmente nas pequenas cidades do interior, contribuindo também para reter a população em seu *hinterland*. Nós devemos considerar um fator favorável à Região o fato de ainda termos uma taxa de urbanização das mais baixas do País.

O Bolsa Família, que atinge parte expressiva das famílias nordestinas, é o programa de renda mínima tão defendido pelo senador Suplicy, que tem suas origens no pensamento liberal. Mas, o Bolsa Família tem hoje no Nordeste um forte conjunto de intersecção com o Pronaf. Nossas estimativas é que existe um conjunto de intersecção da ordem de 60% entre beneficiários do Bolsa Família e do Pronaf.

E o Pronaf passa por expressivo movimento em direção a financiamento de melhoria tecnológica e de produtividade no

campo, inclusive na economia de energias renováveis. Avança também dentro do modelo de integração com empresas-âncoras integradoras, e esse é um modelo que está sendo projetado para perímetros irrigados, que acusam sucessivos insucessos na nossa história e deverão ser redirecionados nesta concepção.

É necessário também fazer referência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A melhoria do ensino básico hoje é um fator fundamental para uma Região que ainda tem no campo elevadíssimos coeficientes de analfabetismo. O crédito dado ao analfabeto sempre tem um risco majorado.

O microcrédito na Região já se torna perceptível enquanto diferencial em relação ao resto do Brasil, segundo pesquisa e avaliação que vem sendo realizada pela Fundação Getúlio Vargas, que nos tem colocado a par.

O BNB aplicou R\$ 20 bilhões nos últimos quatro anos em financiamentos na Região. O PAC prevê nos próximos cinco anos investimentos de R\$ 80 bilhões e mais alguma coisa que não é classificado regionalmente. O Banco do Nordeste prevê financiamentos da ordem de R\$ 30 bilhões e um novo programa com o BID, nosso parceiro importante, destinado a dar maior capilaridade a investimentos na infra-estrutura, além do avanço do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

O que se percebe, portanto, é a retomada da perspectiva desenvolvimentista, tendo por pressuposto o controle da estabilidade econômica com fundamentos sólidos, juros declinantes, e com uma visão plurissetorial que contempla não só a indústria, o agronegócio, as exportações, mas abrange também a agricultura familiar, o comércio e a prestação de serviços, a micro e pequena empresa, até segmentos da economia informal – tudo isso com suporte do avanço tecnológico e dos ganhos de produtividade, onde merece destaque o papel dos governos estaduais, que trabalham de uma

forma conjunta em prol desses aspectos importantes, assim como da Embrapa e do Sebrae, importantes parceiros do BNB, afetando toda a Região.

Como se vê, o Nordeste ingressa num ciclo de desenvolvimento, sem aquela usual política de pires na mão, fixando compromissos, buscando competência e exibindo resultados. O Banco do Nordeste se integra a essa dinâmica, estruturando novas fontes de recursos e programas que guardam forte complementaridade em relação ao direcionamento da política econômica adotada no Governo Federal.

Mais uma vez, recorro a Celso Furtado, com suas palavras que ainda ecoam nos campos do Passaré, nos jardins de Burle Marx: “Longe de se escravizar a esquemas doutrinários, o seu governo [avisava ele ao presidente Lula] já manifestou estar consciente de que nossos desafios são de natureza política, e não propriamente econômica”. Ao contrário do que querem sugerir vozes críticas, parece-me claro que estamos no caminho certo, ainda que os obstáculos sejam múltiplos e crescentes. O que importa é privilegiar, como vem sendo feito, os objetivos sociais, e liberar o Estado da obsessão economicista que o marcou nos anos recentes.

São essas palavras que eu gostaria de dirigir a todos, nesses 55 anos dessa instituição cinqüentona, dessa memória tão importante trazida nessa homenagem, e que nos conforta a todos, de entendermos que trabalhamos na direção certa e projetamos um futuro numa sociedade que desejamos. Muito obrigado!

## **Mestre-de-cerimônias**

Senhoras e senhores, ouviremos em seguida o pronunciamento de sua excelência o senhor governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes.

## **Cid Ferreira Gomes**

Já passamos do meio dia, prometo que serei muito breve. Serão apenas duas palavras. Meu caro professor, presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, caro vice-governador do Piauí, Wilson Martins, representando nosso governador Wellington Dias, e em seu nome eu gostaria de saudar todas as representações dos demais Estados do Nordeste: Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe; meu caro representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil, José Luiz Luppó; deputado federal Zezéu Ribeiro, coordenador da Bancada Nordestina na Câmara dos Deputados, meu caro deputado federal de Pernambuco, Pedro Eugênio; queria saudar o duplê de deputado federal e ex-presidente desta Casa, senador Mauro Benevides – ele fica sempre satisfeito quando eu digo que ele já tem uma trajetória de pelo menos 30 anos na vida pública; meu caro ex-presidente João Melo, meu caro deputado estadual Dedé Teixeira; deputado estadual e secretário da Fazenda do Estado, Mauro Filho; Dr. José de Freitas, representando nesse ato a prefeita Luiziane Lins; queria saudar todos os diretores: Victor Samuel, Assis Arruda, Augusto Bezerra, Ethewaldo Guimarães, João Gazzana e Pedro Lapa, e em seus nomes saudar todos os servidores dessa Casa.

Minha primeira palavra é uma palavra de congratulação, é uma palavra de reconhecimento e de homenagem ao Banco do Nordeste, essa Instituição que completa 55 anos, que foi imaginada no Governo Getúlio Vargas e que, ao longo de todos esses anos, tem prestado ao Ceará, ao Nordeste e ao Brasil um trabalho da maior relevância. Nós não conseguiríamos atingir os resultados que conseguimos atingir até hoje, não fora a presença firme, a inteligência e os recursos que o Banco do Nordeste investiu ao longo de todos esses anos.

Destacam-se, naturalmente, de modo especial, os últimos anos da gestão do Dr. Roberto Smith. O Banco conseguiu ampliar de forma significativa, multiplicando em quocientes expressivos, sua participação. Já são mais de R\$ 5 bilhões investidos anualmente. E

vale o destaque também: o perfil, o foco que o Banco tem dado, cada vez procurando apoiar mais, estimular mais o microcrédito, atendendo, portanto, o trabalhador informal, atendendo a microempresa, atendendo aos pequenos empresários, que são os responsáveis pela geração da grande maioria dos empregos no Brasil, no Nordeste e no nosso Estado. Portanto, em seu nome, presidente Roberto Smith, eu queria cumprimentar e parabenizar essa Instituição. Ela não conseguiria alcançar os resultados que alcançou, não fora a dedicação, não fora o empenho, o zelo, o amor, o “vestir a camisa” que cada servidor desta Casa faz, o apoio que dá, enfim, a sua dedicação a esta causa.

Mas, vendo o Zezéu aqui, nesta minha segunda e derradeira palavra, eu não poderia deixar de destacar que um outro agente fundamental para o desenvolvimento do Nordeste não tem as condições para efetivamente também comemorar, ela que deveria fazer 50 anos daqui a dois anos, que é a Sudene. Eu não compreendo, eu não consigo enxergar o Nordeste sendo trabalhado e tendo reduzidas as suas desigualdades perante as demais regiões do Brasil, se não houver um instrumento que opere o crédito, como tem feito com brilhantismo o Banco do Nordeste, mas também um instrumento, uma instância que planeje, que pense o desenvolvimento dessa Região e, para isso, é fundamental que a Sudene seja efetivamente recriada, e em condições efetivas de promover os investimentos na infra-estrutura necessária para que o Nordeste possa se colocar como uma Região de crescimento destacado no Brasil e, com isso, venha reduzir as diferenças frente às demais regiões.

O Brasil vive hoje uma oportunidade de ouro. Não vou cansá-los, mas apenas citar um número: as nossas reservas cambiais se situam em torno de US\$ 150 bilhões, e crescem de 10 a 15 bilhões por mês, nessa tentativa que temos feito de não permitir ainda mais a valorização da nossa moeda; e, em conseqüência disso, o desdobramento que isso coloca principalmente na questão das exportações, que é uma das grandes vocações do Brasil. E



colocando isso – talvez o mais elevado patamar da história das nossas reservas – como um símbolo do momento positivo que o Brasil está vivendo, eu fico preocupado que nós, aqui no Nordeste, venhamos a perder outra oportunidade. Durante recessões, certamente o País como um todo não vai crescer e o Nordeste ainda menos. É nessas horas, em que a gente pode ter um crescimento além da média histórica do nosso País, que a gente no Nordeste pode aproveitar ou deve aproveitar e não pode perder, para que, efetivamente, nós consigamos reduzir as desigualdades regionais nesse País.

De maneira que é fundamental que todos nós, nordestinos, nos juntemos nessa luta para viabilizar de fato a recriação da Sudene em condições efetivas de promover o papel que, se ela não fizer, não será feito por ninguém; é insubstituível o papel que a Sudene tem, já teve no passado, mas também tem como desafio pela frente, para realmente promover o desenvolvimento do Nordeste. Portanto, presidente Roberto Smith, no momento em que o parabênzo e a toda a Instituição, quero conclamá-lo para que nos unamos todos na luta pela reativação da Sudene. Parabéns!

### **Mestre-de-cerimônias**

Senhoras e senhores, em nome do BNB, ratifico os agradecimentos pela honrosa presença de todos. Boa Tarde!



## **PAINEL II: Novas Formas de Financiamento do Setor Público**

### **Presidente de Mesa:**

José Sydrião de Alencar Júnior – Superintendente do Etene

### **Expositores:**

João Andrade Vieira da Silva – Presidente do Banco do Estado de Sergipe S/A (Banese)

Paulo de Tarso Almeida Paiva – Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

Luiz Alberto Bastos Petitinga – Presidente da Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia)

Pedro Eugênio Cabral – Deputado Federal

Zezéu Ribeiro – Coordenador da Bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados.

### **Sydrião Alencar**

Esta mesa tem a participação de políticos que militam exatamente na questão regional e também de executivos financeiros que estão do outro lado do balcão. É importante ter essas duas formas de visão, pois existem várias propostas em discussão, tanto em relação aos fundos atuais quanto aos novos fundos de desenvolvimento. Por exemplo, em relação aos fundos nacionais atuais, devemos lembrar que grande parte dos fundos setoriais (entre 30 e 40%) destinase obrigatoriamente a aplicações nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dentro da reforma tributária, temos a questão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e outros mais. É esta mesa reúne todas as condições para discutirmos essas questões.

Depois dessas palavras para sinalizar a discussão da mesa, passo o microfone ao presidente do Banese, Andrade Vieira, para iniciar a discussão.

## **João Andrade Vieira**

Boa tarde a todos! É com satisfação que nos fazemos presentes a este seminário. Gostaria de agradecer ao Banco do Nordeste o convite para fazer parte desta mesa e desta solenidade de comemoração dos 55 anos do Banco – instrumento extremamente importante na nossa Região e um grande parceiro do Banese nas operações de desenvolvimento do nosso Estado, sem falar no grande parceiro dos sergipanos que o Banco do Nordeste é.

Em relação ao tema do painel, “Novas formas de financiamento do setor público”, vou fazer uma guinada nesse contexto, porque, como banco público restrito ao Estado de Sergipe, nós não podemos financiar o controlador. Desse modo, vou fazer uma abordagem um pouco diferente, mas sem fugir da discussão que se estabelecerá nesta mesa.

Vou aproveitar o tema principal do evento, que é o novo ciclo de investimentos para o Nordeste em função desse crescimento econômico que está se instalando no nosso País, e focar o papel do Banco do Estado de Sergipe no processo de desenvolvimento socioeconômico sustentável do nosso Estado.

Pela primeira vez, nos últimos 20 anos, o Governo do Estado, o governo de Marcelo Déda, está fazendo uma discussão em todo o território sergipano sobre o papel do Estado na nossa Região, e está desenvolvendo um processo de planejamento territorializado para todo o Estado, de forma que as políticas públicas fiquem associadas a esse planejamento, e recuperando a capacidade de planejamento do Estado que foi desmontada ao longo das duas últimas décadas.

Esse processo está centrado em dois grandes eixos que integram a política do Governo do Estado, a qual foi submetida ao sufrágio popular nas urnas. São eles a inclusão pelo direito e a inclusão pela renda. Toda a estrutura, todo o plano de governo está centrado nesses dois grandes eixos. Na inclusão pelo direito

– de forma que o Estado precisa estar em condições de prover os serviços básicos para o cidadão, como educação, saúde, segurança, cidadania, proteção social e assemelhados, incluindo o cidadão naquilo que ele constitucionalmente tem de direito; e na inclusão pela renda – onde as secretarias e os mecanismos estatais possam se fazer presentes com papel preponderante na articulação com o setor privado para que o cidadão também seja incluído no cenário econômico, que não tenha só a eventual inclusão pelo direito, esteja abrigado apenas pelos programas sociais de inclusão de renda.

Nesse contexto, o Banco está inserido no eixo da inclusão pela renda, mas sem deixar de focar, na sua parte de responsabilidade social, o papel importante que tem como agente de desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado. O Banco está fazendo todo o seu planejamento a partir desse planejamento governamental, se posicionando nesse contexto.

Vou separar minha exposição em dois grandes blocos: um, que vou comentar inicialmente, é o contexto em que o Banese se insere nesse cenário. Em seguida, vou tratar mais do tema específico do investimento que nós precisamos apoiar para desenvolver nossa Região.

O Banese é um banco múltiplo, com duas grandes carteiras: a carteira comercial e a carteira de desenvolvimento.

Na carteira comercial, é um banco que tem 300 mil clientes, 61 agências e 28 postos de serviço, que está presente em todas as 75 cidades de nosso Estado, seja com agências, postos de serviços, caixa avançado ou correspondente não-bancário. Nós temos uma rede de correspondentes de aproximadamente 300 pontos no nosso Estado, com a denominação de ponto Banese. Esse é um recurso extremamente estratégico para que a gente atinja uma população de mais baixa renda a um custo baixo, e é um dos pilares do nosso processo de consolidação do banco comercial.

Nós temos também um cartão de crédito *private label*, o *Banese Card*, que tem hoje 250 mil clientes; praticamente toda a clientela do Banco também é cliente do cartão de crédito. Ele opera basicamente em Sergipe e é um mecanismo de financiamento de microcrédito, porque grande parte da clientela é de clientes que têm um tíquete médio de R\$ 120,00, um limite de crédito médio de R\$ 500,00 ou R\$ 600,00, então é uma forma indireta de fazer crédito popular, microcrédito, com cartão popular, um cartão acessível ao cidadão que não tem acesso aos outros cartões de bandeira, que têm um custo adicional pelos *royalties* que essas bandeiras cobram. Nós idealizamos esse produto como um produto para alavancar a carteira de crédito, e também permitir a intermediação com o comércio local com um modelo de risco, um modelo de tecnologia de crédito que é importante para um banco de massa como o nosso.

Nesse cenário, nós temos um volume de crédito de R\$ 360 milhões, dos quais R\$ 300 milhões são da carteira comercial (vou fazer um comentário na segunda parte da exposição em relação a esse perfil) e R\$ 60 milhões da carteira de desenvolvimento. E, para um volume de depósito de R\$ 1,2 bilhão, nós temos aproximadamente 32% no mercado local de Sergipe na área de finanças. Nosso grande concorrente lá é o Banco do Brasil, vindo em segundo lugar a Caixa Econômica e depois os bancos privados de rede.

O Banese tem 1.250 funcionários e um patrimônio de R\$ 100 milhões. Por conta da concentração de risco de crédito, esse patrimônio de R\$ 100 milhões estabelece uma limitação para operarmos com grandes clientes. Uma operação de R\$ 5 milhões, que para um grande cliente é uma pequena operação, para o Banese representa 5% do seu patrimônio líquido, o que já é uma operação com grau de risco e de concentração não-desejável. Isso leva o Banese a ser um banco de rede, um banco focado para pessoas físicas, para a economia informal e para micro, pequenas e médias empresas, situando-se na parte mais larga da pirâmide social.

Em função disso e de ser um banco público, é o único banco estadual que sobreviveu ao processo de saneamento financeiro dos bancos aqui no Nordeste. À época, o Banco participou do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), com saneamento de 50% do Governo do Estado e 50% da União, de forma que o Banese é um banco sólido, líquido.

Nós temos aproximadamente R\$ 600 milhões (o dobro da carteira de crédito) no mercado financeiro. Aqui temos que fazer uma inversão: em função da queda da taxa de juros do mercado, da taxa básica da economia, a carteira de crédito precisa ser alavancada fortemente para manter a estrutura de rede que nós temos. Esse é um processo que nos dá tranquilidade, porque temos uma boa folga no Índice de Basileia e temos capital suficiente na carteira própria para operá-lo. Esse é o lado do banco comercial, é o banco que provê os recursos suficientes para bancar a infra-estrutura do banco de rede que nós somos.

Mas, como somos um banco múltiplo, temos também a carteira de desenvolvimento. Essa carteira, historicamente, nos bancos públicos, principalmente nos bancos estaduais, foi um dos motivos que, associados aos fundos de pensão e à carteira de crédito imobiliário, provocaram a grande quebra e o grande ajuste no sistema financeiro, 10 anos atrás, pelo ativo podre que representavam essas carteiras de créditos concedidos sem o rigor adequado, à época.

Por conta do seu processo de saneamento, nos últimos 10 anos, o Banese focou muito a carteira operacional, a carteira comercial, e se sustentou nessa carteira. Mas, nesse contexto novo de associado ao Governo do Estado no sentido de prover o suporte e as ferramentas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, está se voltando forte para a carteira de desenvolvimento. Sempre lembrando que, como a fonte de financiamento da infra-estrutura de rede da nossa instituição é a carteira comercial, nós não podemos desprezar esse cenário, mas ela servindo de base, de alicerce, de

âncora, para as operações da carteira de desenvolvimento, que, por si sós, não têm a rentabilidade suficiente para uma operação em rede como é a operação de um banco de varejo como o nosso.

A carteira comercial tem que ser rentável, para remunerar o controlador e os acionistas – pois nós somos um banco com capital aberto na bolsa –, e servir de apoio, de infra-estrutura para as operações da carteira de desenvolvimento.

Esse é o cenário em que estamos inseridos: um banco de desenvolvimento, uma espécie de agência de fomento no Estado, porém utilizando-se do banco comercial como infra-estrutura para chegar ao cidadão, para chegar às comunidades, tanto oferecendo as operações comerciais necessárias ao desenvolvimento dessas regiões e aos negócios que ali ocorrem, como também, e agora como prioridade estratégica do governo, oferecendo microfinanças, crédito popular e crédito de investimento para essa faixa de clientes com os quais nós operamos.

Nesse sentido (agora já estou entrando na segunda parte da minha exposição), as grandes fontes de recursos que o Banese tem para operar o banco de desenvolvimento – o banco que vai fazer o financiamento para esse ciclo positivo de retorno do crescimento da economia do nosso País e, notadamente, do nosso Estado – vêm dos recursos obrigatórios de depósitos à vista, dos recursos próprios do capital que nós temos, e de repasses que vêm, notadamente, do BNDES e do BNB.

Os recursos obrigatórios (um percentual dos depósitos à vista que o Banco é obrigado a operar no crédito rural e também no microcrédito) e os recursos próprios são duas fontes diminutas, que não têm suporte para alavancar o volume de crédito que nós precisamos conceder na área de investimento. Daí termos outra fonte, dividida em duas grandes instituições, que são os repasses oriundos, notadamente, do BNDES e do BNB. No BNDES, nós somos agente repassador do Finame e do BNDES-Automático, que são as duas linhas de crédito que abrigam todas as operações de investimento e de capital de giro



que nós fazemos para o desenvolvimento da economia na Região. No BNB, nós somos agente repassador através do FNE, que hoje é a grande fonte de recursos de repasses que nós temos.

É importante frisar que, lá no Estado de Sergipe, os grandes investimentos feitos pelas grandes empresas e empresas de médio porte estão fora do foco do Banese. A operação de financiamento para implantação de indústrias resultantes do trabalho realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico para atração de grandes organizações para o Estado de Sergipe não é suportada pelo Banco do Estado de Sergipe, em função de seu porte, em função do risco, que já comentei, da concentração de crédito. Esses recursos são providos através dos bancos privados e dos grandes bancos públicos de rede que existem lá: Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNB, com destaque para o BNB.

Longe de todos os demais concorrentes, o BNB é o grande investidor nesse segmento no nosso Estado, e tem suportado e apoiado grande parte do crescimento econômico que Sergipe obteve nesses últimos anos, através do suporte que a superintendência do BNB na nossa Região tem dado a todos esses programas e todas essas iniciativas que o Governo do Estado e os empresários locais e de fora do Estado têm levado para nossa Região.

No segmento de pessoa física, micro, pequena e média empresa, o foco das operações de investimento e de capital de giro está notadamente nos bancos públicos de rede – Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNB – e no Banese. Nesse sentido, lá em Sergipe, os grandes aportadores de recursos para o desenvolvimento da economia local, na área de micro, pequena e média empresa, são o BNB e o Banese. O BNB com uma forte presença histórica, e o Banese num processo de retomada, sendo lá um agente repassador de recursos do próprio BNB (do FNE), e do BNDES.

Esse contexto faz com que nós tenhamos uma presença importante na Região, pela capilaridade que o Banco tem no Estado, e

complementar às ações do Banco do Nordeste, notadamente nessa área de micro, pequena e média empresa, de pessoas físicas e de microcrédito, pela presença e pelo tamanho da rede que nós temos lá. Se não estou enganado, em Sergipe o BNB tem 12 agências e nós temos 61; ele sabe que nós estamos presentes em todo o Estado, e a parceria com o Banco complementa a política de investimentos do BNB.

Quero finalizar minha exposição colocando para discussão na mesa, inclusive oferecendo algumas sugestões de debates, o seguinte: qual é a grande questão dessas operações de investimento para um banco como o nosso, que não tem outra fonte de recursos para viabilizar a infra-estrutura de rede com esse tamanho que eu comentei, e que precisa também operar com crédito de investimento? É que essas operações são operações de pequeno valor, para o nosso foco, são notadamente de risco alto, são operações que têm um baixo *del credere* e um custo que, comparado com o *del credere*, às vezes não se viabiliza, notadamente a partir do conceito de que, como agente repassador, nós temos de ser adimplentes com o órgão e o fundo, independentemente da adimplência do mutuário final. Nesse momento, quando o mutuário se torna inadimplente, nós colocamos recursos próprios, que têm um custo operacional, uma taxa de remuneração, um custo de crédito maior que o próprio *del credere*, o que a torna uma operação negativa.

Por outro lado, essa operação – com foco em micro, pequena e média empresa, pessoas físicas e economia informal, tanto na agricultura quanto na indústria, comércio e serviços – é um tipo de operação que precisa de rede; não dá para fazer com uma estrutura concentrada em poucas unidades. Lá na nossa Região, como eu já disse, o BNB tem uma presença forte, mas não é uma presença com a extensão territorial do Estado (apesar de ser um Estado pequeno), e o BNDES não tem presença nenhuma. São os bancos de rede que provêm essa capilaridade.

Nesse sentido, nós temos a compreensão de que é necessária uma complementaridade entre os bancos que provêm essas fontes

de recursos de repasse e os bancos de rede, que conseguem, rapidamente e a um custo baixo, atingir essa clientela porque já estão lá com as operações de banco comercial.

Fica claro que, para estarmos bastante ativos e atender essa massa de clientes em potencial, de micro e pequenas empresas e de economia informal, num processo de colaboração com esse novo ciclo de investimento que ocorre na nossa Região, nós precisamos tanto dos recursos quanto da infra-estrutura de rede, e essa infra-estrutura de rede muito provavelmente essas duas instituições (BNB e BNDES) vão ter dificuldade de prover, notadamente num cenário de queda de rentabilidade que se está instalando em todo o sistema financeiro.

Então, a saída é a parceria. Daí a importância que nós vemos da parceria que temos com essas duas instituições, notadamente com o FNE, através do BNB, porque esta é uma forma de complementar a atuação do Banco no Nordeste, notadamente no nosso Estado. Então, é trabalhar forte essas instituições repassadoras desses fundos, numa parceria com os agentes repassadores de crédito. E aí, podíamos estender isso para cooperativas, para todas as outras formas, inclusive para os próprios bancos privados.

Quais são os principais problemas que nós temos nesse cenário e as sugestões que eu gostaria de oferecer aos senhores? Primeiro problema: o risco hoje é exclusivo do agente repassador. O FNE e o BNDES não dividem o risco com o agente repassador, e isso inibe o processo de expansão desse crédito. Então, eu gostaria de aproveitar a oportunidade e sugerir que os mecanismos institucionais desses fundos permitissem que os agentes repassadores de recursos, os parceiros do BNB e do BNDES, notadamente, pudessem dividir o risco com a fonte repassadora, de forma a criar um incentivo a mais para que esses bancos venham a operar com mais intensidade e prover essa estrutura, porque é mais barato dividir o risco com os agentes repassadores do que montar a estrutura de rede necessária para atingir essa população.

A segunda questão-chave é o critério de provisionamento previsto na Resolução 2.682, do Banco Central. Como é um crédito de risco maior, e não pode ser diferente, o nível de provisionamento que os bancos têm que fazer para esse tipo de operação é o mesmo das operações da carteira de crédito comercial, que são créditos de curto prazo, têm um contexto diferente. Nós entendemos que deveria haver um processo de negociação com o Banco Central para que houvesse um desconto, um redutor nos percentuais de provisionamento que a 2.682 estabelece para as operações de investimento no desenvolvimento econômico do nosso País.

Algo como a metade, por exemplo, das taxas previstas para cada um dos níveis de risco é um patamar que ajudaria bastante as instituições a alocarem recursos sem ter que fazer pesadas despesas. Por exemplo, para manter uma operação de crédito com risco C, é preciso provisionar 5%, que é uma taxa até superior, em algumas circunstâncias, à receita que se estima naquele momento em que se está concedendo o crédito, um crédito com tendência de receber. Acho que isso ajudaria.

E o terceiro ponto é a rentabilidade negativa que essas operações têm para os bancos repassadores desses créditos. Como sugestão para essa questão, acho que os fundos e os agentes provedores dessas linhas de crédito deveriam ter uma política de incentivo para os agentes repassadores, tal qual existe para o mutuário final. Por exemplo, com rebate, com bônus na taxa de juros que nós contratamos com o agente que repassa os recursos. Da mesma forma que o mutuário, quando adimplente, tem um bônus, por que nós, agentes repassadores, que somos obrigatoriamente adimplentes, não temos também um bônus na taxa que pagamos ao fundo pelo repasse dos recursos?

Acho que uma forma de incentivar que os bancos comerciais de rede pudessem avançar mais e servir de capilaridade para o crédito chegar a essa população com mais intensidade seria um

incentivo também para acesso a linhas de crédito que esses fundos e essas instituições têm de recursos não-reembolsáveis. Ou seja, se você tem um processo de adimplência dessas operações, se você tem um volume de cumprimento de metas que o seu parceiro estabelece para o agente repassador, se você cumpre essas metas de adimplência e de atingimento de volume, você passa a ter um bônus de rebate na taxas de juros, você pode ter acesso a um volume maior de crédito de recursos não-reembolsáveis que essas instituições têm, e acesso também a linhas especiais, como Pronaf e microcrédito, que são linhas que interessam muito e atraem muito a clientela nesse aspecto. Ou seja: criar um mecanismo de incentivo para que os agentes repassadores de crédito, notadamente desses créditos que têm rentabilidade negativa, possam bancar essa rentabilidade negativa atraídos pelos negócios complementares com essa clientela, minorando um pouco os riscos e aumentando as rentabilidades.

São essas as questões que eu gostaria de pontuar e deixar como sugestões para apreciação, especialmente, dos organismos que operam repassando recursos ao sistema financeiro. Obrigado!

## **Sydrião Alencar**

Agradeço ao Dr. João Andrade e doravante vou ter que exercer o papel de centralismo democrático (um antigo partido que existia, de saudosa memória), em relação ao tempo. Passo a palavra ao Dr. Paulo Paiva, presidente do BDMG.

## **Paulo Paiva**

Boa tarde a todos! Eu gostaria inicialmente de cumprimentar os colegas do painel, cumprimentar também meu amigo Roberto Smith, agradecer pela gentileza do convite para minha participação neste evento, e por intermédio dele cumprimentar todos os servidores, funcionários e gerentes do BNB pela data festiva dos seus 55 anos.

Não gostaria de deixar passar a oportunidade de fazer um registro, que já fiz ao Roberto e em outras oportunidades, quando me foi possível fazer: é que, das minhas experiências à frente dos ministérios do Governo Fernando Henrique Cardoso, a mais exitosa do ponto de vista de parceria de execução de programas, tanto no Ministério do Trabalho quanto no Ministério do Planejamento, com as instituições financeiras do Brasil, foi com o BNB – disparado o mais competente, presente em todos os municípios, comprometido com o desenvolvimento da Região. E eu falo isso com muita satisfação, muito orgulho. Aprendi demais na experiência que tive trabalhando com o BNB, e me sinto muito feliz de estar aqui hoje, como também estive aqui cinco anos atrás.

Minha exposição tem o mesmo foco que teve a do João Andrade Vieira, e eu acho que faz sentido nessa discussão, porque eu também presido um banco em que, pela definição do sistema financeiro, não posso financiar meu controlador, que é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Mas o BDMG é diferente do caso do Banco do Estado de Sergipe, porque é especificamente um banco de desenvolvimento, não é um banco múltiplo, não opera com carteira comercial. Por isso, imaginei preparar uma apresentação sobre aspectos gerais de bancos estaduais de desenvolvimento. Mas, de fato, estou falando sobre uma experiência especial única que estou vivendo no Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. E eu gostaria de trazer essas reflexões aqui, até em função de que eu creio que nós estamos tentando reinventar o Banco, o novo papel (se é que ele é novo) de um banco que se tornou de desenvolvimento.

O enfoque é o financiamento público, mas somos um banco público para o setor produtivo privado; não financiamos o setor público, com exceção, no nosso caso, de apenas um ponto, que eu quero colocar inicialmente aqui.

Nós temos um programa, um fundo, lá em Minas, cujo nome é Novo Soma. Inicialmente, o Governo do Estado de Minas

Gerais contraiu recursos com o Banco Mundial para um programa de financiamento a municípios mineiros. Com o retorno disso, o Estado capitalizou o Banco, e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais estabeleceu que esses recursos devam ser operados com os municípios, não necessariamente somente com o setor público, pode ser também com o setor privado, na área de saneamento e desenvolvimento urbano.

Lamentavelmente, com as mudanças que ocorreram com os bancos ao longo do processo de privatização dos bancos estaduais, e depois com a Lei de Responsabilidade Fiscal e todas essas coisas, as agências de desenvolvimento ficaram com parte de seu capital destacado e podendo operar com os municípios. No caso dos bancos, nós temos apenas três bancos estaduais de desenvolvimento: o BDMG, o do Espírito Santo e um dos três Estados do Sul, e estamos impedidos de operar. Então, eu tenho mais de R\$ 350 milhões na minha tesouraria, aplicando no mercado financeiro, e tenho vários municípios de Minas Gerais com seus projetos prontos, aprovados, com limite de endividamento no Banco Central, mas, dado o limite global de endividamento do setor público, não posso operar com eles. Estou discutindo com o Governo Federal e tenho a expectativa de conseguir que o Conselho Monetário Nacional nos permita operar. Isso, sim, tem impacto direto no objeto que você mencionou aqui, que é o PAC, impacto direto no saneamento dos municípios em Minas Gerais.

Excluído isso, vamos falar um pouco sobre o papel de um banco de desenvolvimento para o apoio ao setor produtivo privado. Estou vendo que temos muitos jovens na platéia, então quero falar muito rapidamente sobre o contexto em que esses bancos foram criados; depois quero falar sobre contexto atual, sobre as oportunidades, e aí, com algumas idéias que eu tenho sobre a operação de um banco dessa natureza.

Esse tipo de banco foi criado num contexto em que havia escassez de capital, e a intenção era exatamente prover créditos de médio e longo prazo para o desenvolvimento preferencialmente

industrial. O *funding* era repasses de fundos. No caso especificamente da parte do norte de Minas, em que também o BNB participa, fundos basicamente do BNDES ou então fundos estaduais. Em Minas Gerais, hoje, nós temos um conjunto de fundos estaduais cujo patrimônio líquido é superior a R\$ 2,2 bilhões, que nós operamos, e basicamente com esses mecanismos: utilizam-se os recursos para prover créditos de médio e longo prazo com taxas de juros abaixo das taxas de mercado. E esse é um modelo que vem funcionando.

Certamente, nós sabemos que há algumas restrições a isso, basicamente o esgotamento desse modelo, visto do ponto de vista do *funding* do Governo Estadual, em função da crise fiscal dos Estados. O Banco do Espírito Santo ainda tem algum recurso constitucional vinculado; nós não temos recurso vinculado. Então, há um limite a essa fonte. Temos acesso a fontes do BNDES, acesso a fontes do BNB, mas nós temos uma restrição do ponto de vista da capacidade do Estado de continuar aportando recursos (vou falar disso daqui a pouco).

Nós, como bancos estaduais de desenvolvimento, também temos dificuldade por não sermos um banco comercial, não termos outros produtos. Mesmo os repasses do BNDES, hoje, não têm grande competitividade. Ao contrário, os bancos comerciais têm outros produtos para oferecer no seu cesto, principalmente, às grandes empresas, atendimento em que os bancos do tipo do BDMG têm dificuldades. Empresas mineiras do tipo da Usiminas ou da Gerdau nos procuram pelo fundo estadual, quando no repasse do BNDES um banco privado oferece com *del credere* muito menor, porque tem outros produtos para oferecer.

Outro elemento, ainda dentro desse tipo de questão, tem a ver com uma observação feita também pelo José Andrade *en passant*, referente às experiências anteriores quanto a créditos dados sem certo cuidado – ou num modelo em que também há participação do Estado, numa situação de mercado totalmente diferente. Nós tivemos um processo de privatização no Brasil que levou a uma



aversão à participação do setor público como acionistas e com participação acionária em empresas do ponto de vista estratégico. Então, este contexto nos coloca uma série de restrições à ação deste tipo de banco.

Por outro lado, todo tipo de restrição também nos oferece oportunidades, e eu gostaria aqui de mencionar essas oportunidades porque, a partir delas, quero chegar na terceira parte da minha exposição, que é para mencionar algumas das alternativas que eu vejo de viabilidade para esse tipo de banco estadual de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, precisamos reconhecer claramente a recessão orçamentária do Estado federado, que difere da situação do BNDES e BNB, que, com acesso a recursos constitucionais, podem manter uma projeção de expansão de suas ações. No caso dos governos estaduais, é impossível imaginar que o governo possa estar aportando crescentes recursos ordinários para seus fundos. Apenas para apresentar de uma forma esquemática, na situação atual, se levarmos em consideração os compromissos dos governos estaduais com o refinanciamento, os acordos de dívidas que comprometem em alguns Estados 11 ou 13% das suas receitas correntes, mais os compromissos de folha de pagamento, o que sobra para investimento provavelmente é algo entre 3 e 5%, e o governador tem que olhar educação, saúde, transporte, segurança. Assim, a alocação de recursos em um fundo para investimento no setor privado realmente concorre com alternativas que são, também ou eventualmente, mais relevantes, e que o Estado não tem como substituir, pois são funções do setor público.

Diante disso, não é razoável imaginar que é possível o Estado alocar volume crescente dos seus recursos originados. Em Minas Gerais, quatro anos atrás, o Governo Estadual alocou nesses fundos R\$ 500 milhões em recursos novos, e os fundos operam com o retorno das suas aplicações. Também foram alocados ao longo dos últimos quatro anos cerca de R\$ 500 milhões, que é pouco menos de  $\frac{1}{4}$  do patrimônio

do fundo. Não é razoável imaginar que esse modelo continue. Esse é um aspecto importante que eu gostaria de chamar à atenção.

Ademais, eu creio que, diferentemente daquele modelo de industrialização por via de substituição de importações que tinha alguma proteção da economia, e que usava recursos públicos para novos investimentos, hoje estamos em uma economia com maior integração, com maior competitividade. Há aqui uma parte dessa discussão que tem a ver também com a própria forma de olhar a economia do Estado como uma coisa estanque; hoje, há uma inter-relação muito maior; uma parte grande do Estado de Minas Gerais está muito mais interligada com o que ocorre na Bahia do que com o que ocorre em Minas Gerais. Provavelmente, uma decisão do Governo do Estado da Bahia afete muito mais a economia do nordeste de Minas do que uma decisão tomada exclusivamente pelo Governo de Minas. A alocação de uma empresa no limite entre Minas e Bahia depende muito mais da dinâmica com a economia baiana do que com o resto de Minas Gerais. O mesmo é verdade para o triângulo mineiro e o sul de Minas, para a Região da Zona da Mata. Hoje, essa questão é muito mais complexa.

Outro aspecto também mencionado pelo João Andrade é que está havendo hoje maior oferta de crédito privado no mercado. Essa é uma questão dos anos mais recentes, com a tendência da queda da taxa de juros. Então, para o banco público, com as limitações que ele tem, esse é um mercado que está sendo mais limitado; cada vez mais os bancos privados estão entrando nesse mercado, oferecendo créditos de médio e longo prazo. Essa é uma mudança que, se traz restrição de um lado, de outro lado traz uma enorme oportunidade, porque agora é possível de fato trabalhar com investimento de médio e longo prazo. Há espaço para esse tipo de investimento hoje, há mais previsibilidade para isso.

Creio que também é importante chamar à atenção que há um novo ambiente no mercado, totalmente diferente do ambiente que tivemos na pré-crise dos anos 90, principalmente do ponto de

vista da organização do mercado. Do ponto de vista do sistema financeiro, por mais restrições que os acordos de Basileia coloquem, por mais que, durante certo momento do dia-a-dia, a gente olhe essas restrições, mas elas deram uma maior racionalidade ao mercado financeiro e também uma maior segurança de operação. A mesma coisa ocorre, de forma geral, da gestão fiscal, da gestão monetária, que, no caso específico do Brasil, nós temos uma estrutura, e os pilares de política macroeconômica nós não conseguimos manter por longo tempo no passado. Hoje nós temos uma estrutura extremamente estável, consolidada, de política macroeconômica.

Também do ponto de vista das empresas, como resultado de todo o esforço a partir da crise do início dessa década, e com medidas ocorridas inclusive fora do Brasil, como foi no caso Sarbanes-Oxley, nos Estados Unidos, que cria uma melhor organização para as empresas, nós temos de fato um modelo de governança corporativa com maior transparência, maior prestação de contas das empresas, maior responsabilidade social, que leva a uma melhor gestão de risco e maior estabilidade no mercado.

Estou dizendo isso porque isso vai me levar ao ponto em que eu acho que é importante rever as ações de bancos estaduais de desenvolvimento. Eu acho que o espaço para um banco estadual de desenvolvimento é um espaço em que esse banco faça a diferença; que sua ação seja um diferencial. Esse é o ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção: nós devemos explorar as possibilidades da intermediação financeira na sua plenitude. Não que crédito não seja uma parte importante, temos que continuar a oferecer crédito, mas devemos oferecer também outros serviços de intermediação financeira. Acho que há espaço para esse tipo de banco.

Também há que se ter foco. De novo, acho que estamos coincidentes nessa relação. Fico muito satisfeito de ver a observação que João Andrade fez sobre esse campo. Nós devemos ter foco, e o foco não são as grandes empresas. Se o setor público está utilizando recursos do contribuinte para manutenção de um banco, tem de

avaliar se a atuação desse banco faz diferença na economia. E certamente ela não fará essa diferença para as grandes empresas, mas para o chamado *middle market* e para a pequena e média empresa certamente há um espaço, e há do ponto de vista do setor público uma responsabilidade para sua atuação nesse campo.

No caso das empresas médias, o chamado *middle market*, creio que há um espaço enorme para atuação de um banco do tipo do BDMG na ação de mercado de capitais. Por isso, fiz referência a governança corporativa. Hoje, a estabilidade no mercado de capitais é totalmente diferente da instabilidade que tivemos nos anos 70; certamente tem flutuações, mas hoje há condições de maior controle de risco. Creio que há possibilidades de operar com fundos de investimentos, com Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FDICs). Há aí uma restrição: o artigo 15 da Resolução 394, de 1976, do Banco Central, impede que esses bancos tenham administração de fundos – creio que esse é um tema que pode ser discutido com o Banco Central, além do que o João Andrade mencionou com relação a provisionamento. Então, pode-se ter uma agenda de temas para discutir com o Banco Central.

Mas, independentemente disso, há possibilidade de organizar e ter parcerias com administradores. Acho que esse é um espaço em que se pode operar. Um espaço com *private act* – também creio que se deve operar nesse campo; trabalhar especialmente nas áreas de inovação e meio ambiente, aí sim, como *joint ventures*, trabalhando para estimular essas empresas. Acho que é função de um banco público trabalhar nesse campo.

Trabalhar na estruturação para aberturas de capital, oferecer condições para que as empresas médias possam ter acesso não só a crédito, mas acesso ao mercado de capitais. Esse é um espaço. No ano passado, enquanto o BNDES aplicou cerca de R\$ 56 bilhões no Brasil, o mercado de capitais operou com cerca de R\$ 120 bilhões a R\$ 140 bilhões. Acho que há um espaço enorme em dar assessoria para fusões e modernização de empresas.

E no campo do crédito, tem uma preocupação que também foi expressa por meu antecessor, com relação à questão da taxa de inadimplência e o baixo *del credere* dos bancos. Lá em Minas, estamos trabalhando no sentido de desenvolver modelo de um fundo de equalização com recursos dos fundos estaduais; fundo de equalização e um fundo garantidor, de tal forma que eu possa utilizar os recursos do Estado para rebater as taxas do BNDES, para que eu possa ser mais competitivo e, com isso, criando também um fundo garantidor para que, na eventualidade da inadimplência, eu não utilize o capital do Banco, mas utilize parte desse fundo para manter essa equação. E financiamento à importação de bens de capital, principalmente, que traz novas tecnologias, me parece uma coisa importante.

Para não dizer que não falei de grandes projetos, principalmente na área de infra-estrutura, creio que há espaço para trabalhar com sindicalização para financiamentos de projetos de infra-estrutura. No caso, o etanol é um candidato claro em Minas Gerais à modelagem e estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Enfim, acho que há espaço grande para bancos estaduais de desenvolvimento além da oferta puramente de crédito e repasse de fundos, porque fundos do BNB e BNDES estarão disponíveis, e certamente recursos fiscais do Estado estarão limitados, mas há, de outro lado, espaço enorme para que esse tipo de banco possa contribuir; e são contribuições que, a meu juízo, são importantes e afetam, sim, a economia, ajudam a promover o crescimento econômico e também o desenvolvimento social.

No caso da pequena e média empresa, é um papel fundamental do banco público oferecer crédito, principalmente para propiciar a esse segmento oportunidades iguais, que ele não fique simplesmente tendo acesso aos bancos comerciais privados. No presente, eram essas as minhas observações. Obrigado!

## **Sydrião Alencar**

Agradeço ao Dr. Paulo Paiva suas observações, e passo a palavra rapidamente ao Dr. Luiz Petitinga, para fechar esse bloco dos banqueiros. Depois entraremos no bloco da política.

## **Luiz Petitinga**

Boa tarde! Eu iniciaria saudando, em nome do Dr. Roberto Smith, a instituição Banco do Nordeste e todos os seus dirigentes e colaboradores por essa grandiosa data, 55 anos. Saúdo meus colegas de mesa: Dr. João Andrade Silva, presidente do Banese; Dr. Paulo Paiva; presidente do BDMG; os deputados Pedro Eugênio e Zezéu Ribeiro; e o superintendente do Etene, José Sydrião Alencar Júnior.

Diferentemente dos colegas que me antecederam, vou focar minha exposição na questão *stricto sensu* do financiamento do setor público. Tentando enquadrar um pouco essa temática, antes de me deter em alguns detalhes, eu gostaria de mencionar o que poderíamos entender como financiamento do setor público. De um lado, nós teríamos as funções clássicas do Estado: segurança, saúde, educação, cuja base de financiamento seria evidentemente as receitas tributárias e, conseqüentemente, tudo enquadrado no orçamento da denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em seguida, temos aquelas funções econômicas e as concessões dos chamados serviços públicos, que caberiam a empresas públicas, e cujo financiamento, em casos de empresas públicas, passaria por toda a dimensão das chamadas oportunidades do mercado de capitais e do mercado financeiro, de um modo mais amplo, que iriam desde o crédito na sua forma mais específica às emissões das diversas formas de papéis, debêntures, ações, lançamento de títulos, *notes*, *bonds* no mercado internacional, que seriam, portanto, as fontes de financiamento dessas empresas públicas que cumprem funções econômicas ou concessões de

serviços públicos. E aí, naturalmente, podemos ilustrar como exemplos a Petrobras, de certo modo o BNDES, numa escala o Banco do Brasil, numa escala um pouco menor, mas não desprezível, o próprio Banco do Nordeste.

Restaria, então, outro campo, que seriam aquelas concessões que caracterizam também monopólios naturais, que estão inclusos nessas funções econômicas e que são concedidas através de licitações, editais, e que envolveriam, portanto, uma dimensão também de financiamento público. Na verdade, serviços públicos explorados privadamente, mas cujo financiamento tem alguma conotação que envolve, ainda que indiretamente, o Estado.

Nas funções clássicas, eu não me deteria, porque seria o âmbito da receita tributária, e qualquer discussão que queiramos travar aí necessariamente entra na discussão de reforma tributária, estrutura tributária, e não é esse o foco.

Peguemos mais as funções econômicas e concessões, excetuando as empresas públicas de grande porte, como essas que exemplifiquei, que, dadas as suas características muito próximas das de uma grande empresa privada, têm todo um leque de oportunidades que o mercado financeiro propicia.

Então, fiquemos na questão mais *stricto sensu* das concessões, no processo de licitação de concessões de serviços públicos, cada vez mais presentes, por conta das limitações fiscais do Estado de atender à necessidade de infra-estrutura dos serviços, quer de transportes, de telecomunicações, ou de energia, de que a sociedade necessita. Por conta disso, abre-se um leque de oportunidades de financiamento de forma indireta do serviço do setor público.

Um exemplo mais contundente seria, por exemplo, em se tratando de grandes empreendimentos, quando a gente fala de implantação de um trecho ferroviário de 1.500 a 2.000 quilômetros de ferrovia; implantação ou duplicação de 1.600 quilômetros de

rodovias; implantação e modernização portuária, implantação de uma hidroelétrica ou termoelétrica. Isso envolve mobilização de recursos que, naturalmente, apresentam características que definem uma forma de financiamento que é difícil encontrar.

Eu diria que, a despeito do grande avanço que houve no mercado de capitais no Brasil, a partir da estabilização macroeconômica da metade da década passada, ainda não temos um mercado de capitais capaz de dar conta dessas ações; também a despeito de termos os fundos de previdência com um patrimônio que já ultrapassa R\$ 200 bilhões, mesmo assim temos dificuldade ainda de financiar essa estrutura.

Primeiro, porque são investimentos de longuíssimo prazo, investimentos cuja garantia é difícil constituir, porque se trata de algo que se vai construir. Na verdade, você está financiando para depois oferecer o serviço e, muitas vezes, o investimento supera em muito a capacidade patrimonial dos agentes que estão empreendendo aquele investimento. E também há o risco elevado, porque se trata de investimento de longo prazo cuja maturação se dá em dez anos; então o risco envolvido, o risco de crédito, de mercado, e todas as modalidades de risco tornam difícil em muito o financiamento.

Surge aí a experiência do *private finance*, uma forma de tentar, através da estruturação de um fluxo de caixa do projeto, envolvendo aí as chamadas sociedades de propósitos especiais, dar liquidez a esse fluxo de caixa na forma de recebíveis; e, por via de sociedades de propósitos especiais, levantar o *funding* necessário para assegurar esse investimento.

Essa é uma modalidade em que, de certo modo, o Estado em algum momento é chamado, porque essas sociedades de propósitos especiais muitas vezes terão que ter garantias, porque muitas vezes os recebíveis gerados pelo fluxo do projeto não são suficientes para assegurar a confiança do investidor para aportar recursos. Conseqüentemente, muitas vezes o Estado é chamado a



criar mecanismos colaterais de garantia para essas sociedades de propósitos especiais, para que elas alavanquem no mercado os recursos necessários. Então, temos aí essa experiência do *private finance*, que ainda não é muito comum nesses investimentos que estamos observando nas áreas de rodovias, ferrovias e na área portuária. Mas a Petrobras é uma empresa que já trabalha com esse tipo de inovação financeira.

Temos aí também, do outro lado, as PPPs, que são uma tentativa de criar mecanismo de financiamento em que o investidor, escolhido através de um processo também de escolha pública (ainda não há uma definição, pois embora já exista naturalmente a lei, ainda há umas dificuldades nessa própria escolha), teria que realizar um investimento e o Estado remuneraria por esse investimento de acordo com o fluxo de caixa, considerando a taxa interna de retorno; enfim, obtendo-se o valor presente líquido em que o Estado trataria de cobrir esse valor presente líquido no tempo. Aí, se coloca de novo a questão de como o Estado construir garantias, dados todos aqueles aspectos que eu mencionei do risco desses investimentos; como o Estado assegurar garantias para que o investidor aceite realizar esses investimentos, de modo que todo o fluxo de caixa descontado desse projeto possa ser coberto ao longo do tempo pelo Estado, assegurando, portanto, um valor presente líquido, dito de forma mais clara.

Na verdade, o Estado precisaria, também aí, construir estruturas dentro de mecanismos inovadores do ponto de vista financeiro, de modo a assegurar a garantia para que esse investidor vá ao mercado de capitais e capte recursos para realizar esse investimento. Aí, uma alternativa seria caminhar na direção das sociedades de propósitos especiais, que são essas instituições criadas com propósitos específicos de captar recursos, administrar um fluxo de caixa e viabilizar, portanto, o início da operação daquele empreendimento. Com isso, então, após obviamente cobrir seus custos necessários para isso, sua atividade estaria concluída. Enfim, o Estado teria que construir as sociedades de propósitos especiais.

Aí, nós voltamos à questão das garantias para que essas sociedades de propósitos especiais tenham condições de ir ao mercado captar recursos. Isso passa por problemas incomensuráveis. Primeiro, o Estado não pode legalmente vincular receitas tributárias para poder constituir um fundo garantidor para essas sociedades de propósitos especiais. Existe aí uma coisa restritiva do ponto de vista da legislação orçamentária e fiscal. Essa é uma grande dificuldade. Há outros problemas de ordem legal a serem resolvidos, como utilizar as suas participações em empresas estatais para constituir esses fundos garantidores. Enfim, acho que esse é um problema que, por exemplo, tem impedido as PPAs de deslançarem como era desejável e que não aconteceu até o momento. Nós podemos dizer que há uma dificuldade ainda não-resolvida para esse fim.

Nós estamos vivendo uma experiência recente. Por exemplo, lá na Bahia, nós temos dois trechos de estradas federais, abrangendo a BR-116, que é a principal via de ligação do Nordeste com o Sudeste do País; e a BR-324, que liga a cidade de Feira de Santana, que está exatamente no eixo da BR-116 com a cidade de Salvador. Então, seria recuperar, expandir, melhorar e duplicar alguns trechos da BR-116 e, no caso da BR-324, que já é uma pista dupla, seria recuperar toda a rodovia e criar uma terceira via. Houve determinado momento recente em que o governo resolveu trocar a perspectiva da PPP pela concessão: faz o edital, coloca o edital na rua, licita; ganhará a empresa que oferecer um melhor serviço em termos de investimento necessário, no menor prazo, com a menor tarifa de pedágio. Essa parece que vai ser a solução adotada.

Mas algumas pessoas entendiam – inclusive alguns parlamentares de oposição ao governo fizeram esse discurso – que, provavelmente, do ponto de vista dos interesses do Estado da Bahia, seria mais interessante a opção da PPP, porque acham que haveria um encurtamento do prazo para realização desse investimento. Isso, na verdade, é um detalhe; não há nenhuma razão fundamental que explique essa diferença de prazo na escolha de PPP ou concessão por via de licitação. Tudo indica que a maior dificuldade seja ainda

a operacionalização das PPPs, mais do que qualquer outra coisa, muito embora o ministro dos Transportes tenha feito referências ao fato de que a PPP implicaria desembolso do governo de imediato, o que estaria um tanto dificultado (desembolso provavelmente para constituir garantias).

Uma outra opção, que já foi colocada pelo Dr. Paulo Paiva, o FDIC, seria um instrumento também muito importante sobretudo para gerar recursos, e aí, no caso, financiar não só o setor privado, mas financiar, sobretudo, municípios. Na verdade, acho que esse FDIC vai ser algo que terá um futuro assegurado, à medida que as taxas de juros caem. Não dá para fazer profecia sobre isso, mas provavelmente já estamos assistindo, no presente, a uma migração forte da sociedade, de títulos de renda fixa, sobretudo fundos lastreados em títulos públicos, para fundos de ações, demonstrando que a sociedade está disposta a correr mais riscos em função de um maior retorno.

Creio que, à medida que a taxa Selic se aproxime de um patamar de 9,5 a 10% ao ano, isso abrirá, sem sombra de dúvida, um espaço para que esses FDICs, esses fundos lastreados em recebíveis de empresas que vendem serviços mediante contratos, tanto com o setor público quanto com empresas privadas, venham a constituir uma alternativa, inclusive, aos recursos do BNDES. Nós sabemos que há ainda possibilidade de expansão dos recursos do BNDES, mas não imaginamos que num espaço tão curto o orçamento do BNDES chegue a R\$ 100 bilhões (hoje está em torno de R\$ 60 bilhões) e, provavelmente, acho que teria uma certa dificuldade de, lastreado apenas no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Programa de Integração Social (PIS) – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), chegar a algo em torno de R\$ 100 bilhões.

Eu gostaria de aproveitar para falar um pouco na perspectiva que meus antecessores colocaram, que seria o papel das agências de fomento. Entendo que as agências de fomento, hoje – e isso

eu acho que foi bem colocado pelo Dr. Paulo Paiva –, encontram uma certa dificuldade, e essa dificuldade a gente pode entender exatamente na questão da rigidez da resolução que regulamentou a lei que criou as agências de fomento. Particularmente, os bancos de desenvolvimento têm um *plus* em relação às agências, mas que não muda, no geral, as condições de operação dos bancos de desenvolvimento em relação às agências.

Na verdade, há uma restrição aí que impede as agências de fomento e os bancos de desenvolvimento de realizarem uma série de operações que terão necessariamente – e eu citei o caso dos FDICs como exemplo – de se sobrepor, no futuro, como forma de financiamento adicional, à medida que os fundos compulsórios, como eu disse, não terão condições, não terão essa elasticidade a ponto de assegurar expansão crescente nos orçamentos, quer de um BNDES quer de um Banco do Nordeste, quer das agências de fomento dos bancos de desenvolvimento estaduais.

Então, na verdade, haverá necessidade de flexibilização da Resolução 2.828, que regulamenta as agências de fomento, sobretudo, para que elas e os bancos de desenvolvimento possam ingressar no mercado de capitais atuando com essas inovações financeiras, operando, por exemplo, FDICs e coisas que tais, até, quem sabe, administrando, como uma subsidiária, uma sociedade de propósito especial, de modo a viabilizar, de forma indireta, o financiamento. Não financiaríamos o setor público, porque estamos impedidos de financiar o acionista, mas de forma indireta nós poderíamos, através da sociedade de propósito especial, financiar aquela concessão ou aquela PPP. Eu acho que essa é uma necessidade que podemos considerar inadiável: a revisão da Resolução 2.828, que amplie e dê mais capacidade de alavancagem às agências de fomento e aos bancos de desenvolvimento em relação aos bancos comerciais e múltiplos.

Hoje, nossa alavancagem é de 0,3, ou seja, em tese, para cada um real de patrimônio líquido ajustado, nós podemos emprestar

até três. Os bancos múltiplos, para cada real de patrimônio líquido ajustado, podem emprestar até dez. Isso é uma desproporção considerável e que cria muita dificuldade.

Podemos considerar outro problema, em que outras agências, o próprio Banese e o BDMG se encontram em situações parecidas. É que, embora no nosso caso tenhamos quase R\$ 360 milhões de caixa, temos dificuldade de fazer maior volume de financiamento aos municípios, porque cada vez que destacamos nosso capital para fazer financiamento aos municípios, independente de esse recurso ser aplicado ou não, ele reduz ainda mais nosso grau de possibilidade de financiamento ao setor privado. Então, para cada real que nós tiremos do nosso patrimônio líquido ajustado para comprometer com financiamento aos municípios, mesmo que não cheguemos a emprestar, o dinheiro esteja lá, ficamos impedidos de emprestar três reais ao setor privado. Então, embora tenhamos caixa, temos dificuldade de financiar. Parece uma coisa esquizofrênica, mas é uma realidade, é próprio da forma prudencial. Aqui não vai uma crítica. Na verdade, como já mencionado aqui, dentro do acordo de Basileia, a forma de gestão prudencial, e com toda a modelagem de avaliação de risco, impõe esses rigores às instituições financeiras, que, de certo modo, também terminam por dar mais segurança ao investidor.

Essas são algumas reflexões rápidas, eu não pretendo me alongar mais, inclusive para podermos ouvir os nossos parlamentares, que devem trazer questões importantes da discussão parlamentar para nós. Eu agradeço o convite e a atenção dos senhores.

## **Sydrião Alencar**

Agradecendo ao Dr. Petitinga, vamos passar agora dos banqueiros aos políticos. O deputado Pedro Eugênio é ex-secretário de Estado e também diretor aqui do Banco, e também é membro da Comissão de Finanças da Bancada do Nordeste. Dr. Pedro Eugênio com a palavra.

## **Pedro Eugênio**

Boa tarde a todos! Quero cumprimentar todos da mesa, nosso companheiro e amigo Alencar, que dirige o Etene, com quem trabalhamos quatro anos durante nossa gestão à frente do Banco, meu caro João Andrade, meu caro Paulo Paiva, meu caro Luiz Alberto, meu caro colega Zezéu Ribeiro.

A questão que se coloca aqui – novas formas de financiamento do setor público – há diversas maneiras de abordar. Eu procurei partir do princípio de que estamos entrando num novo ciclo de desenvolvimento e, nesse novo ciclo, nós temos uma janela de oportunidades para o desenvolvimento nacional e, em particular, para o desenvolvimento regional.

O Nordeste, que no pós-milagre brasileiro colocou-se numa situação de não ter um instrumento que possibilitasse a redução das desigualdades regionais, que lhe desse suporte nessa direção, está frente a frente com uma possibilidade. Nós não identificamos claramente uma política de desenvolvimento regional, mas nós identificamos uma série de iniciativas de apoio ao desenvolvimento do Nordeste como nunca houve nas últimas décadas. Talvez a gente tenha dificuldade de identificar uma estratégia mais articulada, talvez pela falta de uma formalização dessa estratégia, pela falta de uma agência de desenvolvimento, a falta da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), mas inegavelmente o PAC, com os recursos que coloca, uma série de empreendimentos estruturadores que têm vindo para o Nordeste situa o momento atual como um momento novo, não apenas tendo em vista o ciclo novo de crescimento que se observa, mas por conta dessas iniciativas.

Entretanto, as desigualdades estão aí. Poderíamos colocar diversos indicadores sociais que chamariam a atenção para essas desigualdades, mas dois números, que, me parece, o nosso presidente Dr. Roberto Smith já chamou à atenção em uma de suas apresentações, são bastante eloquentes.

O Nordeste tem uma participação de cerca de 28% da população do Brasil e cerca de 14 a 16% do PIB nacional (14% são dados de 2004, mas há dados de previsão de 2006 que falam em 16%). Portanto, há uma defasagem gritante entre a participação do PIB, da riqueza gerada no Nordeste, e a sua população. É preciso, portanto, crescer sensivelmente mais do que o Brasil. Não basta, na nossa discussão, identificarmos como realizar o financiamento do desenvolvimento e esse financiamento se colocar no mesmo patamar do Brasil, porque nós iremos reproduzir uma situação na qual as distâncias continuam as mesmas, embora todos com mais, em tese, prosperidade.

Há uma série de elementos, de diretivas, muitas das quais estão nos documentos que o próprio Banco tem produzido, que poderíamos apontar: inovação, uma estratégia de trabalhar na linha do adensamento das cadeias, de agregação do valor; procurar investir em gargalos produtivos como malhas viárias, a questão energética e outras; procurar diversificar; procurar interiorizar, realizar desenvolvimento institucional; procurar atacar os espaços desiguais com políticas específicas, customizadas. Com certeza, não é por falta de diretriz, não é por falta de elementos balizadores de como direcionar políticas públicas, que nós poderíamos dizer que estamos numa situação ainda de desigualdade. Os caminhos são bastante claros, os gargalos estão bem definidos, as estratégias, me parece, estão bem colocadas.

Temos, portanto, que adotar instrumentos de planejamento e de financiamento adequados a esse desenvolvimento. Um desenvolvimento que tem de ser, em termos de crescimento, maior do que o do Brasil e qualitativamente capaz de atacar as desigualdades, promover inserção social, promover, por exemplo, uma política de desenvolvimento para o semi-árido, algo que o Eteno tem debatido e discutido tanto; atacar, portanto, as desigualdades socioeconômicas e integrando o Nordeste à dinâmica nacional.

Há dois itens aí: a questão do planejamento e a questão do financiamento. Vamos falar mais do financiamento e rapidamente

sobre o planejamento. Não vou me dedicar muito sobre a questão da Sudene, talvez o Zezéu o faça. Essa é uma luta antiga. Eu era deputado federal na legislatura em que a Sudene foi extinta; Zezéu não era. Depois eu não me elegi, ele entrou lá, passou quatro anos, ele foi inclusive relator do projeto de lei que recriou a Sudene, e ainda não vimos a implantação. Que fenômeno é esse que faz com que um órgão seja extinto e nenhuma voz se alevante?

Nós vimos o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) ser extinto e pelo menos a sociedade cearense, se não a nordestina, se mobilizou fortemente, foi para o embate político, e conseguiu restabelecer o Dnocs, infelizmente sem a força, sem os orçamentos, mas pelo menos não deixou morrer. No caso da Sudene, ficou tudo parado. Os empresários que recebiam os incentivos nos procuravam envergonhados. Eu dizia: “por que vocês não vão aos jornais? Vão fazer uma confusão!” Eles diziam: “Não, tem uma agenda secreta com o ministro tal; a gente talvez vá conseguir que o presidente volte atrás”. Mas ninguém queria botar a cara. A sociedade não se mobilizou. Então, temos que ter um diagnóstico. O modelo de planejamento representado pela Sudene foi se esvaindo, se deteriorando, e quando deram o tiro ninguém gritou, ninguém foi chorar o defunto. Agora, vamos recriar a Sudene, é um apelo que todos fazem, mas cadê a mobilização? Cadê as pessoas gritando? Cadê o setor empresarial dizendo que tem que ter? Todo mundo defende, e ninguém faz nada concretamente! Ninguém faz articulação real, política, genuína, para restabelecer a Sudene. Tem alguma coisa errada!

Infelizmente, não tenho a receita de como enfrentar isso, mas desconfio que falta política nisso aí. Falta debate forte sobre o modelo de desenvolvimento do Nordeste, sobre o modelo de desenvolvimento nacional no qual o Nordeste esteja inserido e que, para ser executado, tenha que ter, como acredito que tem que ter, um órgão de planejamento forte, pujante. Por incrível que pareça, eu acho que a questão de a Sudene ter ou não ter recurso não é a questão principal. É importante ter recurso? É. Seria ótimo, seria



fundamental que ela tivesse aquele novo fundo de desenvolvimento, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que se somaria ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FDNE). Mas, mesmo com aquele fundo, se não estiver claro um modelo e uma estratégia de desenvolvimento, vamos ter uma Sudene fraca. Vai ser criada, não tenho dúvida! Há a questão dos vetos, há uma articulação política; o Zezéu está à frente desse processo, dessa articulação política para tentar convencer o nosso governo de flexibilizar algumas das questões que levaram ao veto, explicar melhor ao presidente o que significa isso, mas eu particularmente não acho que seja a questão fundamental a questão dos recursos. Acho muito mais importante a questão de os incentivos fiscais serem variáveis, não terem uma data fatal para morrer; serem associados a indicadores de desigualdades, como está no relatório do Zezéu. Isso eu acho muito mais importante. Mas, mais importante do que tudo é a necessidade de uma estratégia, de um modelo de desenvolvimento, que falta.

Eu fiz alguns exercícios, e gostaria muito de ver depois o Etene checar esses números (Tabela 7), mas é uma continha muito simples: o PIB do Nordeste, com valores de 2006, estaria em R\$ 325 bilhões. A formação bruta de capital, supondo que seja a mesma do Brasil, 16% do PIB (deve ser menor), daria em torno de R\$ 52 bilhões. Antes do ajuste que o IBGE fez nas contas nacionais, esse percentual estava perto de 20%, mas quando as contas nacionais foram reajustadas caiu para 16%. Ou seja, estávamos crescendo alavancados por uma formação bruta de capital menor do que imaginávamos, o que é bom, mostra uma eficiência maior da economia.

E se nós fôssemos para uma formação bruta de capital de 30% do PIB, que é a desejada, teríamos que ter R\$ 97,5 bilhões. Por que 30%? Porque 30% é a da China, se não me engano. E por que nós vamos nos pautar nos 20 ou 22%, para ficar não com 3,5% de crescimento, ficar com 5%? Temos de crescer muito mais do que a média do Brasil. Então, vamos focar em 30% de formação bruta de

capital, para o Brasil estar com 25% e o Nordeste estar com 30%, o Brasil estar com 27% e nós estarmos com 31%, ou nós não vamos ter uma estratégia de desenvolvimento que supere as desigualdades.

**Tabela 7 – A Necessidade de Financiamento da Região**

<b>PIB / FBCF</b>	<b>NORDESTE</b>
<b>PIB</b> – Produto Interno Bruto	325,00
<b>FBCF</b> – atual (16% PIB)	52,00
<b>FBCF</b> – desejada (30% PIB)	97,50
Necessidade adicional de Investimento	45,50

**Fonte:** Dados de 2006 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Notas:** PIB-NE Estimado em 14%; FBCF Estimado 16%.

A necessidade adicional de investimento seria, portanto, de R\$ 45,5 bi/ano. Agora, o que nós temos? (Tabela 8 ). Nós temos inicialmente o FNE. Em 2006, o Banco do Nordeste emprestou R\$ 4,6 bilhões do FNE e estão previstos para 2007 mais R\$ 4,6 bilhões, se não me engano. Isso não é o valor que vem do Fundo Constitucional, mas já é o retorno do pagamento. Mesmo com as provisões, chega-se a esse número. O Banco já gastou aquele estoque do passado, que herdou daquele período em que não se fez empréstimo, e já está aplicando mais do que recebe.

O FDNE tem R\$ 1,2 bilhão que nunca conseguiu gastar. Todo ano ele cai, como se diz, em exercício findo. Tem aqui um empresário que está tentando ser o primeiro a conseguir dar o bom exemplo de utilizar esses recursos. O Banco do Nordeste, no ano passado e no retrasado, fez todo um esforço de se adequar, inclusive participou do processo de reestruturação do FDNE para torná-lo factível, porque havia certas regras que tornavam impossível a utilização desse dinheiro. Os procedimentos operacionais internos do Banco já estão ajustados e já há vários processos tramitando. Quanto ao FAT (não é FAT por via do BNDES, é FAT direto), parece-me que o Banco aplicou R\$ 70 milhões do FAT este ano.

Tabela 8 – A Necessidade de Financiamento da Região

<b>FONTES</b>	<b>ATUAL</b>	<b>ATUAL+28%*</b>	<b>NECESSIDADE ADICIONAL</b>	<b>DISPON. BRASIL</b>
<b>FNE</b>	4,60	4,60	45,50	
<b>FDNE</b>	1,20	1,20	45,50	
<b>FAT</b>	0,07	<b>2,24</b>	43,33	8,00
<b>BNDES</b>	4,80	<b>14,28</b>	33,85	51,00
<b>FMM</b>	0,06	<b>0,84</b>	33,07	3,00
<b>FIN TOTAL</b>	10,73	23,26	33,07	
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	10,73	23,26	<b>20,54</b>	
<b>TOTAL</b>	21,46	46,52		
<b>TOTAL + ALAV* REL</b>	20,26	45,12		
<b>FIN/FBCF</b>	39%	46%		

**Fonte:** Dados de 2006 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Notas:** PIB-NE Estimado em 14%; FBCF Estimado 16%.

Aí eu fiz um exercício, que foi o seguinte: o programa de financiamento do FAT tem disponibilidade para o País de R\$ 8 bilhões (última coluna, na Tabela 8). Se nós utilizássemos, dos R\$ 8 bilhões, 28% para o Nordeste, que é a proporção da população que nós temos, nós teríamos que gastar R\$ 2,24 bilhões do FAT. Fiz o mesmo com o BNDES: o BNDES aplicou R\$ 4,8 bilhões no Nordeste em 2006. Se tivesse aplicado 28% do que ele tem disponível, que hoje são R\$ 51 bilhões, ele teria aplicado R\$ 14,28 bilhões no Nordeste.

O Zezéu deu o parecer de uma lei que obriga o BNDES a aplicar 35% no Nordeste. Eu não estou nem querendo isso, estou querendo o mesmo que a participação da população: 28%. E não é nem por obrigação, não é por lei, pois a gente sabe que o mercado às vezes não cumpre a lei. A questão é construirmos as condições econômicas e operacionais para efetivamente o BNDES aplicar R\$ 14,28 bilhões no Nordeste.

O Fundo da Marinha Mercante (FMM), o Banco do Nordeste fez o primeiro financiamento, de R\$ 60 milhões, financiou barcos,

mas ele teria que financiar R\$ 840 milhões, para se utilizarem os 28% dos R\$ 3 bilhões que o Fundo da Marinha Mercante tem disponível.

O financiamento total, portanto, que foi de R\$ 10,73 bilhões em 2006, nesses programas, muitos dos quais operados pelo Banco do Nordeste, poderia chegar a R\$ 23,26 bilhões, com recursos que já existem, apenas havendo uma alocação dessas fontes mais para o Nordeste.

Se nós imaginarmos que, para cada real financiado pelo BNB ou pelo BNDES, tenhamos a outra metade, 50%, de capital próprio (acho que essa é uma hipótese razoável), esse conjunto de fontes emprestou R\$ 21,5 bilhões, o que representa 39% da formação bruta de capital do Nordeste em 2006. Ou seja, essas linhas foram responsáveis por praticamente 40% da formação bruta de capital do Nordeste. Significa que é extremamente relevante na Região a presença do Estado, através desses fundos, e principalmente através do Banco do Nordeste e do BNDES, que praticamente estão meio a meio, cada um com quase R\$ 5 bilhões.

Se nós aplicarmos esses números com os quais sonhamos (28% do total), a soma daria R\$ 45 bilhões, que, em relação à nova formação bruta de capital (aquela maior, de R\$ 95 bilhões), seriam 46%, quase 50% da formação bruta de capital. Isso não é um número maluco, não estamos falando de coisa sem sentido.

O investimento estrangeiro direto no Brasil, neste ano, com base em dados de janeiro a maio, extrapolando até dezembro, vai dar R\$ 48 bilhões entrando no País (Tabela 9). Isso é só capital produtivo, o capital especulativo está fora, isso é investimento direto; e muita coisa, com certeza, já veio para o Nordeste, só não sei a proporção que veio, não tenho esse dado (deixo como tarefa para o Eteno nos informar quanto veio disso aí para o Nordeste). Digamos que tenham vindo ou que pudessem vir os 28%: seriam R\$ 13 bilhões.

**Tabela 9 – A Necessidade de Financiamento da Região**

<b>Fonte</b>	<b>NE</b>	<b>Brasil</b>
IED*	13,40 (NE/BR = 28%)	48,00
Novos Projetos PAC (Tesouro e Privados)**	20,00 (NE/Br = 25%)	80,85*

**Fonte:** Elaboração do Autor a partir de BACEN

Considerando que os ingressos das diversas fontes, na Região, tivessem aqueles aumentos indicados na segunda coluna da Tabela 8, a Necessidade de Financiamento da Região (aqueles aumentos do BNDES, de FAT, de tudo), a necessidade de financiamento adicional, indicada na terceira coluna, iria diminuir. Fiz o exercício abatendo linha a linha, e cheguei àquilo: ficaram faltando R\$ 20,54 bilhões de financiamento para o Nordeste.

Dos R\$ 20,54 bilhões que estavam faltando, essa fatia de 28% do investimento estrangeiro direto já daria R\$ 13 bilhões. Com os novos projetos do PAC (pode haver alguma duplicidade aí, porque tem alguma coisa do PAC que já começou a ser financiada, mas a maior parte não), o PAC está propondo para o Nordeste R\$ 20 bilhões/ano e para o Brasil R\$ 80,85 bilhões. O PAC tem ao todo R\$ 503 bilhões, dos quais R\$ 180 bilhões são projetos nacionais e o resto corresponde a projetos regionalizados. O Nordeste tem praticamente R\$ 81 bilhões, o que dá uma média de R\$ 20 bilhões por ano. Com esses R\$ 20 bilhões mais os R\$ 13 bilhões do investimento estrangeiro direto já teríamos mais do que a necessidade de R\$ 20,54 bilhões. Por que isso não vai se realizar? Nós temos tudo para realizar isso!

Porém, no que diz respeito ao PAC, todos nós estamos acompanhando as discussões, o presidente dizendo que tem de fazer. Ele esteve aqui em Fortaleza, deve ter feito o mesmo discurso que eu o vi fazer lá em Recife, centrado no seguinte: vocês têm que realizar isso, têm que fazer as licitações, porque os processos são lentos, são demorados, são burocráticos. Quem perde a licitação apela, a Justiça manda parar a concorrência, então há uma série

de entraves no que diz respeito a esses processos que têm a ver com licitações públicas.

Mas, e no que diz respeito aos financiamentos? Como é que a gente vai chegar para o BNDES e pedir para ele aplicar R\$ 14 bilhões ou para ele fazer valer a lei que o Zezéu está com ela na mão, brandindo? Nós temos que ter um modelo em que haja capilaridade, temos que ter presença dos bancos de desenvolvimento nas comunidades, nos municípios; temos que desvendar, descobrir os bons negócios. Quantos negócios não se realizam porque o empresário não conhece? Uma coisa é aquele crédito comercial, aquela coisa que ele está acostumado a fazer. Um crédito de desenvolvimento, um crédito de longo prazo, é um parto, vocês sabem disso. É uma coisa que requer muito cuidado. O pessoal às vezes diz que é burocracia, o Banco é muito burocrático. Não é! Tem muita burocracia que tem que ser limpa, tem que haver modernização, procedimentos novos estabelecidos; mas não dá para fazer um financiamento de peso sem que haja uma série de cuidados e que a análise de risco seja bem-feita, que todos os elementos prudenciais sejam considerados bem.

O Banco tem que estar presente, tem que ter capilaridade. Tem que existir capacidade de customizar programas com base nas diferenciações produtivas e territoriais; tem que ter política de desenvolvimento territorial, sim! Um banco de desenvolvimento tem que ter capacidade de reconhecer as diferenças das suas regiões, dos seus territórios. Não é frescura, me desculpem a expressão, de dizer que é um programinha aqui para fazer de conta e tal, como a gente às vezes ouve em relação a se querer estabelecer determinados programas localizados territorialmente. É espinha central de uma política de desenvolvimento de banco de desenvolvimento, com base em diferenciações produtivas e também tipos de produtores.

Vou dar um exemplo de tipo de produtor. O Crediamigo é o que é, tem o sucesso que tem, porque o Banco foi capaz

de reconhecer as especificidades desse público e estabelecer uma metodologia, uma análise de risco específica, que não pede garantia real nenhuma, mas na qual existe uma garantia moral, que é o grupo que se forma e que se garante, e o acompanhamento. É um programa caro, não é recurso público, é recurso da exigibilidade, e tem a menor inadimplência de todos os programas do Banco. É o programa de maior sucesso que o Banco tem, porque está customizado no que diz respeito às características daquele público.

Vamos para o Pronaf. O Pronaf tem dois públicos. Uma coisa é o agricultor familiar mesmo, aquele cara que tem condição de se desenvolver como agricultor familiar; outra coisa é o trabalhador rural que tem um pedaço de terra, que trabalha aí no alugado, que um dia está na construção civil, no outro dia está plantando a lavoura branca. O Agroamigo tem uma metodologia específica que o Banco desenvolveu; convencemos na época o MDA a adotá-la, e hoje o Banco tem uma metodologia voltada para esse público, que, a rigor, não é agricultor: são trabalhadores que trabalham no campo, mas que podem ser, mais do que tudo, prestadores de serviços no meio rural. Por isso, o Agroamigo pode emprestar dinheiro para o cara ter uma oficina mecânica, prestar qualquer serviço à comunidade, não necessariamente serviços agrícolas. Já o Pronaf para o agricultor que tem 50 ou 100 hectares, esse está lá. Há essa diferenciação.

O programa da pequena e média empresa que o Banco lançou, o Conterrâneo, está mais ou menos nessa linha, embora eu ache que ainda precisa aprofundar mais, precisa ter metodologia mais específica, precisa simplificar muito mais. Lembro que houve um estudo para financiar os padeiros de Recife e não conseguimos porque não se encontrou um padeiro que tivesse a documentação regularizada. O sindicato catou, reuniu, chamou, fez assembléia, juntou, escolheu os cinco melhores, e os cinco melhores não tinham a papelada, não se enquadravam. Ou seja, esse público não consegue tirar dinheiro de acordo com as normas que estão aí. Tem que haver customização.

O Prodetur foi um exemplo. A gente passou dois anos só para ajustar o contrato de empréstimo do Prodetur. O BNB fez isso, e eu duvido que alguém mais faça. O Banco do Brasil, com todo respeito, correu da parada. O Ministério do Turismo quis passar para o Banco do Brasil. Quando foi discutir o que ele tinha que fazer, a equipe que ele tinha que montar, os pedidos que ele tinha que examinar, ele não quis com 2%, queria 5%, 10%.

O modelo exige refinada análise de risco. Acho que não foi implantada ainda aquela análise de risco do Crediamigo, que já está pronta; acho que são problemas mais legais que estão faltando – talvez vocês já saibam a resposta. Mas a verdade é que é uma análise de risco em que você alimenta o sistema, ela é baseada numa lógica neural: você alimenta todos os processos, imediatamente analisa-se o grupo e vem a nota.

O modelo exige projetos estruturantes, *project finance*, que já foi bastante falado aqui, projetos integrados, desenvolvimento territorial, assistência técnica. A assistência técnica, por exemplo, tem que estar integrada junto com programas de desenvolvimento rural; crédito rural sem assistência técnica é um risco enorme, e todos nós estamos fazendo isso sem assistência técnica, porque o sistema de assistência técnica faliu.

O BNDES faz isso ou vai fazer? O Banco do Brasil quer fazer? Duvido! Não faz! Sabe por que estou falando isso? Porque lá em Brasília nós estamos ouvindo conversa e está saindo nos jornais que vão acabar com o Banco do Nordeste, que vão incorporar ao Banco do Brasil. Nós pedimos uma audiência pública para esclarecer isso, o nosso ministro chamou a gente lá, disse que não é nada disso; no outro dia, saiu no jornal de novo. Então, existe uma certa ameaça no ar. A gente não está tratando da Sudene, porque é o Banco que está se afirmando, através, principalmente, da atual administração, pela ação e pela sua aliança estratégica com o setor produtivo real. Então, ninguém acaba com um banco assim não!



Mas a gente tem que ter cuidado, a gente tem que ter mobilização política, nós temos que estar ressaltando cada vez mais a consciência do papel estratégico do Banco para o desenvolvimento do País. Não dá para ficar ouvindo: “banco de varejo não pode, tem é que fechar agência.” Eu ouvi essa conversa um dia desses, de um cara do alto escalão: “tem que fechar as agências, acabar com esse negócio de banco comercial, é só agência de fomento.” E como é que vai fazer o Pronaf? Como vai fazer o desenvolvimento territorial? Vai incorporar ao BNDES, virar um escritorzinho na capital de cada Estado brasileiro? Aí não faz! Nós temos que defender o Banco não porque seja funcionário do Banco – a maioria aqui talvez seja funcionário do Banco, é justo cada um defender seu salário e seu emprego – mas não é o caso.

O BNB é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do País. Estou dizendo do País porque o Brasil hoje é um Nordeste. Quando a gente fala em miséria, tem miséria no Sul. O fundo que estão propondo que seja para o Brasil acho justo que seja para o Brasil. Mas sabe como vem a conversa? Separa o Brasil tirando do FNE, então não dá. Tem que ser para o Brasil, mas baseado neste modelo, onde a presença de bancos de desenvolvimento é fundamental, essencial e absolutamente necessário. Obrigado!

## **Sydrião Alencar**

Antes de passar a palavra para o deputado Zezéu Ribeiro, queria dar um testemunho rápido, colocar para todos que estão aqui a importância que foi a presença do deputado Pedro Eugênio durante quatro anos aqui no Banco. Acho que o deputado Pedro Eugênio foi um dos principais responsáveis pela retomada do Banco do Nordeste. Saímos de uma aplicação de R\$ 250 milhões em 2002, e quando o deputado Pedro Eugênio saiu o FNE, estava aplicando mais de R\$ 5 bilhões. E em todas essas discussões de Prodetur, desenvolvimento territorial, Crediamigo, microfinanças, eu queria destacar a liderança do deputado Pedro Eugênio.

Queria lembrar também uma informação que omiti, antes de lhe passar a palavra. O deputado Pedro Eugênio é economista, professor da Universidade Federal de Pernambuco, e demonstrou bem claro que tem um compromisso com a Região, no eixo político e também no conhecimento técnico, facetas que ele sabe muito bem manejar. Eu queria, representando o Banco do Nordeste, agradecer a colaboração do diretor Pedro Eugênio em todos esses quatro anos, nessa retomada, nessa participação que nós temos.

Passo a palavra agora ao deputado Zezéu.

## **Zezéu Ribeiro**

Boa tarde, companheiros e companheiras aqui presentes! Quero dizer que é muito bom estar aqui, saudar os companheiros da mesa, o João, o Paulo de Tarso, mas principalmente esses que me ensinaram a compreender o Nordeste. Dos que, há 30 anos, me ensinam isso, como o Petitinga, há 10 ou 12, como Pedro Eugênio, o Mauro, há cinco, como o Alencar, que é essa busca que a gente tem que fazer aqui: fazer a transformação efetiva dessa Região. E a gente viu com que empolgação o Pedro Eugênio fez essa exposição aqui, na defesa do Banco. O Mauro Benevides falou daquela recepção que ele teve aqui. Da próxima vez vai ser Pedro Eugênio, lanço logo aqui a candidatura dele para que a gente faça uma homenagem, porque defesa assim poucos fazem com essa consciência, com essa determinação.

Mas quero começar discordando do meu amigo e companheiro Pedro Eugênio, porque ele disse que o problema da Sudene não é dinheiro, é mobilização política e tal. Mas, depois do discurso dele, a gente viu o que é que foi. E eu quero dizer que o problema do Nordeste e da Sudene são três: dinheiro, dinheiro e dinheiro. E é isso. Se não é dinheiro, é evasão, que a gente sofre, dos recursos que chegam ao Nordeste. E o próprio projeto da Sudene se compreende dessa forma, como uma retomada do processo de planejamento, da elaboração do Plano de Desenvolvimento

Regional, da articulação desse plano com o orçamento da União (teve um veto para isso, incompreensível: já estão recuando em relação a esse veto) e instrumentos de financiamento.

Como aqui a gente está vendo as formas de financiamento, quero me restringir a isso, sem abordar os outros aspectos. Mas eu não gosto quando dizem assim: “dinheiro para a Sudene”. Não tem dinheiro para a Sudene, tem dinheiro para o Nordeste, porque essa coisa de dinheiro para a Sudene é que levou à visão patrimonialista dos governadores da vez passada, dizendo: “não é dinheiro para a Sudene, é dinheiro para os cofres do Estado”, e aí fizeram aquela partilha indecente dos recursos do Nordeste daquela forma. Os governadores atuais estão com uma proposta, acho que alerta, em relação a isso e tentando recuperar esse sentido: é dinheiro para as obras estruturantes do Nordeste, onde a gente possa atuar de forma diversificada, englobando todos os entes federativos.

O plano de desenvolvimento do Nordeste, por exemplo, se disser que são as rodovias que são prioridades para os dois, três ou quatro anos seguintes, vamos ter os municípios fazendo as estradas vicinais, os Estados fazendo as estradas microrregionais, e a União, o DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), fazendo as estradas federais, e durante dois, três, quatro anos vão usar os recursos da Sudene aplicando diretamente, porque a Sudene não vai ser operativa. Ela é de planejamento e concepção, e não tem dinheiro para a Sudene, é dinheiro para o Nordeste. É preciso ter esse entendimento.

Tem um dinheiro fixado na Constituição que é o FNE, dinheiro para o setor produtivo. Tinha de resquício da Adene o FDNE, que vinha na sua concepção de forma geral, mas cuja regulamentação, como colocou aqui o Pedro Eugênio, fixava apenas para o setor produtivo e com condições quase inexecutáveis de utilização, o que o levou a ficar estocado sem utilização quase alguma; apenas um ou outro projeto oriundo do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) é que utilizava o dinheiro do FDNE.

E junto ao projeto da Sudene, que era um projeto de lei complementar – essa foi uma briga grande que tivemos, para que fosse projeto de lei complementar, pois tinha quem defendesse que fosse através de medida provisória, mas não se cria nem se elimina instituição a partir de medida provisória, foi um grande erro do Governo Fernando Henrique Cardoso nesse sentido (da forma como foi, jogou a criança junto com a água do banho) –, a gente tinha uma reforma tributária sendo pensada, e essa reforma tributária previa a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com recursos de 2% do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), à semelhança dos fundos constitucionais para o setor produtivo, que têm 3% do Imposto de Renda e do IPI.

O processo de discussão demorou e a gente atrasou muito a aprovação da Sudene, porque a gente só queria a Sudene com recursos. Os caras diziam “tem que aprovar a Sudene”, e a gente segurando, para poder garantir os recursos; era a articulação para que a gente fizesse uma reforma tributária completa. E brigamos muito na Câmara para não fazer uma reforma tributária fatiada. Reforma tributária fatiada é uma inconseqüência, é uma reforma sempre provisória para atender uma demanda dada, e que zera tudo depois. E quando você recomeça a negociação, aquilo já passou. E você não pactua, você atende incêndio e vai fazendo as coisas sem um horizonte maior.

É preciso fazer uma reforma tributária com conseqüência, fazer reforma tributária para valer daqui a seis anos, onde você perde o caráter patrimonialista do cargo que o detentor do cargo está tendo: se é prefeito defende o município, se é governador defende o Estado, se está no Governo Federal defende o Governo Federal, e não pensam num projeto de nação. E é o que a gente vem fazendo de reforma tributária, sempre fatiando, atendendo a uma demanda aqui e ali: agora foi 1%, que é necessário, é justo, mas novamente fatiando.

A gente tentava trabalhar isso. Numa madrugada, depois de muita briga, eu perdi, joguei a bandeira quando a gente perdeu

essa idéia do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Eram quatro horas da manhã, eu brigando com o Palocci e com o governador do Pará, Simão Jatene, foi uma briga feia, eu perdi. Quando fizeram essa concepção desse fundo, eu digo: já é uma visão paulistana retirando recursos do Nordeste e fazendo essa divisão para atender outros interesses, até legítimos. Mas a concepção era essa: ter um fundo para as externalidades, um fundo para se fazer infra-estrutura, para se fazer capacitação, para você até intervir nos arranjos produtivos, mas no sentido da sua complementação etc. Esse fundo perdeu e está suspenso.

Vem agora com essa coisa a que o Pedro Eugênio também se referiu, que, para mim, é uma piada, a gente não pode deixar essa coisa prosperar, que é o que estão propondo aqui de reforma tributária e política de desenvolvimento regional, que tem um quadro que fala assim: “modelo proposto: recursos vinculados e não vinculados”. Aí tem lá: “FNDR, Sudene, financiamento setor produtivo, FNE, FDNE, depois vem infra-estrutura”. Não diz nada, não diz de onde vem. Então, usa o dinheiro do que já tem e não cria dinheiro novo nenhum; é assim em relação à Sudam e em relação à Sudene. Isso é uma brincadeira! Não dá para levar a sério! A gente tem que ter uma posição concreta em relação a isso.

É aquele Bernardo Appy que faz essa intervenção, mas eu acho que de desenvolvimento regional, de Brasil, ele não conhece nada, porque essa é a visão paulistana, que eu acho que é empedernida, e a gente sofre com isso. Eu não quero fazer nenhuma disputa, de secessão no Brasil, mas ele não conhece a realidade, e eu acho que é um deboche tratar dessa forma, tentando enganar a gente.

Aí, o que a gente fazia com o FDNE? A gente abria a possibilidade, no FDNE, de financiamento para o setor público, dentro desse conceito, que o povo não gosta que eu diga, de juro negativo, mas que é o rebate ou coisa que o valha, para que você induzisse efetivamente o desenvolvimento. E a gente segurava o FDNE, porque a gente botou o FDNE no projeto da Sudene como

bota o bode na sala. A gente não tinha segurança em relação a sair o FNDR, então se colocou o FDNE. E aí se trabalhou com que sentido? De que o FDNE não ficasse preso a um prazo pequeno. Se você quer fazer uma política de investimentos de médio prazo, não pode dizer que esse médio prazo termina em 2013. E o veto veio caracterizando isso, propõe para o FDNE o prazo de 2013. Que política de médio prazo tem seis anos de vigência? Não existe! Vetaram então o aumento do prazo para 2023, como vetaram também essas questões a que o Pedro Eugênio se referiu, da utilização de critérios socioeconômicos e não meramente temporais para validade dos benefícios dos incentivos.

E a gente tratou de um critério que era a comparação do Nordeste com o resto do Brasil usando a renda *per capita* (PIB/população), então tendo por base a produção, e do Nordeste para o Brasil, para que os benefícios perdurem até atingir 80% da renda *per capita* nacional. E para a questão intra-regional, usamos o IDH do município em relação ao IDH do Nordeste. Então, usamos dois critérios para trabalhar as diferenciações inter-regionais e intra-regionais na validade dos benefícios. Isso também foi vetado.

O que nós temos dito é que a superação desses vetos não pode ser feita por medida provisória. Estou lutando. Não disse em vez nenhuma que estou lutando para derrubar os vetos, não quero derrubar os vetos, mas não quero que a sua superação venha por medida provisória, porque vai gerar uma lei ordinária, bem ordinariuzinha. E é necessário que isso fique estabelecido no âmbito da lei complementar, ou então há um acordo para que esses vetos sejam derrubados. É medida política de superação. Isso engloba três níveis de veto: esse da regionalização a que me referi, os do Fundo e esses vetos em relação aos benefícios e incentivos. Isso perfaz sete vetos. Os outros são vetos adjetivos, formais, e que a gente não precisaria brigar em relação a eles.

Interessante é que esse discurso do economês fala sempre, com uma empostação bonita, da segurança jurídica dos contratos:

que a gente precisa fazer reforma para dar segurança jurídica aos contratos. E aí diz que o FDNE pode ser contingenciado, entra em exercício findo. Mas, se você fala em segurança jurídica dos contratos, tem que ter um fundo permanente, com médio prazo, com segurança de que os recursos não sejam contingenciados, não entrem em exercício findo, e que seja repassado o duodécimo, para que assegure o fluxo de recursos para se fazer os financiamentos com que se comprometeu; ou então não se dá segurança jurídica ao contrato. Ou segurança jurídica ao contrato o que é? Então, a necessidade de superação desses vetos me parece extremamente importante.

No âmbito dos vetos, consta também uma questão que vou colocar aqui, sem querer fazer provocação (já fiz demais), que é a questão do BNB-Par. Isso foi introduzido pelo Senado com um discurso de criação. E aí é uma porção de senador que fica brigando, dizendo que o orçamento tem que ser impositivo, e aí faz lei que é autorizando a criar. Lei que autoriza a criar é babaquice, isso é indicação! A lei afirma, define, constrói. Não autoriza a criar. Mas, é quase como aquela coisa que diz assim: “fui eu que propus”. Aí faz, e estabelece uma camisa de força para esse tipo de questão. A própria lei que cria o Banco do Nordeste já o autoriza a criar isso. O impedimento a que ele o faça está no decreto da privatização, ou da desestatização, quando joga a carteira dos investimentos minoritários para o Fundo Nacional de Desestatização. Então, se a gente supera o decreto – e acho que essa tem que ser uma agenda que a gente tem que colocar na discussão da agenda Nordeste e da agenda que a gente está buscando construir para o nosso segundo semestre –, essa questão tem que entrar.

Outro aspecto que a gente tem defendido e consta também da Sudene – que não são bilhões como aí colocado, mas é algo este ano em torno de R\$ 400 milhões –, é a questão dos fundos setoriais. A maioria dos fundos setoriais determina que um percentual da ordem de 30% ou 40% dos recursos venham para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Só que não vêm 5%, 10% desses recursos. Isso seriam recursos para as universidades, para os institutos de pesquisa do Nordeste, desse

montante. Então, o que nós estamos propondo? Que de imediato se crie um comitê gestor para trabalhar essa questão e se traga isso para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), do BNB; e que a gente elabore já um projeto de lei articulando a questão dos fundos de desenvolvimento setorial, a definição da sua alocação, porque hoje são definidos todos eles no âmbito da Finep, Capes etc., e são centralizados no Sul e Sudeste.

No projeto da lei complementar da Sudene, a gente traz isso também para o âmbito da Sudene, e colocando essa questão na definição, e isso não foi vetado. Então, a gente tem um espaço aí para crescer, para organizar e para elaborar uma lei nesse sentido.

O deputado cearense Ariosto Holanda tem uma preocupação enorme nesse sentido. Foi ele que fez a sugestão de que viessem para o Fundeci esses recursos. Eu estava querendo acelerar o processo para que a gente já tivesse um projeto de lei nesse sentido, mas eu acho que, se a gente fizer isso, vai jogar para o ano, e a gente não aprova isso nunca. Acabei me rendendo a essa medida de vir para o Fundeci, mas a gente precisa se capacitar e se articular, Alencar, para promover esse tipo de ação e trazer dinheiro para a pesquisa no Nordeste – se não, não faz a pesquisa – e organizarmos um comitê científico e tecnológico, envolvendo as entidades de pesquisa e as universidades, para fazer isso, que acho que é outro âmbito de uma política de financiamento público importante para a gente desenvolver.

Nesse âmbito, fora já da questão e vendo a colocação de recursos para o Nordeste, acho que tem quatro questões que eu queria levantar aqui agora. Uma é esse projeto de lei cuja concepção é também de um cearense, do Beni Veras, que coloca 35% dos recursos para Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto foi apresentado pelo Jefferson Péres, mas a concepção e a organização desse projeto ainda foram feitas pelo Beni Veras. Ele foi aprovado no Senado Federal; na Câmara, eu fui relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano e de Desenvolvimento Regional. Ele



estabelece regras para o financiamento da política nacional e fala em 35% de recursos, em dois anos, e em proporções crescentes a partir daí, de acordo com a demanda e a disponibilidade.

E buscamos agregar alguns outros valores em relação a isso, como o financiamento para o setor público – porque aí já não é o mesmo ente federativo, essa limitação a que se refeririam aqui; como é um órgão federal, pode financiar Estados, Municípios e consórcios públicos. Então, a gente coloca essa questão, e abre financiamento para o BNDES (esse é um bode que a gente coloca também, mas para entrar para a micro e pequena empresa), e no incremento de 20% ao ano até atingir 50% (que é também para a gente poder negociar esses patamares, colocando o BNDES). É um instrumento importante. Eu tive só a oportunidade de ser relator, mas eu queria deixar isso para discussão; acredito que a gente pode agregar uma política pública em torno dessa questão.

A outra questão é em relação a uma política que foi adotada no Governo Lula, acho que até pela própria situação em que se encontrava o Banco do Nordeste naquele momento, em que tinha recursos e não tinha projetos, que foi a disponibilização de recursos do FNE para o Pronaf. Se aquilo foi justificado nos dois primeiros anos, a partir daí, não mais se justifica. Essa é uma evasão de recursos do Nordeste. Por que para o Sul e Sudeste os recursos do Pronaf são recursos do Tesouro Nacional e para ao Nordeste os recursos do Pronaf são recursos que já estão no Nordeste e poderiam estar servindo a outra finalidade? Os recursos para o Pronaf no Nordeste, na programação atual, são da ordem de R\$ 1,5 bilhão, sendo R\$ 1,26 bilhão do FNE e só R\$ 246 milhões do Tesouro Nacional. No Sul e no Sudeste, 100% são do Tesouro Nacional. Então, não dá para tirar recursos do FNE nem do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO) nem do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO) para o Pronaf. Isso é tirar dinheiro que seria aplicado no Nordeste; à medida que você aplica dinheiro do FNE, você não traz dinheiro novo para o Nordeste. A gente precisa ter uma política para acabar com isso.

A outra questão, que é dinheiro também, é a limitação do Banco do Nordeste. Eu pensava que essa era questão para daqui a uns três anos, mas tive uma conversa hoje aqui com o pessoal, e o Banco do Nordeste, para o ano, não vai ter capacidade de operar por causa do acordo de Basiléia, que limita sua capacidade de empréstimo pelo teto. Precisamos ter uma ação concreta para colocar isso na agenda imediata. Petitinga me disse que estava sofrendo de coisa semelhante lá no Desembahia; a mesma coisa o Paulo Paiva lá em Minas. A gente tem que ter, então, uma ação articulada, para dar força a essa reivindicação em relação à questão do aumento de capital. E precisamos fazer força junto ao Governo Federal de inclusão do orçamento, porque tem que ser com recursos do Tesouro, e fazer isso de forma articulada, para que os governos estaduais também o façam. E aí a gente promover uma discussão talvez específica a respeito dessa questão, fazer uma audiência pública na Câmara Federal, o Pedro Eugênio puxar isso lá na Comissão de Finanças e Tributação. A gente pode fazer uma solicitação junto para se fazer essa discussão e mostrar, particularmente, a importância dos bancos de desenvolvimento nesse momento que estamos vivendo na sociedade brasileira, que precisa desses instrumentos para alavancar o crescimento.

## **Paulo Paiva**

É simplesmente tratar de forma diferente dos bancos comerciais. Isso é decisão interna do Brasil, não é decisão de Basiléia. Universalizamos um critério que poderia ser diferente.

## **Zezéu Ribeiro**

Pois é, a gente tem que ver e trabalhar. Pode ser uma questão normativa, e a gente então trabalhar a solução para a questão normativa, ou trabalhar a questão da necessidade de aumento de capital do Banco e ver isso também em relação ao próprio decreto da desestatização.

Por fim, nessa questão de agregação de recursos de caráter regional, há uma coisa que também é assustadora: é que tanto os bancos privados quanto os bancos oficiais no Nordeste têm um nível de captação muito maior do que o investimento que fazem na Região; então, é mais um instrumento de evasão de recursos regionais. O Banco do Brasil capta mais no Nordeste do que investe (isso é sangria de recursos regionais) e aplica no Centro-Sul. Então, fazer um trabalho nesse sentido me parece também extremamente importante, e que a gente estabeleça uma questão dessa: fazer uma lei de caráter nacional para as áreas mais debilitadas. Os Estados Unidos têm uma lei com relação a captação na região mais debilitada.

Esses quatro itens que eu levantei, considero que são quatro políticas pontuais, às vezes, setoriais, mas que podem implicar uma alavancagem de recursos em todos esses segmentos ou um estancamento dessa sangria de transferência de recursos de caráter regional.

Por fim, quero levantar também, rapidamente, o aspecto do PAC, que Pedro Eugênio colocou com muita propriedade: essa mudança que existe no Brasil de que haja um crescimento com distribuição de riqueza. Na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, quando ele caracterizava a questão dos eixos de desenvolvimento do Brasil, que se centravam nos corredores de exportação, eu dizia assim: os cinco eixos de desenvolvimento são três: Paraná-Tietê. Se você pegar o volume de recursos, vai ver que está tudo ali em São Paulo mesmo, e esse era um dos eixos: Paraná-Tietê. O processo mudou muito no Governo Lula, mas a matriz ainda está presente nessa questão. São políticas de médio e longo prazo que não se alteram assim. O que se alterou foram essas questões que o Pedro Eugênio falou com muita propriedade: você retoma um processo de desenvolvimento – o PAC vem para um processo de aceleração – e você faz um processo de crescimento com distribuição de riqueza, fazendo um processo que seja inclusivo, que não era, era o Brasil de costas para o Brasil. Acho que a gente está olhando para dentro.

Eu vi outro dia um debate na televisão com o Chico Graziano, ele se referindo à questão da reforma agrária. Olhe que eu fui uma pessoa que defendi extremamente o MST, acho que ele tem extrapolado na sua atuação, tenho feito publicamente umas críticas ao trabalho dele, mas o Chico Graziano dizia que era um absurdo porque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fazia campanhas nas cidades, com alto-falante, para as pessoas irem para o interior, e consegue isso. Política de governo nenhuma consegue fazer desconcentração da cidade, e o cara está reclamando! É só ter um outro olhar para isso e trabalhar. Paul Pot fez o que fez no Camboja, e você consegue fazer isso com emulação, com vontade para reunir as pessoas para voltar para o campo, distribuir essas pessoas no campo, e você está achando ruim! Não é esse o erro do MST. O erro do MST é outro. Acho que isso é uma política positiva, de desconcentração, e a gente tem que saber como apoiar e como intervir num processo desse para mudar essa realidade.

Para concluir, eu quero dizer que, em relação a essa proposta, a gente tem que ter uma ação concreta. Isso é muito ruim. Isso também é evasão. E vem como se fosse a retomada do projeto; vem com um processo que é de subtração e que é comum; é uma visão que perpassa na tecnoburocracia, que acha que faz uma química formal e que vai poder enganar a gente. Para isso aqui, a gente tem que ter uma política muito concreta. É discursiva e é de sugar recursos efetivamente no Nordeste. Tirar dinheiro. Chega e mistura tudo e depois vai tirar dinheiro do FNE, do FNO e do FCO, para jogar dinheiro novamente nos tais eixos de desenvolvimento que a gente quer ver superados.

Mas tem outras coisas que também parecem positivas. Há uma proposta, me parece do vice-presidente José Alencar, de criar um fundo em relação à questão da Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) para o crédito solidário. Essa a gente só tem ouvido falar. Eu tenho trabalhado no âmbito da Câmara dos Deputados e aqui com os companheiros do Etene, no sentido de, com relação ao crédito tributário, a gente fazer e criar um

processo de isenção, que não sei se cabe nessa medida ou num projeto de lei específico, para que a transferência dos recursos de um agente financeiro para uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que administra esses recursos e da Oscip para o beneficiário não tenha CPMF. Com isso você faz chegar mais barato o recurso na ponta, deixando de onerar em duas operações bancárias, nesses dois passos.

## **Paulo Paiva**

Me desculpe fazer um aparte, mas se puder botar também um limite no valor que a Oscip cobra do outro lado, você também daria um grande avanço. Essa é uma das coisas que me causam a maior indignação: eu tenho um programa de crédito popular, eu tenho crédito e financiamento, e a Oscip não financia com Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), ela passa para o outro lado cobrando 60% ao ano.

## **Zezéu Ribeiro**

A gente tem que estar atento a isso. Eram essas as contribuições que a gente queria trabalhar aqui. E para fazer uma provocação final para meu amigo Pedro Eugênio, eu digo: trabalhei com dinheiro, dinheiro e dinheiro, como você também o fez.

## **Sydrião Alencar**

O deputado Pedro Eugênio foi citado, merece a réplica.  
Deputado Pedro Eugênio.

## **Pedro Eugênio**

Zezéu, tenho umas discordâncias com você em relação à Sudene. Eu sou a favor, defendi desde o início, que o presidente Lula recriasse a Sudene por medida provisória. Então, essa é a primeira divergência que tenho com você: não, tem que ser projeto de lei, é mais democrático. Fernando Henrique acabou por

medida provisória. Far-se-ia uma medida provisória cancelando a medida provisória que acabou, e ela estava recriada. Se tem dúvida ou insegurança jurídica – a questão da segurança jurídica dos contratos, com a qual V. Exa. está tão preocupado – no que diz respeito à questão do Conselho Deliberativo, que a Constituição diz que precisa ser criado ou extinto por lei complementar, criar-se-ia a Sudene, extinguiu-se a medida provisória anterior, e far-se-ia uma lei complementar modificando o Conselho Deliberativo; e a Sudene já estava criada.

Dra. Tânia Bacelar, naquela ocasião em que houve o lançamento aqui em Fortaleza, seria a superintendente, não tenho dúvida; e com a força política gerada pela mobilização da criação da Sudene, nós íamos em busca dos recursos. Porque nós temos que ter dinheiro, dinheiro e dinheiro. Agora, se o dinheiro fica sendo motivo para não criar a Sudene, e não cria a Sudene, você não tem nem dinheiro, nem Sudene. Esse é o sentido da minha crítica. Mas, claro que temos que ter dinheiro.

## **Sydrião Alencar**

Deputado Zezéu não vai ter mais tréplica. Eu queria só destacar o seguinte: temos que lembrar que o Banco do Nordeste foi criado, num momento, devido às discussões no Parlamento, e o Parlamento foi fundamental para a criação do Banco do Nordeste, assim como foi importantíssimo para criação do FNE e de vários instrumentos na Constituição em relação à questão regional. E o Parlamento foi importante também na criação da Sudene, e o Parlamento agora está sendo importantíssimo nesta discussão da retomada da política regional. Eu queria destacar também que dois parlamentares aqui presentes representam um grupo, que não é pequeno, de parlamentares preocupados com a questão regional. Esse grupo é a Bancada do Nordeste, da qual o deputado Zezéu Ribeiro é o coordenador, que representa muito e é de uma importância crucial hoje para o desenvolvimento regional. É isso que eu queria colocar aqui, e agradecer a todos.

## **SESSÃO ESPECIAL ANPEC: O PAC E AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

### **Presidente de Mesa:**

Paulo Amilton Maia Leite Filho – Representante da Anpec

### **Expositores:**

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Professor do CAEN-UFC;

Nelson Barbosa Filho – Chefe da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda

### **Paulo Amilton**

Boa tarde! Vamos dar prosseguimento ao Fórum e ao 12º Encontro do Regional de Economia. Estou aqui representando a secretária executiva da Anpec, professora Fabiana Rocha, que, por problema no aeroporto de São Paulo, foi impedida de vir aqui para Fortaleza, e eu faço as vezes de representá-la.

A Anpec mantém uma parceria com o Banco há 12 anos, e temos o prazer de convidar os dois grandes palestrantes desta mesa especial. Agradecemos a presença deles, sabemos das tarefas cotidianas que eles têm, e eles se dispuseram a vir aqui para diminuir nossa ignorância. Primeiro, vou pedir para o professor Nelson expor seus argumentos, depois o professor Flávio Ataliba passa a expor os argumentos dele, e eu abro a palavra para a platéia. Muito obrigado! Professor Nelson.

### **Nelson Barbosa**

Obrigado! Quero agradecer ao Banco do Nordeste pelo convite. Para nós, do Ministério da Fazenda, esse tipo de oportunidade é muito importante para apresentar o trabalho que a gente vem fazendo, apresentar uma visão da economia brasileira,

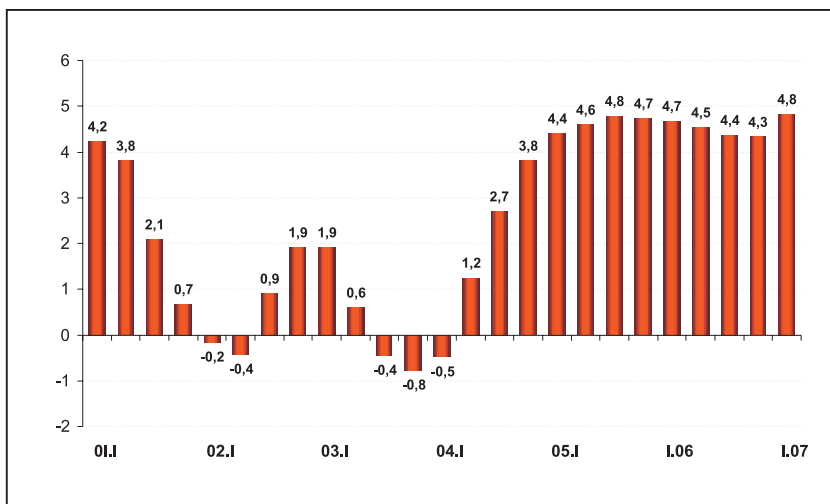
e também discutir alguns assuntos de política econômica com uma platéia de economistas; então, é um debate de alto nível.

Na minha apresentação, vou falar rapidamente sobre o panorama da economia brasileira. Essa é uma das versões de uma análise-padrão que a gente faz no Ministério da Fazenda para apresentar para investidores, parlamentares, empresários e público em geral. Depois, vou falar sobre as perspectivas de crescimento e o papel do PAC na política econômica como um todo.

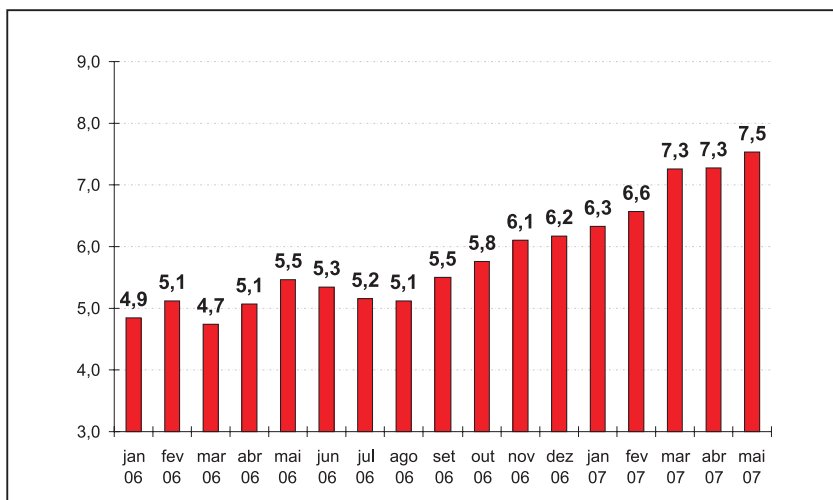
Vou apresentar alguns números para ilustrar o diagnóstico que a gente tem e quais as tendências atuais, começando com consumo. O que temos no Brasil desde o final de 2004 é aceleração do crescimento de consumo. Esse gráfico (Gráfico 18) é a variação do consumo das famílias anualizado nos últimos quatro trimestres. Vocês podem ver que o Brasil vem mantendo crescimento entre 4 e 5% já há algum tempo. Os principais determinantes desse crescimento de consumo das famílias são, como vocês sabem, as transferências de renda, bolsa-família, aumento do salário mínimo, aumento do crédito, redução da taxa de juros, melhora geral no quadro macroeconômico do País, aumento de emprego, aumento da massa salarial. Isso é um dos principais fatores que vêm sustentando a taxa de crescimento no Brasil. A expansão do consumo hoje é 60% do PIB, então a principal contribuição para o crescimento pelo lado da demanda atualmente vem do consumo.

O que temos em seguida é taxa de crescimento do comércio. (Gráfico 19). Aí não são dados das contas nacionais, mas da Pesquisa Mensal do Comércio, crescendo em termos anualizados, acumulados em 12 meses, à casa de 7%, acelerando nos últimos três meses. A gente vê também uma aceleração já começando no final de 2006. Grande parte disso vaza para o exterior, ou seja, tem uma discrepância entre crescimento do consumo nas contas nacionais, crescimento das vendas (obviamente os conceitos são diferentes), mas tem também o papel das importações, variação de estoques.





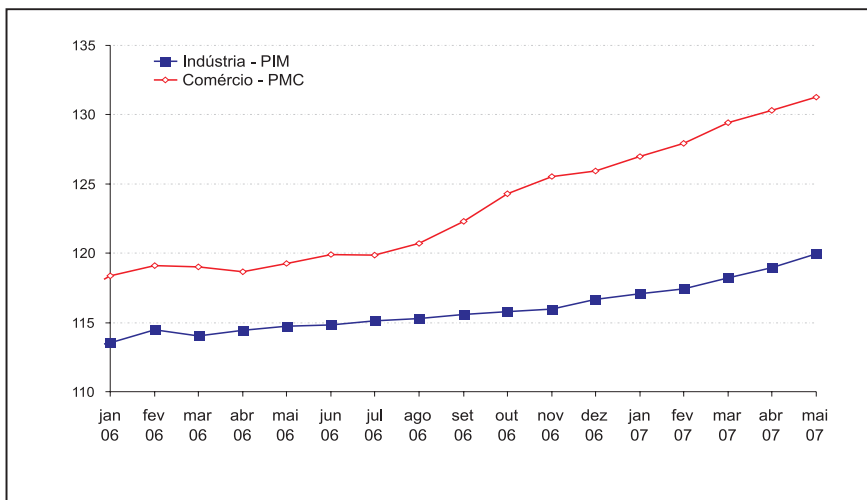
**Gráfico 18 – Consumo das Famílias (Var. % Acumulada em 4 Trimestres)**  
**Fonte:** IBGE.



**Gráfico 19 – Comércio (Var. % Acumulada em 12 Meses)**  
**Fonte:** Dados Fornecidos pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE.

Eventualmente, um crescimento dessa magnitude pode gerar e vem gerando um aumento maior das importações, mas inevitavelmente acaba arrastando também a produção doméstica, como se pode ver no próximo gráfico (Gráfico 20). Temos aí o índice

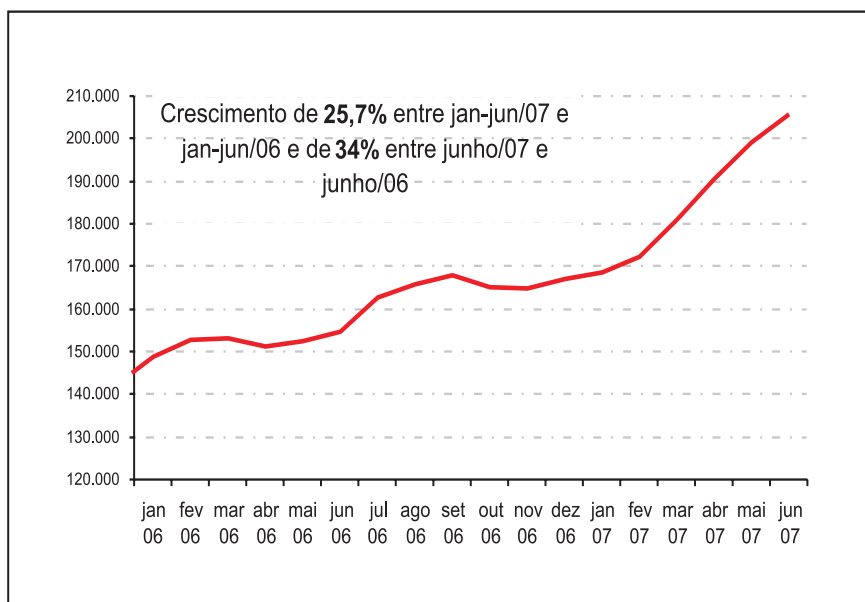
da pesquisa mensal do comércio e o índice da indústria. Ou seja, a indústria vem se recuperando; a expectativa é que o crescimento industrial este ano fique na casa de 4,5%, sendo que ano passado ele ficou em torno de 2,5%. Ou seja, apesar do *boom* das importações, o crescimento do mercado interno já está se refletindo na produção industrial.



**Gráfico 20 – Vendas no Varejo e Produção Industrial (Média Móvel Trimestral c/ Ajuste Sazonal, 2003=100)**

**Fonte:** IBGE.

Um exemplo mais claro em que a gente vê isso, a estrela da vez, são as vendas de carros, automóveis, que tiveram crescimento de 25%, no primeiro semestre de 2007 em relação ao primeiro semestre de 2006. (Gráfico 21). Isso é também um dos resultados não só da melhora da renda como da revolução no mercado de crédito que a gente tem no Brasil hoje em dia. Com o maior acesso ao crédito, você está viabilizando o acesso a bens de consumo duráveis para uma grande parcela da população que enfrentava uma restrição de liquidez até pouco tempo atrás. Então, você tem essas mudanças de patamar, por exemplo, com bens de consumo duráveis. Hoje, o que a gente vê mais é com automóveis.

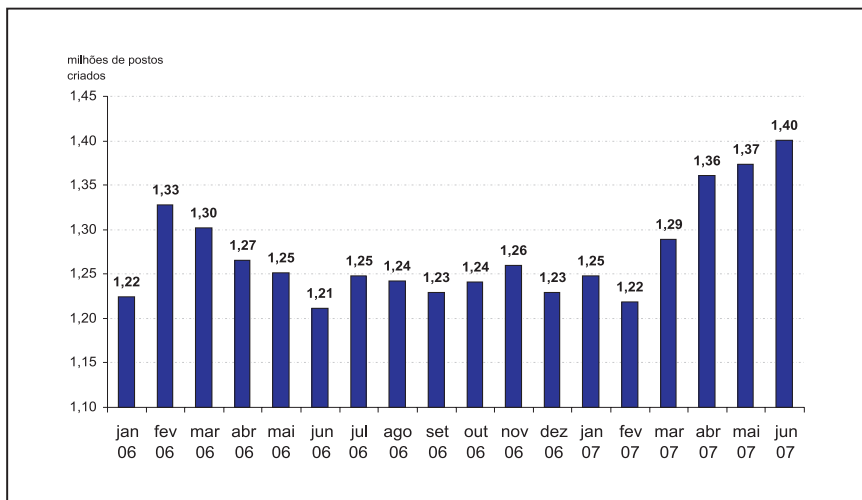


**Gráfico 21 – Venda de Veículos – Licenciamentos (Média Móvel Trimestral c/ Ajuste Sazonal, Unidades)**

**Fonte:** Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

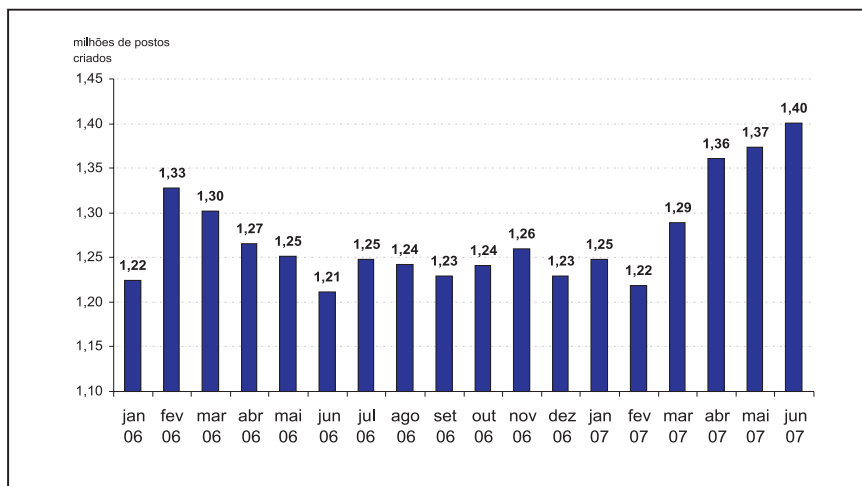
Emprego e renda. Um dos fatores que está por trás desse *boom* do consumo, das vendas internas. O Gráfico 22 mostra o número de empregos criados, segundo o Caged, em milhões. Nos últimos 12 meses, foram criados aproximadamente 1.400 mil empregos formais. Essa geração de empregos formais, como os economistas sabem, não quer dizer necessariamente geração líquida. Pode ser também o caso de empregos informais que se tornaram formais. Isso é fruto tanto do maior crescimento da economia quanto da maior fiscalização do governo de modo a promover maior formalização.

O Gráfico 23 mostra um crescimento da massa salarial já com base na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Contempla só as regiões metropolitanas, mas é a melhor *proxi* que se tem para avaliar isso no Brasil como um todo. O que a gente tem também é um crescimento acelerado da massa salarial, na casa de 7%, sendo 4% rendimento médio e 2,7% crescimento no volume de emprego.



**Gráfico 22 – Emprego Formal - Criação de Novos Postos Acumulados em 12 Meses**

**Fonte:** Dados do Caged do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

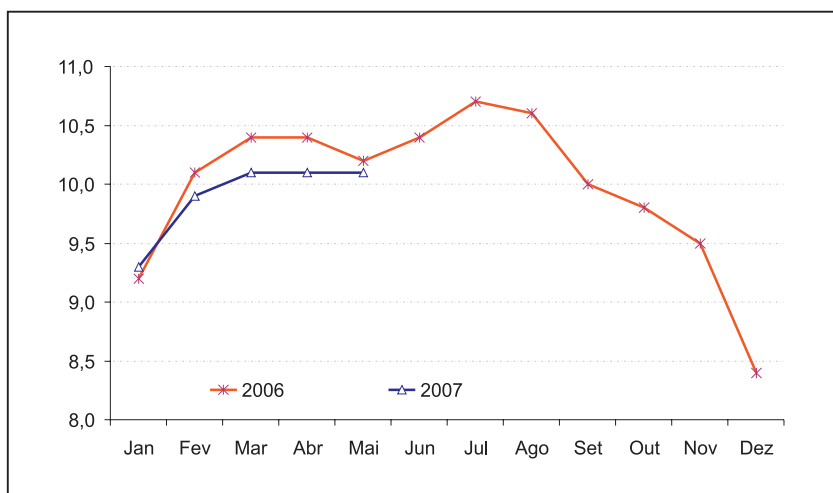


**Gráfico 23 – Emprego, Renda e Massa Salarial (Var. % Acumulada em 12 Meses)**

**Fonte:** Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Se a gente lembrar que a população economicamente ativa no Brasil hoje cresce na faixa de 1,5%, uma expansão de emprego de 2,7% em algum momento começará a reduzir a taxa de desemprego. Isso ainda não começou a ocorrer. O Gráfico 24 mostra a curva

de desemprego em 2006 e 2007. Temos a sazonalidade tradicional: taxa de desemprego, todos os anos, cai em dezembro. A curva em vermelho refere-se a 2006. Este ano, estamos ligeiramente abaixo; a expectativa é que essa taxa caia mais, podendo chegar, se tudo der certo, a uma taxa próxima de 8 ou até inferior a 8 no final do ano. Até o momento, apesar do grande crescimento do emprego, essa taxa não caiu muito, devido ao efeito alento, contrário ao efeito desalento: quando a economia vai bem, várias pessoas entram no mercado de trabalho. Entretanto, apesar de a economia estar gerando muito emprego, esse estoque obviamente é limitado; eventualmente, esse aumento de emprego vai começar a aparecer como uma redução da taxa de desemprego.



**Gráfico 24 – Taxa de Desemprego – 6 Maiores Regiões Metropolitanas (%)**

**Fonte:** Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Os investimentos. Você tem um *boom* de investimentos tanto na construção civil quanto em máquinas e equipamentos (mais forte neste). Até o final de 2006, grande parte do aumento da demanda por máquinas e equipamentos estava se traduzindo em demandas por bens importados. Desde então, se tem um saldo na produção de máquinas e equipamentos nacionais. (Gráfico 25). Hoje, este setor é um dos que mais crescem na indústria nacional, aumentando a geração de emprego e do valor adicionado na indústria. A indústria

está crescendo, a indústria produtora de bens de capital está crescendo mais aceleradamente.

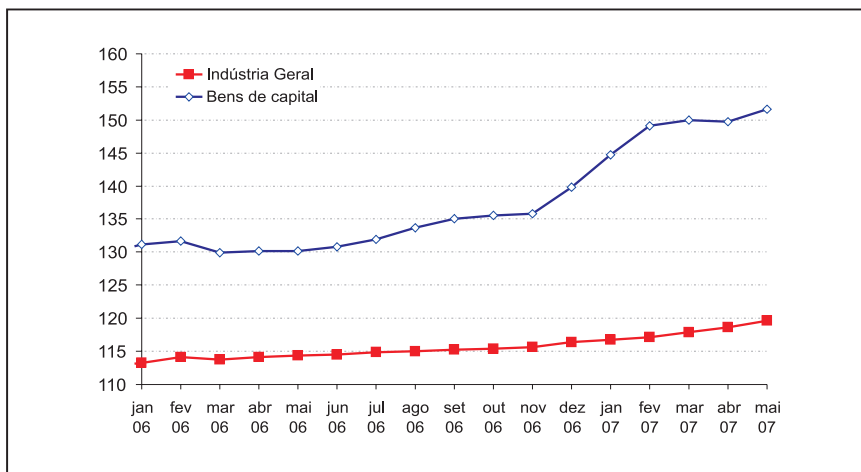


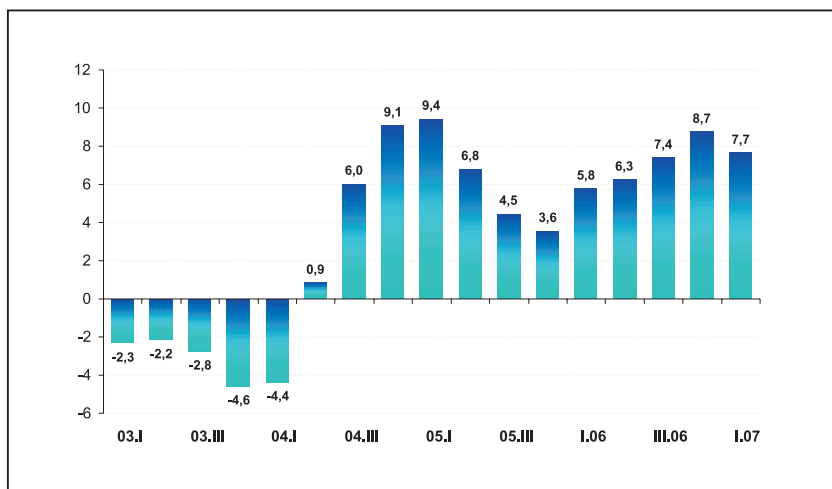
Gráfico 25 – Produção Industrial e de Bens de Capital (Média Móvel Trimestral c/ Ajuste Sazonal, 2002=100)

Fonte: IBGE.

O Gráfico 26 mostra a taxa de crescimento do investimento, segundo as contas nacionais: formação bruta de capital fixo. A taxa anualizada dos últimos quatro trimestres estava em 7,7%. Se vocês considerarem que a taxa de crescimento do PIB foi de 3,7%, o investimento está crescendo o dobro do PIB, mais ou menos, desde meados de 2005. Ou seja, a taxa de investimento sobe. Taxa de investimento subindo, você tem aumento da taxa de crescimento do estoque de capital. Isso sustenta o crescimento; é isso que aumenta a capacidade produtiva e permite, por exemplo, que esse crescimento seja não-inflacionário a médio prazo. Então, temos hoje um *boom* de crescimento.

Eu apresentei alguns números iniciais de que o consumo estava crescendo, porém o investimento cresce mais do que o consumo. O que está liderando o crescimento hoje no Brasil é o investimento, por isso esse crescimento é mais robusto, esse crescimento é sustentável a médio e longo prazo, porque a

capacidade produtiva está aumentando também. Inicialmente, ela não aumenta na mesma velocidade que a demanda, mas eventualmente as duas coisas convergem.



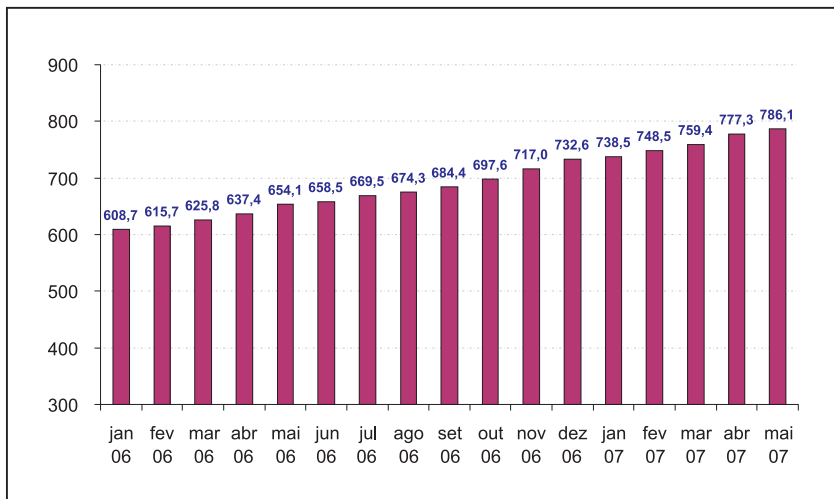
**Gráfico 26 – Investimentos (Var. % Acumulada em 4 Trimestres)**

**Fonte:** IBGE.

No Gráfico 27, nós temos o volume de crédito. Esse gráfico é uma versão para a Câmara dos Deputados, para o Congresso Nacional; então, nós colocamos os dados em bilhões para dar idéia de magnitude, mas para economista normalmente nós colocamos em percentual do PIB. Temos aí o volume de crédito em maio/07, de R\$ 786,1 bilhões, que equivalem a 32% do PIB. Em dez/06, o saldo total dos empréstimos bancários era de R\$ 732,6 bilhões (30,8% do PIB). Isso vem se elevando, está havendo um *boom* de crédito no Brasil, tanto pelo aumento de renda quanto pela redução da taxa de juros.

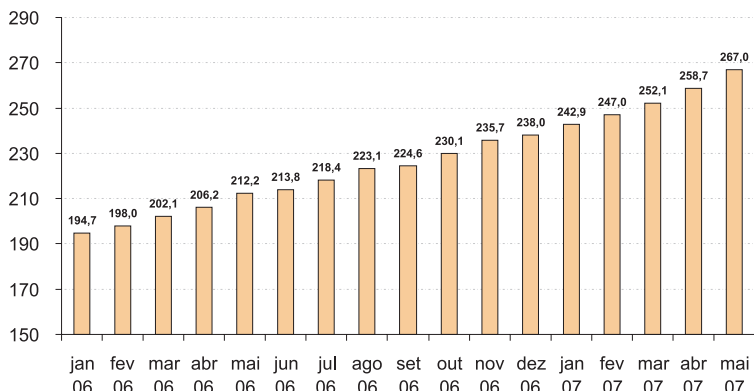
Grande parte desse aumento é crédito para pessoas físicas. (Gráfico 28). Crédito é uma coisa democrática, pois permite que várias pessoas tenham acesso imediato a um bem, sem ter de pagar tudo à vista. Então, está havendo uma mudança de paradigma: a construção (ou ampliação, se preferirem) de um mercado de consumo de massa no Brasil. O aumento do emprego, a confiança na economia e os novos instrumentos criados estão levando as pessoas a tomarem mais empréstimos. Isso aparece nessas estatísticas de

crédito, que, por sua vez, estão na base da expansão do consumo: um dos fatores da expansão do consumo.



**Gráfico 27 – Crédito Bancário (R\$ Bilhões)**

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).



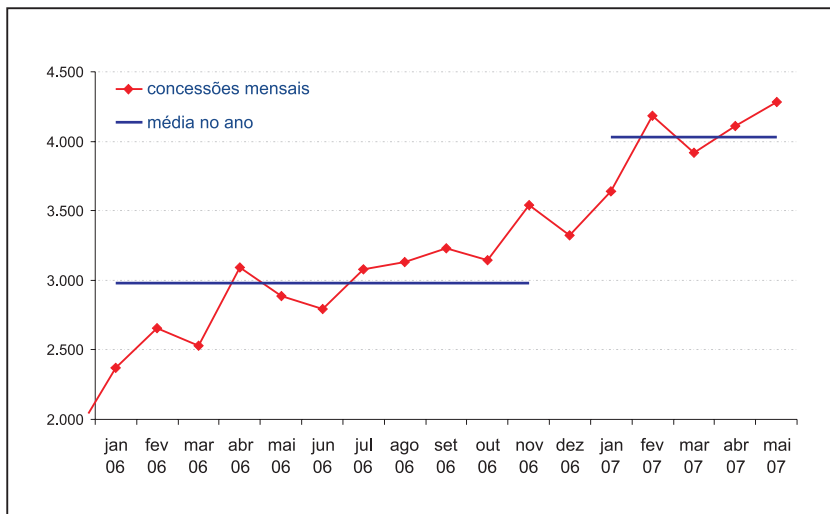
**Gráfico 28 – Crédito Bancário para Pessoas Físicas (R\$ Bilhões)**

Fonte: BCB.

O crédito consignado (Gráfico 29) é aquele que você desconta na sua folha. Isso atualmente vai basicamente para aposentados e funcionários públicos. Espera-se que seja ampliado para outros trabalhadores, principalmente os trabalhadores



formalizados da iniciativa privada. Aí a gente vê uma mudança de paradigma também, ou melhor, uma aceleração. Em 2006, o ritmo de concessão de crédito era de R\$ 3 bilhões por mês; em 2007, a média está em R\$ 4 bilhões.



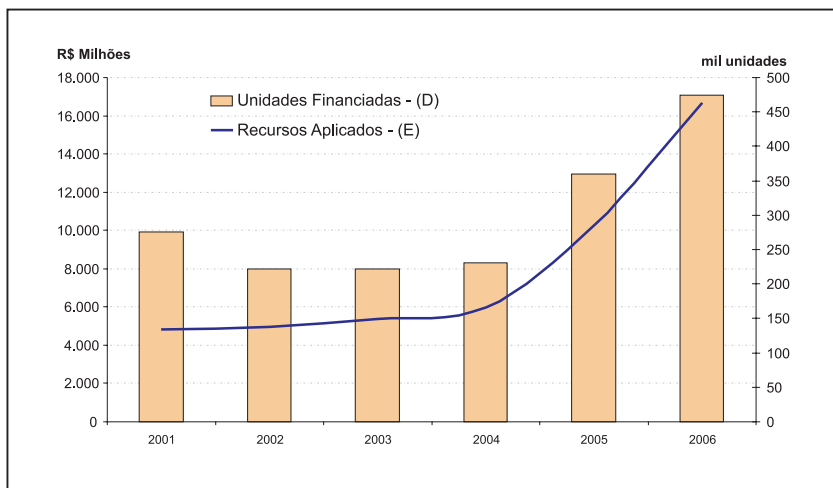
**Gráfico 29 – Crédito Consignado (R\$ Milhões\*)**

**Fonte:** BCB.

**Nota:** \*/ Valores Deflacionados pelo IPCA e Ajustados por Dias Úteis.

O Gráfico 30 é uma coisa que o governo e os analistas de mercado também já identificaram: é a grande expectativa de crescimento ou de expansão nesse e nos próximos anos da construção civil. O que aconteceu inicialmente com a expansão do crédito foi que ele permitiu o acesso de uma grande camada da população brasileira a bens de consumo duráveis: televisão, DVD, automóveis. O que está acontecendo agora é que isso está migrando para imóveis. Ou seja, à medida que a taxa de juros está caindo e a renda está aumentando, a prestação do imóvel começa a caber no salário, e aí se tem um *boom* no mercado imobiliário que leva a um crescimento forte na construção civil. Existe uma demanda reprimida muito grande por imóveis; tem um déficit habitacional grande no Brasil, e esse é um dos setores que esperamos seja o líder do crescimento nesse e nos próximos anos. Isso já começa a aparecer no gráfico como um salto, tanto no volume de crédito

concedido pelo sistema financeiro da habitação, quanto pelo número de unidades financiadas.



**Gráfico 30 – Crédito Imobiliário – SFH (Fluxo Anual)**

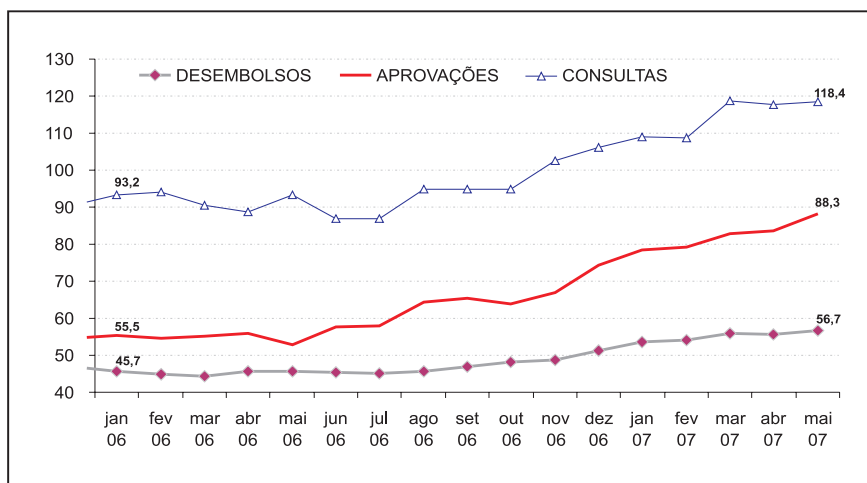
**Fonte:** BCB.

Outro indicador da expansão do crédito, do aumento de investimentos, é a *performance* do BNDES. O Gráfico 31 apresenta três linhas que ilustram três conceitos distintos da atuação do BNDES: a inferior é quanto o BNDES desembolsou efetivamente, no acumulado dos últimos 12 meses, R\$ 56,7 bilhões, um recorde na história do BNDES; as aprovações, que são um indicador antecedente de quanto vai ser desembolsado, R\$ 88 bilhões; e as consultas, que indicam a demanda, o apetite do setor privado por financiamentos do BNDES, estão na casa de R\$ 118 bilhões.

Esses indicadores também mostram que a atual expansão do investimento deve continuar por pelo menos no médio prazo. Entre a consulta e o desembolso do BNDES normalmente leva algo em torno de seis meses.

O crédito do BNDES é 20% do crédito total no Brasil. O BNDES era um dos principais financiadores da formação bruta de capital fixo no País, mas isso está mudando, está havendo um

aumento das fontes de crédito privadas. O mercado de capitais no Brasil (Gráfico 32) tem experimentado uma verdadeira revolução, ou seja, o volume transacionado em debêntures, ações e cotas de fundos de direitos creditórios, por exemplo, sempre foi inferior ao total de crédito do BNDES. Desde meados de 2006, ultrapassou. Hoje, as empresas estão recorrendo mais e mais ao mercado de capitais para se financiar, e recorrendo também ao BNDES; mas, obviamente, o mercado de capitais está se tornando uma fonte cada vez mais importante. Isso no mercado interno. Obviamente, tem também a utilização de financiamento externo, principalmente devido à diferença, à arbitragem de taxa de juros.

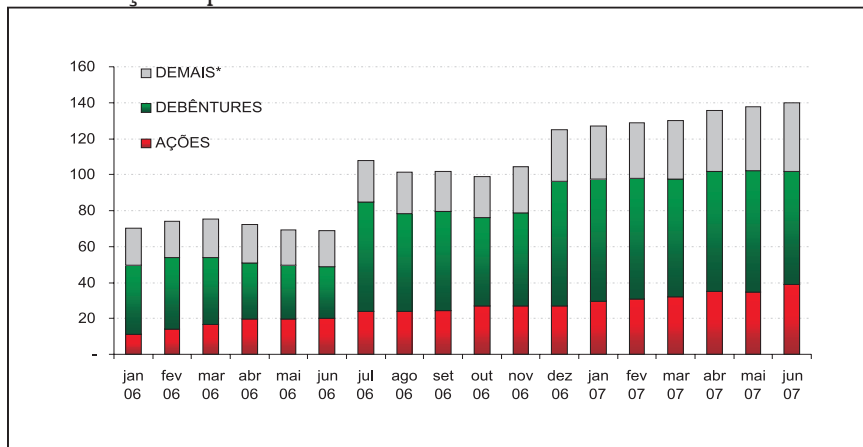


**Gráfico 31 – Desempenho do BNDES (Valores Acumulados em 12 Meses, R\$ Bilhões)**

**Fonte:** BNDES.

Passando para o setor externo, as importações brasileiras estão crescendo à casa de 27%, as exportações crescendo à casa de 18%. Apesar disso, a gente ainda tem um grande saldo comercial. Isso aí é uma das âncoras da estabilidade econômica no Brasil; são as âncoras da estabilidade cambial. (Gráfico 33). O Brasil está com superávits comerciais estruturais, e mesmo com crescimento mais acelerado das importações nesse momento, e esperado para o próximo ano também, a gente ainda vai ter um grande saldo

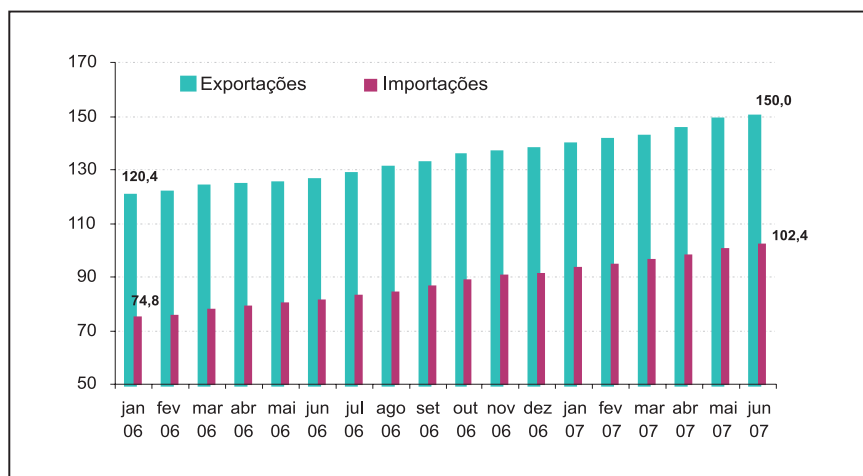
comercial e isso nos permite dizer que o comportamento da taxa de câmbio será relativamente estável, ou seja, não há um risco de deterioração rápida das contas externas.



**Gráfico 32 – Mercado de Capitais Emissões Primárias e Secundárias (Valores Acumulados em 12 Meses, R\$ Bilhões)**

**Fonte:** Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

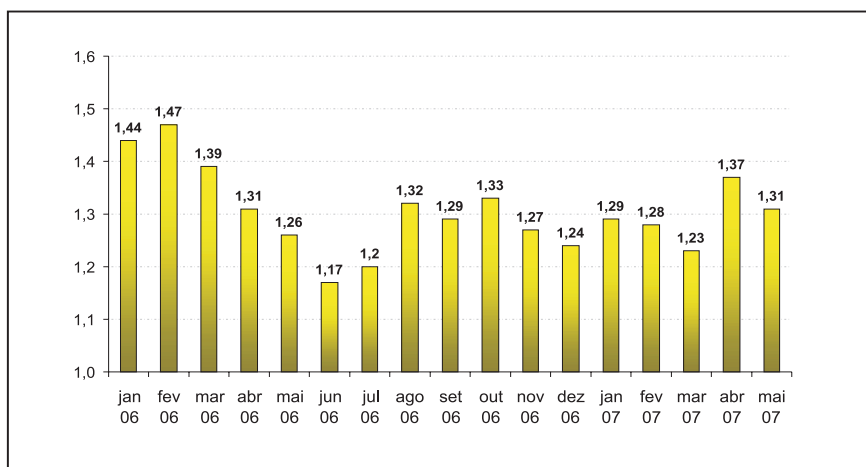
**Nota:** \*/ Inclui Notas Promissórias, Certificados Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Dentre Outros.



**Gráfico 33 – Balança Comercial (Valores Acumulados em 12 Meses, US\$ Bilhões)**

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

O Gráfico 34 indica os saldos de transações correntes em percentual do PIB. Atualmente está em cerca de 1,3%, vem fluando nessa faixa desde meados de 2006; com a expansão das importações isso deve cair um pouco, mas deve se situar ainda acima de 1,2%. Ou seja, temos um *boom* de consumo, um *boom* de investimento, com superávit de conta-corrente (ou seja, isso está sendo financiado pela poupança doméstica). Vários analistas dizem que um país que quer crescer não pode exportar capitais, tem que ter déficit, necessariamente. Isso é uma prova empírica de que não é necessariamente. Ou seja: o que aconteceu no Brasil nos últimos anos foi que aumentou o investimento, e a poupança doméstica aumentou mais do que proporcionalmente. Isso possibilita um crescimento que é muito mais robusto a choques externos, porque não há déficit em conta-corrente. Então, se ocorre o choque externo, a taxa de câmbio brasileira pode até flutuar, mas ela não se deteriora porque o Brasil não necessita de financiamento externo como necessitava, por exemplo, nos anos 90. Na crise de 98, isso ficou claro como um determinante da desaceleração do crescimento.



**Gráfico 34 – Saldo em Transações Correntes (Acumulado em 12 Meses, % do PIB)**

**Fonte:** BCB.

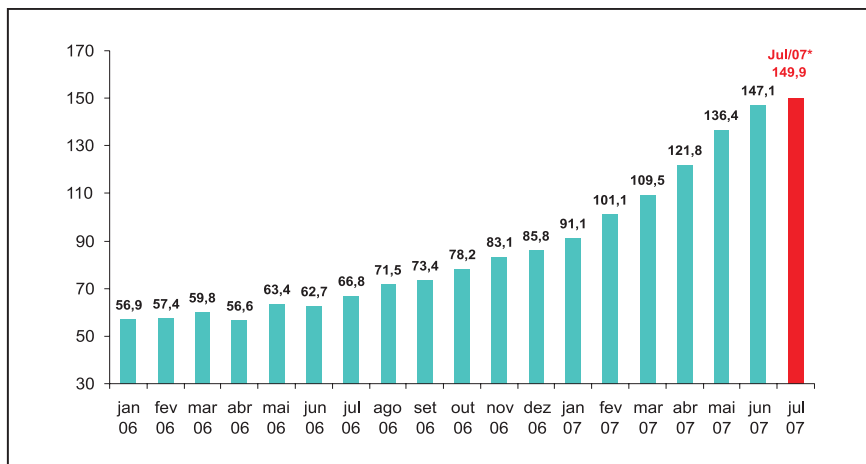
Por conta do bom desempenho da economia brasileira, dos melhores indicadores fiscais e externos, e também por conta do contexto internacional, principalmente do final de 2006 para cá, está havendo uma maior entrada de capitais. Essa entrada de capitais está ocorrendo tanto na forma de investimento direto (no acumulado em 12 meses, o investimento direto está na faixa próxima de US\$ 25 bilhões), quanto de investimento em carteira. (Gráfico). Vocês vêem que o investimento em carteira dá um salto. É investimento que não tem por objetivo controlar a companhia (investimento em ações, investimento em títulos públicos), e ele experimentou um salto nesse primeiro semestre, tanto porque o diferencial das taxas de juros entre Brasil e resto do mundo ainda é grande, como também há um cenário internacional extremamente favorável, e isso vem levando o Banco Central a intervir mais e mais no câmbio, no sentido de atenuar a volatilidade da taxa de câmbio.

O sistema de câmbio flutuante significa que o Banco Central não tem uma meta de taxa de câmbio, mas obviamente não significa que o Banco Central não faz nada. Então, para atenuar essa tendência de valorização nos últimos meses, temos tido operações diretas no mercado de câmbio de compra de reservas e operações de *swap reverse*. Esse número já ultrapassou US\$ 150 bilhões, esse é o último dado que tínhamos até a semana passada. Hoje, já temos mais de US\$ 150 bilhões de reservas. (Gráfico 35). O Brasil, se não me engano, hoje é o quinto país na ordem de maiores reservas no mundo – os quatro primeiros são China, Japão, Taiwan e Índia. Isso também nos permite confiar na estabilidade. Nós temos um grande volume de reservas, de modo que, mesmo num contexto internacional desfavorável, nós conseguimos absorver flutuações do financiamento externo sem grandes impactos na economia doméstica.

Nos 12 meses encerrados em maio/07, o superávit primário acumulou 4,3% do PIB.

Em relação às contas públicas (Gráfico 36), o resultado primário aumentou em relação ao passado. (isso já é com o novo PIB). Nos 12

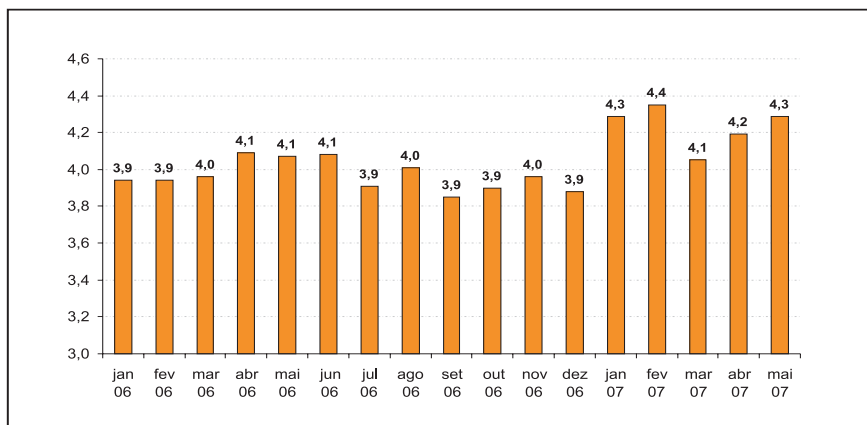
meses encerrados em maio/07, o superávit primário acumulou 4,3% do PIB. Em dezembro de 2006, o resultado foi 3,9%. Esses 3,9% do PIB são o equivalente a 4,25% em relação ao PIB que o IBGE estimava antes da revisão. Hoje, esse resultado está alto principalmente pelo aumento das receitas. As receitas do governo estão subindo em termos do PIB; isso também é um reflexo da expansão da economia.



**Gráfico 35 – Reservas Internacionais (US\$ Bilhões)**

Fonte: BCB

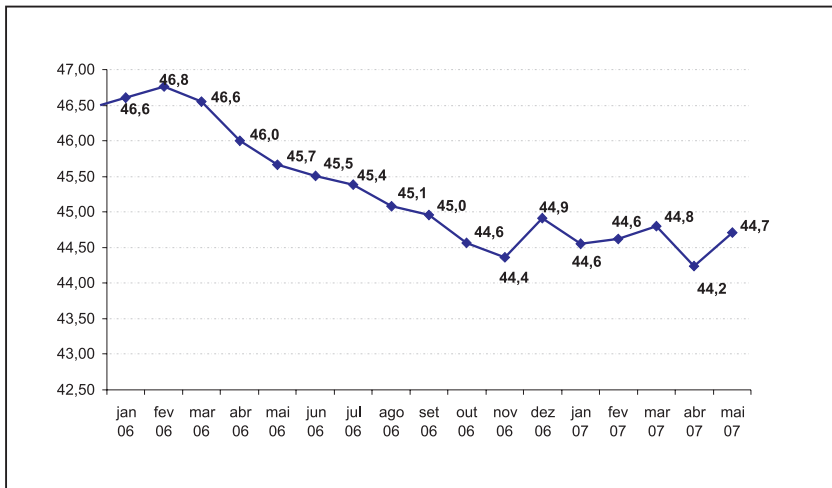
Nota: \*/ Posição em 12/07/07.



**Gráfico 36 – Resultado Primário (Valores Acumulados em 12 Meses, % do PIB)**

Fonte: BCB.

No Gráfico 37, temos a evolução da relação dívida/PIB: está fluando em torno de 44,5%. A expectativa do governo é que ela caia para ligeiramente abaixo de 44% ao final deste ano, à medida que o crescimento da economia será mais forte a partir do segundo trimestre, principalmente no segundo semestre. Também a própria redução da taxa de juros em curso faz com que a dinâmica da dívida seja mais favorável.



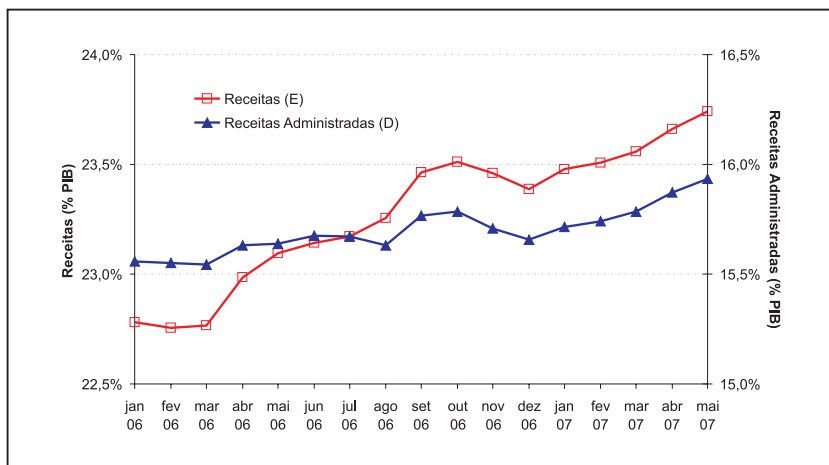
**Gráfico 37 – Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)**

**Fonte:** BCB.

A evolução das receitas do Governo Federal (Gráfico 38) mostra tendência de elevação em percentual do PIB. Essa elevação obviamente desperta várias críticas do setor privado, mas um ponto que nós achamos necessário apontar é que isso não está acontecendo com aumento de alíquota. As alíquotas tributárias são as mesmas. O que está acontecendo aí é também reflexo do crescimento econômico e de maior fiscalização. Você tem as mesmas alíquotas, mas, numa expansão, por exemplo, você tem lucros maiores, você arrecada mais imposto de renda sobre lucros, então a elasticidade-renda da carga tributária é maior do que um. Quando você tem um período de crescimento, aumenta a carga tributária; quando você tem um período de desaceleração, tende a cair a carga tributária. O que estamos vendo hoje é esse aumento de arrecadação fruto do



crescimento e da maior fiscalização. A atuação da Receita Federal e a fiscalização de impostos estão crescentemente sendo feitas através de meios eletrônicos; então, isso dificulta em muito a sonegação.



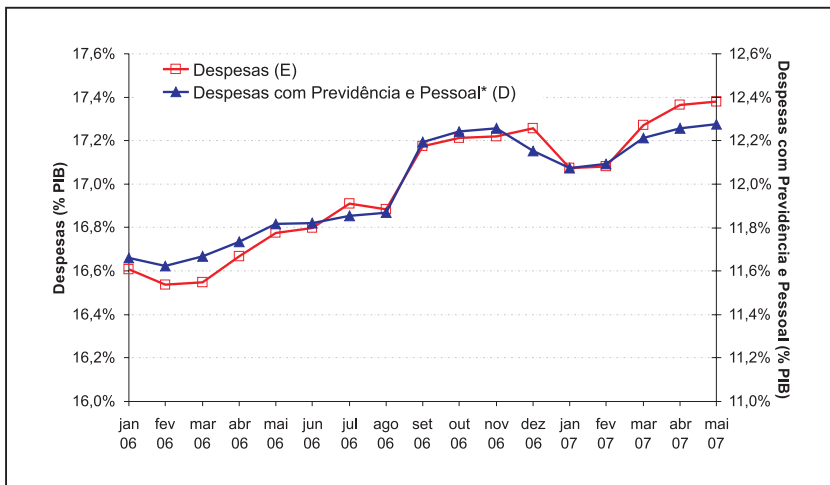
**Gráfico 38 – Receitas (Valores Acumulados em 12 Meses, % do PIB)**

**Fonte:** Ministério da Fazenda.

No Gráfico 39, temos o crescimento das despesas. As despesas também cresceram, e esse crescimento foi concentrado bastante no segundo semestre de 2006, quando tivemos uma renegociação de várias carreiras do serviço público, investimentos na ampliação do número de funcionários públicos, funcionários de carreira do Estado, e também das transferências de renda para os mais pobres, tanto por via da previdência quanto por via da bolsa família.

O terceiro fator de aumento da despesa é o aumento do investimento público. (Gráfico 40). Isso é investimento do Governo Federal em percentual do PIB. É um número pequeno em comparação com a história do Brasil. No Brasil, no II PND, nos anos 1980, o Estado investia muito, seja diretamente, seja por via de suas estatais. Nos anos 1990, houve uma redução dos investimentos. Agora, com o PAC, sobre o qual eu vou depois falar um pouco mais, estamos tendo uma recuperação. Ou seja, o investimento público vem aumentando. Hoje, ele está próximo de 0,7% do PIB;

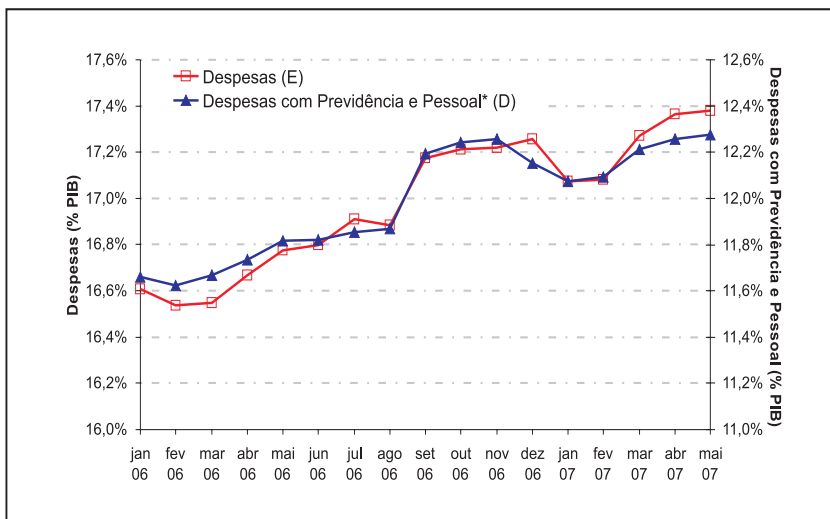
a expectativa é que ele feche este ano acima de 0,8% e, ao final de 2010, ele já esteja em torno de 1,2% ou 1,5% do PIB. Ou seja, também está aumentando o investimento do governo; nem todo aumento do gasto é de gasto corrente.



**Gráfico 39 – Despesas (Valores Acumulados em 12 Meses, % do PIB)**

**Fonte:** Ministério da Fazenda.

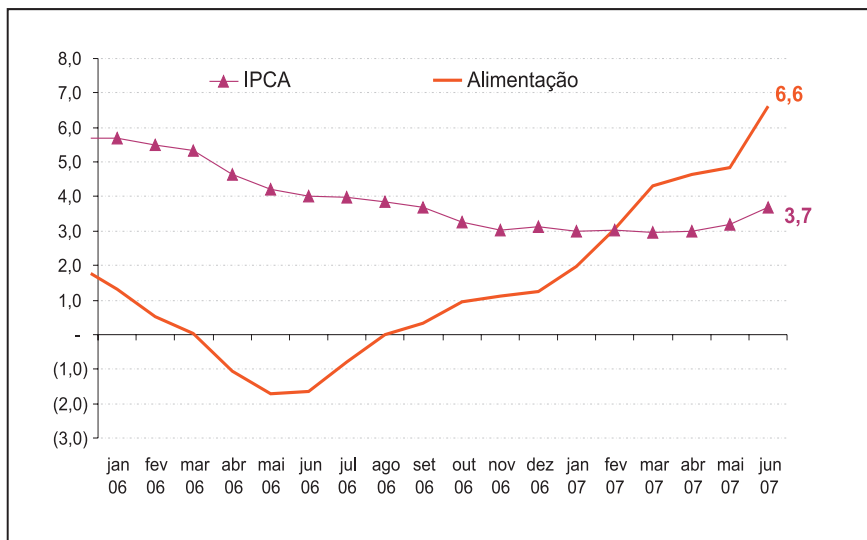
**Nota:** \* Inclui LOAS.



**Gráfico 40 – Investimentos (Valores Acumulados em 12 Meses, % do PIB)**

**Fonte:** Ministério da Fazenda.

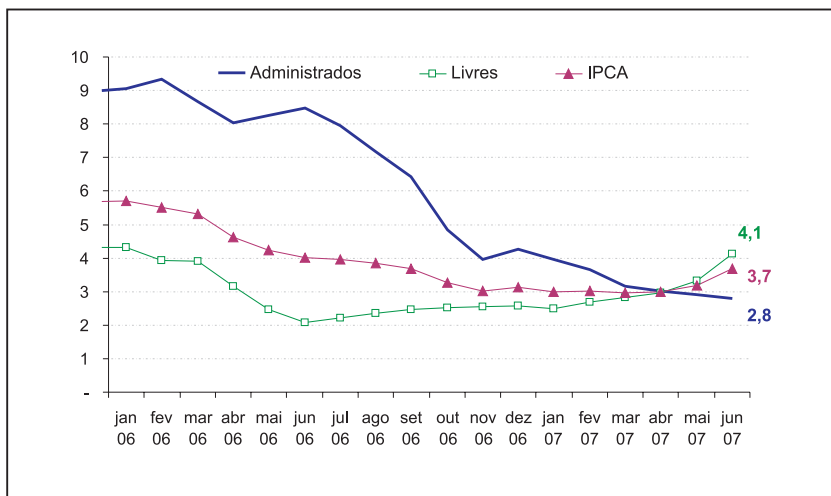
A inflação. Esse é um ponto que foi mais debatido principalmente nas últimas semanas, por conta da definição da meta de inflação. O que temos no Brasil é uma inflação que estava em torno de 3,5%, acelerou para 3,7%, muito puxada por um choque adverso nos preços dos alimentos (Gráfico 41), cujo maior vilão ou maior fator de expansão, para aqueles que acompanham isso, é o leite e seus derivados, por conta de preços externos. Isso vem puxando a inflação um pouco para cima. Mesmo assim, a expectativa de mercado e do governo também é que a inflação feche este ano em torno de 3,7% a 3,8%. Essa seria uma elevação temporária da inflação, fruto de choques adversos.



**Gráfico 41 – IPCA (Var.% Acumulada em 12 Meses)**

**Fontes:** IBGE e BCB.

O Gráfico 42 dá idéia um pouco melhor da composição da inflação. Os preços administrados, ou seja, aqueles que dependem da inflação passada, vêm caindo porque a inflação no ano passado foi 3,1%; então, há um contexto favorável nos preços administrados. E devido a esse choque de oferta, principalmente em alimentos, temos um contexto temporariamente mais desfavorável ou menos favorável, se preferirem, na questão dos preços livres.



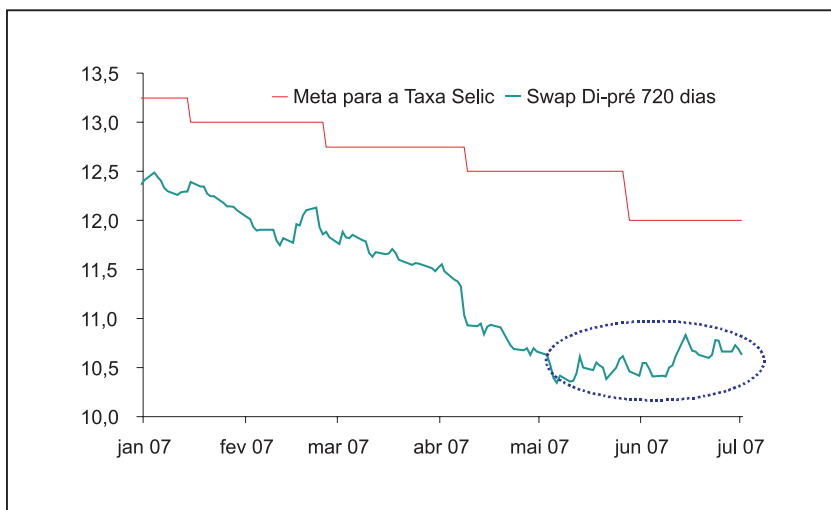
**Gráfico 42 – IPCA (Var. % Acumulada em 12 Meses)**

**Fontes:** BCB e BM&F.

Quanto à taxa de juros (Gráfico 43), ressalta que essa apresentação foi feita antes da decisão do Copom. Hoje, está em 11,5%; a taxa Selic foi baixada para 11,5%. Essa é a taxa de curto prazo. E a taxa mais importante para a expectativa de mercado, para as decisões de investimento, é a taxa de longo prazo. No Brasil, a melhor *proxi* que temos é a taxa das operações de *swap DI-pré*, ou seja, estas operações em que o cara troca taxa prefixada por taxa pós-fixada. Nessa troca, de alguma forma, ele indica o quanto ele acha que vai ser a taxa de juros no período do contrato. Então, aquela linha de baixo é a taxa de *swap DI-pré* de dois anos; seria a taxa de juros de dois anos no Brasil. Essa taxa vinha caindo e, desde final de maio, por motivo que eu vou mostrar em seguida, ela se estabilizou em torno de 10,5%.

Se você pensar que a meta de inflação é 4,5% e a expectativa de mercado 4%, isso dá uma taxa real de 2 anos na casa de 6 a 6,5%, que é uma taxa alta em comparação com padrões verificados no resto do mundo, mas em relação ao histórico recente do Brasil é uma taxa bem baixa. Estamos entrando numa situação que o Brasil não teve há muito tempo, se é que teve uma taxa dessa magnitude. Quando tivemos taxas reais de juros dessa magnitude geralmente

foi período de alta inflação. Então, na verdade era muito mais efeito da aceleração da inflação do que de uma reversão de expectativas do mercado, uma melhora dos indicadores econômicos.



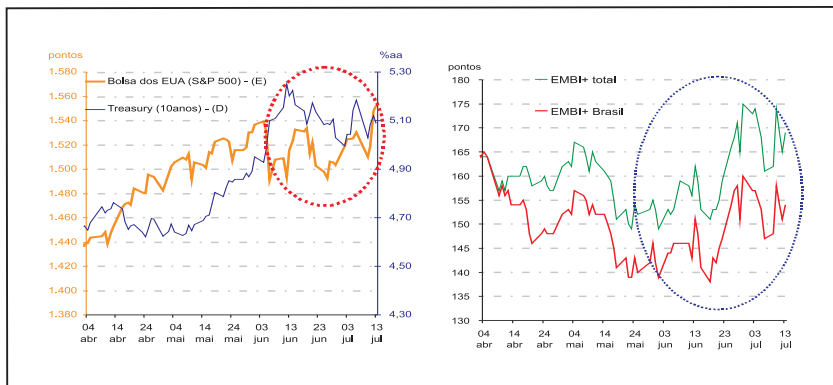
**Gráfico 43 – Taxas de Juros (Selic e Swap Di-Pré, %a.a.)**

**Fontes:** BCB e BM&F.

Vejamos alguns fatores que podem explicar essa maior volatilidade desde final de maio. (Gráfico 44). O Gráfico da esquerda mostra variações na bolsa dos Estados Unidos e nas taxas de juros do tesouro norte-americano. Vejam que elas vinham subindo, depois têm volatilidade, maior flutuação a partir de início de junho. O mesmo acontece com o risco-país. No gráfico da direita, a linha rosa é o risco do Brasil, a linha azul é o risco dos demais países. Ocorre também uma maior volatilidade e alguma elevação no passado recente. Ou seja, nem tudo que impacta na taxa de juros doméstica é fruto do que acontece no Brasil. Numa economia globalizada com fluxos de capitais, mobilidade de capitais, somos bastante influenciados pelo que acontece no resto do mundo.

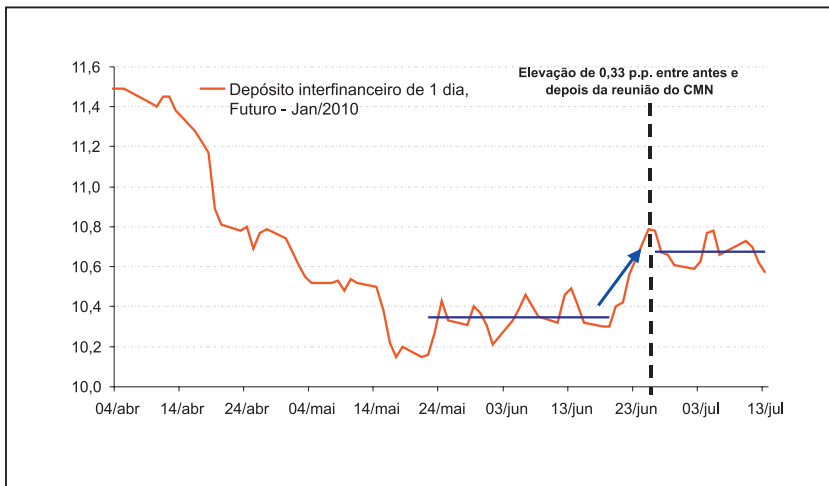
No Gráfico 45, temos outra maneira de ver a taxa de juros, que é o depósito interfinanceiro de um dia, para janeiro de 2010; digamos, a taxa que as pessoas esperam para 2010. Ela vinha caindo (estou considerando só aquela ponta da direita da curva do gráfico

anterior), houve uma elevação no final de junho, temos a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de elevar a meta de inflação, acontece depois da elevação da expectativa de mercado, e desde então vem fluando.



**Gráfico 44 – Volatilidade nos Mercados Internacionais**

Fonte: FED e JPMorgan.



**Gráfico 45 – Impacto da Volatilidade Internacional nas Taxas Futuras de Juros**

(%a.a.)

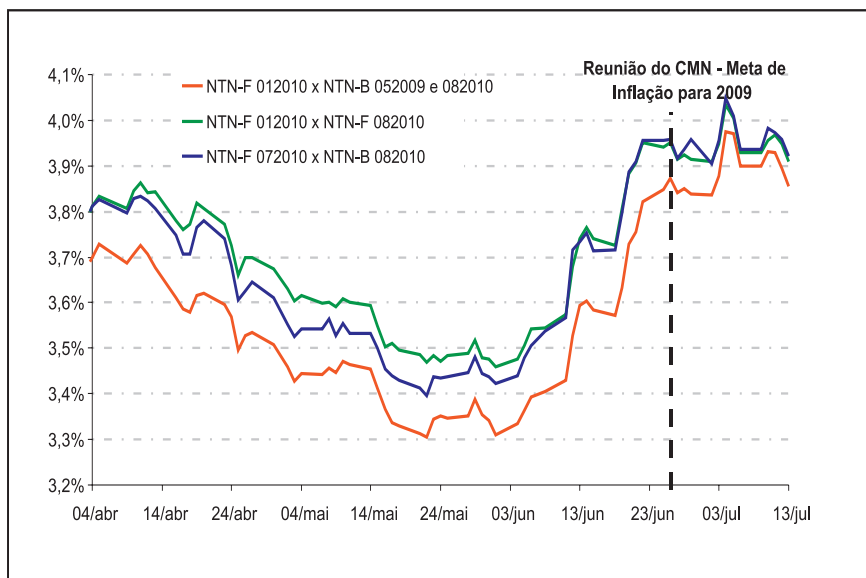
Fonte: BM&F.

Nessa situação, temos várias maneiras de interpretar isso. Algumas pessoas dizem que a decisão do CMN influenciou a expectativa de mercado; outros dizem que foi o contexto internacional.

Obviamente, isso é muito recente; só poderemos econometricamente medir o impacto de cada uma dessas variáveis quando tivermos uma série um pouco mais longa de observações. Com quatro semanas de observações é muito difícil tirar conclusões definitivas.

Além disso, independentemente dos fatores, esperamos que a política econômica, ou seja, a própria robustez da política econômica eventualmente vá fazer com que essas taxas converjam para valores mais baixos.

Para mostrar um pouco quais são as expectativas de inflação do mercado, temos um exercício (Gráfico 46) em que se comparam dois títulos públicos. Um título público é corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e outro é prefixado. Pela diferença entre as taxas de juros de um e outro, se consegue estimar quanto o mercado está esperando de inflação.

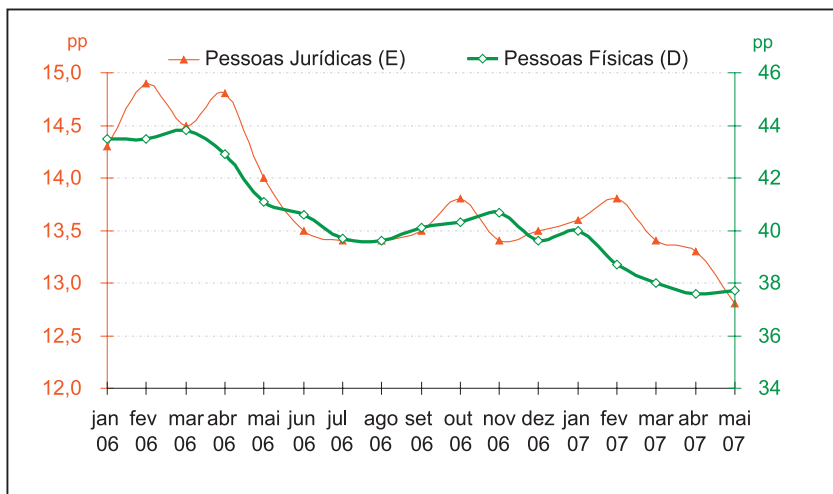


**Gráfico 46 – Inflação Implícita nas Taxas de Juros dos Títulos Públicos Federais (%a.a.)**

**Fonte:** Ministério da Fazenda e Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima).

A expectativa de mercado de inflação estaria abaixo de 4%. Houve uma elevação a partir de meados de junho, coincide com aquela maior volatilidade, coincide com o aumento na inflação dos alimentos, mas, ainda assim, são expectativas de inflação para 2010, por exemplo, abaixo de 4%.

O último gráfico desse panorama é a queda do *spread* bancário; ou seja, essa queda das taxas de juros também está se traduzindo numa queda do *spread* bancário; isso, então, alimenta a expansão do crédito.



**Gráfico 47 – Spreads Bancários**

Fonte: BCB.

Vou falar agora do PAC. Vou abordar alguns conceitos e citar alguns números; esses números brevemente estarão disponíveis no *site* do Ministério da Fazenda, pois o próximo relatório do PAC acontecerá agora em agosto. Então, esses números estão sendo fechados; por isso, vou apresentar algumas estimativas preliminares.

Primeiro, passando para as perspectivas de crescimento, há certo consenso, hoje, tanto entre o governo quanto entre analistas de mercado, de que a economia brasileira deve crescer algo entre



4,5 e 5%, este ano. Hoje, a projeção do Banco Central é de 4,7%, a do Ministério da Fazenda era de 4,5%, está sendo revisada, deve ser divulgada em breve.

Obviamente, todo número é uma média. O que temos por trás desse número? Temos a demanda doméstica, que está crescendo cerca de 6%. A absorção doméstica (consumo e investimento) está crescendo 6%, e as exportações líquidas, exportações menos importações, estão caindo. Acho que está havendo uma contribuição negativa de cerca de -1,4%; então, 6,1 menos 1,4 dá os 4,7. O que temos no Brasil hoje, então, é crescimento da absorção doméstica e contribuição negativa das exportações líquidas. E a expectativa para o próximo ano é que essa contribuição negativa das exportações líquidas se mantenha no mesmo nível. Então, com o aumento do crescimento da absorção doméstica, será possível atingir até uma taxa de crescimento de 5%. Isso, obviamente, só pelo lado da demanda.

Aí vem a questão principal: para se ter crescimento sustentável, tem que haver aumento proporcional entre produto potencial, capacidade de oferta, e a demanda agregada. Nesse sentido, entra a importância do PAC e das outras ações do governo que são no sentido de viabilizar um aumento da capacidade de produção da economia por via de maior investimento público, por via de incentivo a investimento privado (nós vimos nos números que o fator que mais cresce no Brasil hoje é investimento privado) e também por via de maior investimento em capital humano. Depois do PAC, o governo lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação, que é também complementar a essa estratégia de crescimento. Ou seja, para ter crescimento sustentado é preciso aumentar a produtividade da economia, e se faz isso investindo em capital físico e capital humano. O PAC é uma das formas de aumentar investimento em capital físico por parte do governo e também induzir mais investimento por parte do setor privado. Espera-se que esse Plano de Desenvolvimento da Educação faça o mesmo com o capital humano.

Uma das coisas que eu gostaria também de comentar é que, obviamente, a discussão fica em torno do PAC, mas o PAC não é a política econômica do governo. O PAC é um instrumento que procura dar uma organização, uma sinalização e, principalmente, mobilizar todo o governo para aumentar seu investimento. Obviamente, a política econômica do governo não se resume ao PAC; política econômica é mais do que isso. O que temos hoje é uma nova fase da mesma política econômica.

Nos últimos quatro anos, qual era a principal prioridade? Era estabilizar a economia, reduzir inflação, melhorar as contas externas e melhorar as contas fiscais. Isso de alguma forma foi feito, está bem equacionado hoje. Se não há desequilíbrio nas contas externas, se não há desequilíbrio nas contas fiscais, é muito difícil que um choque inflacionário leve a um aumento permanente da inflação. Porque se o governo não está investindo em moeda, a taxa de câmbio está estável, pode-se ter até flutuação na inflação, mas, eventualmente, ela volta. Então, a discussão passa a ser como se pode sustentar uma alta taxa de crescimento; daí, essa prioridade para aumentar o investimento público.

A lógica econômica que está por trás do PAC é a idéia das externalidades do investimento público. É claro para quase todos os analistas hoje que o Brasil tem carência de investimento em infraestrutura nos mais diversos segmentos, tem vários gargalos. Então, qual foi a decisão do governo no final do ano passado e início desse ano? Tinha-se um cenário de folga fiscal. Em que sentido? O superávit primário era muito superior ao necessário para reduzir a dívida pública. Então, o governo poderia tomar decisões, poderia aumentar o gasto público, poderia reduzir a carga tributária, poderia aumentar gastos correntes, ou gasto em investimento. Optou-se por priorizar o investimento, elencando obras. Não vou apresentar as obras aqui porque a última vez que vi a lista eram 1.067 ações; então, é impossível lembrar de todas elas, mas vocês sabem as principais: Angra III, Rio Madeira, Transnordestina.

Então, o PAC é uma tentativa de aumentar investimento público e de mobilizar todo o governo para fazer isso; e um primeiro impacto, expectacional, é mudar a agenda do debate econômico. Hoje, as pessoas estão discutindo mais e mais investimento em infra-estrutura, menos e menos questões conjunturais, até porque elas são favoráveis.

O que está por trás, como falei, é a idéia de externalidade. Ou seja, tem externalidade na acumulação do capital por parte do governo, que promove ganhos de produtividade, aumenta a produtividade total dos fatores da economia e, dessa forma, sustenta maior crescimento do produto potencial.

Em termos de números, o PAC, no seu lançamento, previa investimentos da ordem de R\$ 504 bilhões, a maior parte deles, R\$ 275 bilhões, em energia (energia elétrica, petróleo e gás). Do restante, eram R\$ 171 bilhões no que chamamos de infra-estrutura social (saneamento, habitação e irrigação) e R\$ 58 bilhões de investimentos em logística (transporte aquático, terrestre e aéreo).

Desses R\$ 504 bilhões, R\$ 67 bilhões são do orçamento do Governo Federal e, grosso modo, eles correspondem a 0,5% do PIB por ano projetado para 2007-2010. Daí, vem a idéia do PPI (Projeto Piloto de Investimentos). Temos 0,5% do PIB que pode ser deduzido do superávit primário no cálculo das metas fiscais. E mesmo se essa dedução for feita integralmente, ainda assim, a relação dívida/PIB cai. Hoje, mesmo que a taxa de juros permaneça no mesmo nível e que a taxa de crescimento permaneça no mesmo nível, com o superávit primário que temos, deduzindo o PPI, a relação dívida/PIB cai. As projeções do governo, hoje, são que a relação dívida/PIB deve cair para próximo de 36 e 37% em 2010, e o resultado nominal zero, déficit zero, estaremos chegando próximo dele em 2010 e 2011.

Em termos do orçamento de 2007, o PAC inicialmente continha R\$ 15,8 bilhões. Desses, R\$ 11,3 bilhões podem ser deduzidos do cálculo do superávit primário. E vocês que

acompanham a execução da política fiscal sabem que há algumas interpretações de que o PAC não está necessariamente andando na forma desejada. Aí, obviamente, tem a parte do debate político, como também a dificuldade de interpretação das estatísticas do governo. Obviamente, o governo assume sua culpa. Nós, economistas, às vezes temos dificuldade de explicar essas coisas, principalmente porque a contabilidade pública é muito complicada.

Quando eu cheguei ao Ministério da Fazenda e pedi o número do investimento público, me deram cinco números. Então, há vários critérios. Só para dar um panorama para vocês, vejam o que temos de investimento público: primeiro, o que o Congresso aprovou no ano anterior. O Congresso aprovou para 2007 R\$ 27,3 bilhões. Uma vez aprovado no Congresso, vai para os Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Esses ministérios analisam as projeções de receitas feitas pelo Congresso Nacional. Se acharem que essas projeções não são factíveis, teremos um decreto de programação orçamentária para adequar o orçamento ao cenário mais recente da política econômica. Dentro disso, cria-se o conceito de gasto autorizado, de investimento autorizado. O investimento foi aprovado em R\$ 27,3 bilhões, e o autorizado para este ano, no decreto, é R\$ 16,4 bilhões. Isso é a saída. Foram aprovados R\$ 16,4 bilhões.

Aí, começa a execução desse gasto, e existem três critérios para considerar as saídas: temos o investimento empenhado, o investimento liquidado e o investimento pago. O empenho é o que o Ministério da Fazenda e o Ministério do Orçamento autorizam, indicando para cada ministério quanto cada um tem para gastar. Quando ele gasta, aquilo é liquidado; ele apresenta a nota fiscal, mostra que fez e autoriza a liquidação dessa despesa. E aí vai para o Tesouro Nacional pagar. Só para tornar as coisas mais complicadas ainda, temos o investimento que é pago do orçamento deste ano e o que é pago dos orçamentos de anos anteriores.

Então, sobre as críticas ao PAC, vou tentar apresentar os dois lados, ter uma postura neutra. As principais críticas a uma suposta

lentidão do PAC é no quesito de pagamento das despesas do orçamento deste ano. Até o momento, do orçamento deste ano, foi pago apenas 1,1 bilhão. Muito pouco. Tem R\$ 16,4 bilhões. Porém, o que acontece? Investimento é o tipo da despesa que se coloca no orçamento deste ano, mas, por ser uma despesa de longo prazo, são projetos de longa maturação, o pagamento é feito ao longo de vários orçamentos. Então, o critério relevante para se analisar o investimento do governo é o critério de investimento pago. O quanto o governo efetivamente pagou.

Se considerarmos isso, veremos que o governo pagou esse R\$ 1,1 bilhão do orçamento deste ano e R\$ 4,6 bilhões de orçamentos anteriores. O investimento do governo no primeiro semestre foi 21% superior ao investimento feito no mesmo período do ano anterior. Além disso, pela dinâmica orçamentária do Brasil, hoje, a maior parte do investimento do governo é feita no segundo semestre. Então, esses números de investimento público vão começar a subir fortemente agora no segundo semestre. E a gente espera cumprir exatamente o que está no PAC, os R\$ 17 bilhões que estão previstos no PAC para este ano. É possível que isso seja feito e nós estamos trabalhando para isso.

Além dessa discussão orçamentária, temos que destacar também avanços recentes na execução do PAC. Como vocês acompanharam, o governo tomou a decisão de prosseguir com os estudos e eventual construção da usina de Angra III; o governo conseguiu a licença inicial para as hidrelétricas do Rio Madeira, que devem ser leiloadas agora no segundo semestre; tem o segundo lote de concessões rodoviárias, cujo leilão está programado para outubro; ou seja, existem projetos que, pela sua magnitude, pelas próprias restrições legais e orçamentárias, são de implementação gradual. Esses projetos devem começar a ser licitados este ano e começam a entrar em operação a partir do ano que vem. Ou seja, por se tratar de investimento extremamente de obras de grande porte, ele tem necessariamente uma implementação lenta e gradual. Provavelmente, veremos o pleno impacto do PAC a partir de meados do ano que vem, quando várias dessas obras já estiverem em andamento.

É importante lembrar também que o PAC não é só obra. Existem outras medidas incluídas no PAC que são medidas institucionais. Nesse aspecto, cabe destacar a desoneração tributária. O governo adotou uma desoneração de cerca de 0,3% do PIB este ano, a maior parte dela canalizada para investimento. É por isso que vemos esse *boom* de investimento; esse é um dos fatores: os custos financeiros de investimento caíram, e isso está se refletindo no aumento do investimento.

Há também projetos de reformas institucionais: a lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o projeto de lei do gás, e tem as principais, que são a proposta de reforma tributária, que o governo está elaborando e discutindo com os estados para eventual submissão ao Congresso no segundo semestre do ano; e o Fórum da Previdência Social, que procurará encaminhar soluções graduais de longo prazo para a previdência. Depois do atual recesso parlamentar, o Fórum se reúne novamente, chega à fase de elaborar propostas, então o governo pega essas propostas, adota ou não, adapta e envia para o Congresso Nacional.

E o que eu considero principal é que estamos gradualmente migrando para um novo modelo fiscal. O modelo fiscal pós-crise 98 era um modelo fiscal baseado em altos superávits primários para evitar a explosão da relação dívida/PIB. Isso conseguiu ser feito. Hoje a dívida pública está caindo; brevemente, ela vai deixar de ser um problema. Porém, a questão que permanece é sobre a qualidade do gasto. Nesse sentido, um dos objetivos do Ministério da Fazenda na formulação da política, uma das idéias que vimos defendendo, é a mudança gradual do regime de gasto para metas nominais de gastos. Em algum sentido, o PAC é exatamente isso: estamos estabelecendo metas nominais de investimento; dizemos: o investimento vai ser R\$ 67 bilhões.

A regra que submetemos ao Congresso, de limite de crescimento da folha, é um avanço também nesse sentido. Estabelece-se um teto para crescimento real da folha de pagamento. A política

de longo prazo desse salário mínimo também é isso: estabelecer correções do salário mínimo no horizonte de dez anos, o que dá maior previsibilidade ao orçamento.

Então, estamos migrando para uma política em que se fixa a despesa e, aí, a questão de se a despesa vai ser alta ou baixa depende das prioridades políticas do governo; isso é decidido nas eleições. Este governo tem a proposta de crescimento com distribuição de renda. Por isso, faz parte da estratégia econômica deste governo transferência de renda para os mais pobres, aumento do salário mínimo, porque nós queremos crescimento com inclusão social, não simplesmente o crescimento. Mas isso vem atrelado a um novo modelo de política fiscal, em que, como falei, teremos metas de despesas e deixamos a receita flutuar.

Fazendo isso, tem-se naturalmente uma política anticíclica; quando a economia for bem, a receita sobe mais que o gasto, o superávit aumenta; quando a economia for mal, a receita cai, o gasto está no mesmo nível, o resultado fiscal piora. Isso dá estabilidade; ou seja, a política fiscal atua como estabilizador automático.

Para concluir, eu só queria dizer que existe uma estratégia. Quem dos senhores e senhoras se interessar pode entrar em contato com o Ministério da Fazenda, com a minha Secretaria, para esclarecer eventuais dúvidas que possam ter, pois, obviamente, num debate político às vezes as opiniões são muito exaltadas e se têm mensagens truncadas. Mas, à medida que o PAC for se desenvolvendo, que a economia brasileira for melhorando, essa estratégia do governo, que está sendo exitosa, vai ficar cada vez mais clara para toda a população. Obrigado.

## **Paulo Amilton**

Professor Nelson, obrigado! Passamos agora a palavra para o professor Flávio Ataliba. Lembramos que a mesa deveria ter três debatedores, mas o professor Márcio Holland, que deveria compor

a mesa como debatedor, teve o mesmo problema da Dra. Fabiana e infelizmente não veio.

## **Flávio Ataliba**

Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Anpec, na pessoa da secretária executiva, professora Fabiana, ter-me convidado a participar deste evento, dessa mesa tão importante. Gostaria de saudar o professor Nelson: uma bela exposição! Saudar o Paulo Amilton, que está fazendo o papel de presidente de mesa e também parabenizar o Banco do Nordeste pelos 55 anos. É importante para a Região que o Banco do Nordeste sempre seja uma instituição que vá promover o desenvolvimento da Região.

Eu fiquei bastante satisfeito em ter sido convidado para participar deste tema de seminário, sobre o PAC e a retomada do crescimento, porque a agenda de crescimento econômico ficou muito esquecida no Brasil durante muito tempo. Acho que a última discussão que se tornou mais consistente, de que eu me lembro, foi na década de 70. Tivemos na década de 70 o choque do petróleo. A década de 80 foi um período muito complicado na economia brasileira por conta de toda a crise macroeconômica que se estabeleceu, o processo inflacionário que se elevou bastante a partir da segunda metade da década de 80 e, evidentemente, não tinha espaço na agenda pública para que se discutissem problemas relacionados ao crescimento econômico.

Em 1993 e 1994, teve-se um sucesso relativo na estabilidade econômica, a partir da implementação do Plano Real; e durante toda a década de 90, nós tivemos ajustes ao Plano Real, de forma a possibilitar à economia brasileira entrar realmente no processo de estabilidade. Durante todo esse período, a agenda de crescimento econômico ficou uma agenda esquecida no País.

Quando se começou a retomar essa discussão, acho que já no início do segundo Governo Fernando Henrique, houve a crise



cambial e novamente veio à tona o problema da instabilidade econômica. Nós, àquela época, não tínhamos certeza se realmente o País iria conseguir voltar a ter situações estáveis do ponto de vista macroeconômico e, durante o segundo Governo Fernando Henrique, foi muito frágil a estabilidade conseguida.

Na transição do Governo Fernando Henrique para o Governo Lula, nós tivemos novamente uma ameaça de a estabilidade não ser garantida, e toda a perspectiva do que o Governo Lula iria representar no cenário macroeconômico. Felizmente, o governo foi muito hábil e competente em tirar qualquer dúvida em termos de garantir as condições necessárias para a estabilidade. Isso basicamente aconteceu durante todo o Governo do Lula e, agora, na transição para o segundo governo, é que o governo tem o grande mérito de colocar na agenda pública federal a discussão sobre o que o País tem que fazer para crescer.

Acho que todos nós estamos satisfeitos, em parte, com a estabilidade conseguida, mas é preciso fazer mais alguma coisa. Nós temos um problema ainda muito grande de falta de emprego, a pobreza no País é extremamente elevada. Então, tem toda uma agenda social a ser buscada. E em parte, o governo teve um sucesso através da expansão dos programas sociais, principalmente a consolidação do programa Bolsa Família, que deu certo alívio a algumas questões sociais que precisariam de soluções extremamente imediatas e importantes. Mas isso ainda é muito pouco. Nós que estamos acompanhando o cenário macroeconômico entendemos que precisa ser feito algo com importância.

Nesse contexto, eu acho que o diagnóstico da estabilidade econômica já está mantido no País. Os economistas não se diferenciam muito, hoje, no Brasil, sobre o que nós devemos fazer para manter a estabilidade econômica. Há certo consenso. Mas, não há consenso em termos de que agenda e que medidas teríamos que ter para fazer o País retomar o crescimento econômico. Acho que aí há uma grande diferença entre diversos economistas no País que pensam

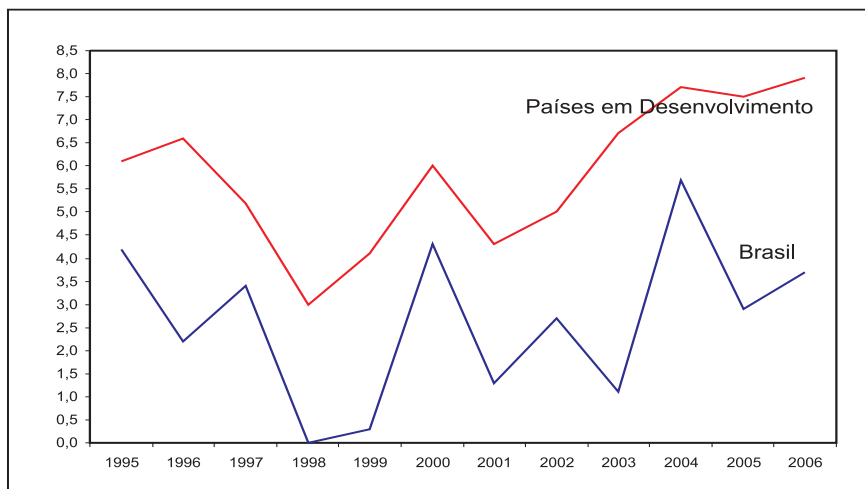
estratégias de retomar o crescimento de forma diferente. E com certeza, essa diferença de pensamento vai gerar, no futuro próximo, também importantes debates na economia. E repito: o mérito do governo é colocar essa agenda em discussão e, aí, os economistas vão aprendendo realmente quais seriam os melhores caminhos.

Quando pensamos em o País retomar o crescimento econômico, é fundamental pensarmos também como estamos em relação ao mundo. Foi apresentado todo um cenário positivo do ponto de vista da estabilidade macroeconômica do País, e alguns indicadores de retomada do crescimento, mas é importante saber como o Brasil se comporta em relação a outros países.

Eu sei que vocês não vão conseguir ler com precisão essas informações (Tabela 10), mas essa tabela indica o crescimento do Brasil comparado com o mundo – economias avançadas, países em desenvolvimento –, aí fizemos divisão em África, Ásia, outros países em desenvolvimento, Filipinas, Indonésia, América Latina, Oriente Médio, Europa Central, especificamente a Rússia. Evidentemente, depois eu posso passar essas informações, que foram colhidas do Fundo Monetário Internacional (FMI). A transparência seguinte (Tabela 11) é construída a partir dessas informações que temos aí. Só a título de exemplo, colocamos no gráfico o desempenho do Brasil e dos países em desenvolvimento. Percebemos que, de 1995 a 2006, o Brasil vem crescendo abaixo da média dos países em desenvolvimento. Então, daqueles números que apresentei anteriormente, uma das informações que podemos tirar é através de um fato estilizado; uma evidência de que precisamos fazer algo para o País voltar a crescer e de forma muito rápida

Na Tabela 11, nós calculamos a média, de 1995 a 2006, de todo o período, que está na primeira coluna da tabela. O Brasil cresceu em média anual 2,89%, o mundo cresceu 4,40%, as economias avançadas 3%, os países em desenvolvimento 6,37%, a África cresceu mais do que o Brasil, cresceu 4,57%, China e Índia nem se fala, América Latina cresceu pouco mais do que o Brasil, 3,31%.

Nós dividimos o período em dois. Na coluna 2 da Tabela 11, temos a média de 1995 a 2002. Nesse período, o Brasil cresceu 2,59%, o mundo cresceu 3,60%, as economias avançadas cresceram 2,78%, os países em desenvolvimento cresceram 5,04%, a China cresceu 8,7%, a Índia 5,8%, a América Latina cresceu um pouco menos do que o Brasil, cresceu 2,24%.



**Gráfico 48 – Taxas de Crescimento Brasil x Países em Desenvolvimento**

Fonte: FMI.

Continua

**Tabela 10 – Taxas de Crescimento do PIB em Regiões e Países Selecionados (%)**

País/Região	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	4,2	2,2	3,4	-	0,3	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	2,9	3,7
Mundo	3,7	4,0	4,2	2,8	3,7	4,8	2,5	3,1	4,0	5,3	4,9	5,4
Economias avançadas	2,8	3,0	3,5	2,6	3,5	4,0	1,2	1,6	1,9	3,3	2,5	3,1
Países em desenvolvimento	6,1	6,6	5,2	3,0	4,1	6,0	4,3	5,0	6,7	7,7	7,5	7,9
África	3,0	5,6	3,4	2,8	2,7	3,1	4,4	3,7	4,7	5,8	5,6	5,5
Ásia em desenvolvimento	9,0	8,3	6,5	4,2	6,4	7,0	6,0	7,0	8,4	8,7	9,2	9,4
China	10,5	9,6	8,8	7,8	7,6	8,4	8,3	9,1	10,0	10,1	10,4	10,7
Índia	7,6	7,5	5,0	5,9	6,7	5,3	4,1	4,3	7,3	7,8	9,2	9,2

Fonte: World Economic Outlook e FMI.

**Tabela 10 - Taxas de Crescimento do PIB em Regiões e Países Selecionados (%)**

Outros países em desenvolvimento	7,6	6,7	3,8	-4,7	3,7	5,8	3,1	4,8	5,8	6,4	6,2	5,9
Filipinas	4,7	5,8	5,2	-0,6	3,4	6,0	1,8	4,4	4,9	6,2	5,0	5,4
Indonésia	8,2	8,0	4,5	-13,1	0,8	5,4	3,6	4,5	4,8	5,0	5,7	5,5
Malásia	9,8	10,0	7,3	-7,4	6,1	8,9	0,3	4,4	5,5	7,2	5,2	5,9
Tailândia	9,2	5,9	-1,4	-10,5	4,4	4,8	2,2	5,3	7,1	6,	4,5	5,0
América Latina	1,8	3,6	5,2	2,3	0,3	3,9	0,5	0,3	2,4	6,0	4,6	5,5
Oriente Médio/b	4,0	5,3	4,7	3,7	1,8	5,4	3,0	3,9	6,5	5,6	5,4	5,7
Europa Central e Oriental/c	5,5	4,0	4,2	2,9	0,5	4,9	0,2	4,5	4,8	6,6	5,5	6,0
Rússia	-4,1	-3,6	1,4	-5,3	6,4	10,0	5,1	4,7	7,3	7,2	6,4	6,7

**Fonte:** World Economic Outlook e FMI.

**Tabela 11 – Taxas de Crescimento Média do PIB em Regiões e Países Selecionados**

<b>País/Região</b>	<b>Média do período 1995-2006</b>	<b>Média de 1995-2002</b>	<b>Média de 2002-2006</b>
Brasil	2,89	2,59	3,35
Mundo	4,40	3,60	4,90
Economias avançadas	3,00	2,78	2,70
Países em desenvolvimento	6,37	5,04	7,45
África	4,57	3,59	5,40
Ásia em desenvolvimento	8,19	6,80	8,93
China	10,12	8,76	10,30
Índia	7,26	5,80	8,38
Outros países em desenvolv.	5,01	3,85	6,08
Filipinas	4,75	3,84	5,38
Indonésia	3,90	2,74	5,25
Malásia	5,75	4,93	5,95
Tailândia	3,89	2,49	5,73
América Latina	3,31	2,24	4,63
Oriente Médio/b	5,00	3,98	5,80
Europa Central e Oriental/c	4,51	3,34	5,73
Rússia	4,10	1,81	7,65

**Fonte:** FMI.

Fazendo agora análise do período 2002 a 2006, o Brasil cresceu 3,35%, o mundo cresceu 4,90%, as economias avançadas 2,70%, os países em desenvolvimento cresceram 7,45%, a América Latina cresceu 4,63%, a Rússia cresceu 7,65%. Então, nós devemos ficar satisfeitos com o crescimento econômico do Brasil em termos absolutos, mas não devemos ficar satisfeitos em termos do crescimento relativo. O Brasil precisa fazer algo muito mais forte para acompanhar o que os outros países vão fazendo, principalmente os países em desenvolvimento, que é onde nós devemos nos comparar. E quando avaliamos o crescimento dos países das economias avançadas, percebemos que, em média, eles estão crescendo menos do que os países em desenvolvimento. Então, há um processo, mesmo que lento, de convergência entre esses países. E o Brasil não está acompanhando esse processo.

A título ainda de interpretação dessas variáveis, eu fiz o seguinte exercício: comparei o crescimento relativo do Brasil com o mundo. (Tabela 12). De 1995 a 2006, nós crescemos 66% do que o mundo cresceu. Em relação aos países em desenvolvimento, crescemos 45%. Em relação à América Latina, crescemos no período como um todo 87%. E aí, eu fiz uma divisão entre os oito anos do Governo Fernando Henrique e o primeiro período do Governo Lula, para compararmos essas taxas de crescimento.

**Tabela 12 – Taxas Anuais Médias de Crescimento Proporcional do PIB (%)**

<b>País/Região</b>	<b>1995-2006</b>	<b>1995-2002 (Governo FHC)</b>	<b>2003-2006 (Governo Lula)</b>
Brasil/Mundo	0,66	0,72	0,68
Brasil/Países em Desenvol.	0,45	0,51	0,45
Brasil/América Latina	0,87	1,16	0,72

**Fonte:** FMI.

No Governo Fernando Henrique, o Brasil cresceu 72% do que cresceu o mundo, 51% do que cresceram os países em

desenvolvimento, e cresceu mais do que cresceu a América Latina. No Governo Lula, nós crescemos 68% do que cresceu o mundo, crescemos 45% do que cresceram os países em desenvolvimento e apenas 72% do que a América Latina cresceu. Ou seja, se nós comparássemos período a período, esses números estariam dizendo isso. Evidentemente que aqui precisa uma avaliação muito mais completa para ver por que há diferença nesses governos. Nós só temos um período do Governo Lula. Para fazer uma comparação mais correta; teríamos que ter os oito anos do Governo Lula para identificarmos, digamos, em termos de eficiência econômica, qual dos dois governos foi mais feliz em acompanhar o crescimento mundial.

E há outras questões. Claramente, essa informação pode ser questionada, porque acho que muitos dos problemas do Governo Fernando Henrique podem ter sido colocados para a frente, no Governo Lula, e termos aí o ônus de algumas questões a serem resolvidas. Então, a comparação desses números não quer dizer que eu esteja afirmando que o Governo Lula foi menos eficiente do que o Governo Fernando Henrique. São números e fatos estilizados que, para a nossa reflexão, é importante considerar.

O Nelson já falou um pouco das linhas gerais do PAC; eu vou ser mais rápido ainda do que ele, dado que ele já falou, e vou colocar alguns pontos centrais para poder ter mais informação. Acho que, se pudéssemos resumir os objetivos do programa PAC, teríamos que nos centrar em três grandes pontos. O primeiro, a perspectiva de acelerar o crescimento econômico, como o próprio nome do programa está colocando. A idéia é crescermos 4,5% em 2007 e 5% nos anos seguintes, até 2010.

O segundo ponto é a necessidade de aumentar o emprego. A taxa de desemprego do Brasil é muito elevada ainda; então, essa preocupação é fundamental. Outro ponto que está muito claro é a necessidade de melhoria das condições de vida da população; o PAC tem diversas medidas com esse objetivo.

E o objetivo principal do programa seria conquistar esses objetivos, principalmente através de investimentos em infra-estrutura. Como o Néelson falou, a idéia central é que esses investimentos em infra-estrutura possam gerar externalidades para o setor privado e, aí desencadear, por via do setor privado, diversos investimentos.

O total dos investimentos, se não me engano, é por volta de R\$ 504 bilhões entre 2007 e 2010. E a dispersão desses recursos estaria assim: recursos públicos federais, total de R\$ 287 bilhões, divididos entre o orçamento (R\$ 68 bilhões) e estatais (R\$ 219 bilhões); e do setor privado e entes subnacionais seriam R\$ 217 bilhões. Então, a grande parte dos investimentos vem através das estatais, dos recursos públicos federais.

Em termos de distribuição dos recursos, temos que: R\$ 58,3 bilhões seriam destinados à logística de transportes (portos, aeroportos); energia R\$ 274,8 bilhões; infra-estrutura social, saneamento etc., R\$ 170,8 bilhões; total de R\$ 503,9 bilhões. Através desses investimentos, nós conseguiríamos ter as condições necessárias para o País voltar a crescer. E aí, como também o Néelson colocou, o PAC não se resume apenas aos investimentos em infra-estrutura; existe uma série de estímulos de crédito e financiamento, ampliação de crédito da Caixa Econômica, utilização de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), redução de *spread* do BNDES; tem também uma tentativa de melhoria do ambiente de investimento, aprovação de marco regulatório no Congresso, as PPPs etc. Há ainda medidas relacionadas à desoneração fiscal e tributária, e medidas fiscais de longo prazo que estariam direcionadas à redução do déficit do governo, déficit nominal.

Agora vou fazer uma reflexão sobre alguns pontos que considero positivos e alguns pontos que mereceriam maior atenção do governo. Um ponto que considero importante é que, dada a quantidade de pessoas desempregadas em nosso País, pessoas pobres, qualquer tentativa, qualquer plano de retomar o crescimento econômico sempre é válido. Então, acho que nesse ponto o governo

tem um mérito muito grande de explicitar na sua agenda as questões relacionadas ao crescimento econômico.

O segundo ponto que considero importante e positivo na edição do PAC foi organizar os diversos programas que o governo possui e, através dessa organização de programas, explicitar para toda a economia e para o setor privado o que está fazendo, as questões que estão recebendo mais atenção. Isso é importante porque dá visibilidade às ações do governo e orienta o setor privado para suas ações. Esse aspecto da visibilidade é um ponto também extremamente importante.

Outro ponto importante: eu acho que o governo acerta no momento em que elege infra-estrutura como a necessidade de reduzir o gargalo da economia e facilitar os investimentos privados, porque a literatura internacional e todas as evidências mostram que infra-estrutura é fundamental para o crescimento econômico, especialmente um crescimento sustentável. Então, nesse aspecto o PAC também é importante.

O PAC também tem o mérito de não ter sacrificado os programas sociais em prol desses novos investimentos. Pelo contrário, acho que, até recentemente, foram ampliados os valores dos benefícios da bolsa família, e é importante continuar com esses programas e, se possível, que eles sejam aprimorados e ampliados. Então, nesse aspecto acho que o governo acertou.

Vou agora fazer algumas considerações, algumas reflexões, que são minhas, e que evidentemente podem dificultar, da minha maneira de ver, o sucesso do programa. O primeiro ponto que vejo é que, no momento em que o governo elege uma meta – “vou querer crescer 5% nos próximos três anos” –, haveria aí uma necessidade de se ter uma taxa de investimento de 25% do PIB. Temos a taxa de investimento no Brasil, hoje, por volta de 19% do PIB. Então, teríamos essa diferença e, certamente, o governo não tem condições, por via de recursos públicos, de buscar essa taxa de investimento adicional. Isso teria que ser conquistado pelo setor privado.



Então, no momento em que você coloca na mesa que esse valor, 5%, será atingido, teria que perguntar para o setor privado se ele realmente está disposto a cumprir com o diferencial de 6% em taxa de investimento que vá garantir um crescimento de 5%. É aquela história: acho que o governo não combinou ainda com o setor privado se ele vai realmente exercer essa função. Evidentemente que se espera que sim. Mas não se tem garantia para esse montante.

O segundo ponto, que considero o mais importante, é que, evidentemente, o PAC não tem uma função de resolver todos os problemas da economia brasileira. Parece que até passa para a população essa idéia de que o PAC é a solução de tudo; mas na verdade não é. É uma agenda bastante direcionada. Mas eu acho que a grande dificuldade é que não se tem claramente nas ações do governo, nas medidas que foram implementadas, um encaminhamento para solução definitiva de diversos problemas do País em nível macroeconômico. Certas questões não foram tocadas ou o foram muito levemente, e isso vai dificultar o benefício que se espera poder conquistar através do PAC, de gerar externalidades para o setor privado. Acho que existem desexternalidades na estrutura macroeconômica do País, que, por outro lado, vão inibir o País de crescer.

Um ponto é que nós temos hoje a questão tributária, que não foi tocada de forma nenhuma; e se não resolvermos a questão tributária no País, desonerarmos principalmente o lado da produção, vamos ter muita dificuldade de crescer. O segundo ponto, que eu acho dos mais graves, é a questão previdenciária do País, que não está resolvida ainda. Os benefícios previdenciários consomem 8% do PIB do País; acho um número extremamente elevado, e não se tem claramente no PAC nenhuma solução imediata para o problema. O que o governo colocou é que vai ser criado um fórum para se discutir isso. Há 20 anos que se discute isso. Eu pelo menos fiz uma tese sobre isso anos atrás. A gente sabe quais são os elementos a serem colocados, e isso não foi colocado claramente. Acho que há um desgaste político

na solução definitiva do problema previdenciário, e acredito que o governo não está interessado em passar por esse desgaste.

Outro ponto é que temos ainda juros reais muito elevados no Brasil, comparados com a média internacional. O próprio Nelson colocou aqui essa preocupação. E juros elevados são extremamente inibidores de investimentos. Então, não sei se vamos conquistar a iniciativa privada, estimulá-la a investir, com juros ainda nessa magnitude.

Por outro lado, nós temos uma dívida pública ainda muito elevada no País, e temos também um déficit nominal positivo por volta de 3,4% do PIB. Então, são questões macroeconômicas extremamente graves e que inibem qualquer país a buscar um maior investimento. E com certeza, acho que grande parte do nosso baixo desempenho de crescimento comparado com outros países da América Latina e países em desenvolvimento está associada a essa estrutura macroeconômica do Brasil, extremamente ineficiente ainda; e isso não foi colocado na mesa para ser discutido e ser buscada a solução definitiva.

Um outro ponto estaria relacionado à perda de credibilidade. No momento em que o governo coloca que, através de investimentos em infra-estrutura, realmente vai fazer o País crescer 5%, se não crescer, isso vai gerar uma desconfiança muito grande do setor privado e pode ter efeito contrário.

Outro ponto está relacionado à seguinte questão: o governo está apostando em solucionar o problema, principalmente das contas públicas, déficit nominal positivo, através do crescimento econômico. Então, a lógica é: você realiza gasto em investimento em infra-estrutura, o País vai crescer, a relação dívida/PIB fica menor, aí o juro cai. Mas acho que a relação de causa e efeito é exatamente o contrário: primeiro você tem que reduzir os gastos de governo para que os juros possam cair, para que o País possa aumentar os investimentos.

Então, no momento em que ele inverte a relação de causa e efeito, acho que isso vai dificultar nós termos um cenário macroeconômico que vá possibilitar realmente uma queda dos juros no futuro, e uma relação dívida/PIB menor e um déficit nominal menor.

Um outro ponto (e aqui já estou terminando) estaria relacionado à concepção. Em qualquer política de investimento no curto prazo, investimento é componente de demanda, não é componente de oferta. Acho que os livros básicos de macroeconomia dizem isso. Quando você coloca gasto do governo, coloca investimento privado, no curto prazo, ele é demanda, não é oferta, porque os investimentos precisam de um tempo para serem maturados e até terem um *spillover* do setor privado.

Então, eu fico preocupado em o governo, já por conta de um artifício de dizer que vamos gastar mais em infra-estrutura, dizer que o País vai crescer 5% no ano que vem, porque nós teremos externalidades do setor privado. Acho que o setor privado não responde tão rapidamente a essas externalidades. Primeiro, ele vai querer acreditar que realmente os investimentos em infra-estrutura foram todos efetivados, saíram do papel, e aí nós teremos um custo para o setor privado mais baixo, ele vai investir; mas isso não é da noite para o dia. Então, acho muito complicado fazer essa conta já para o próximo ano, para o outro ano, etc., porque investimento não é demanda, investimento no longo prazo é condição de oferta. E acho que esse diagnóstico coloca de maneira muito perigosa.

Reforma da previdência: o governo falou no PAC, que vai estabelecer um ajuste do salário mínimo baseado na inflação e com o crescimento da economia dos dois anos anteriores. Ele coloca isso como uma regra de valorização do salário mínimo. Eu não sei se isso é valorização do salário mínimo. Pelo contrário. Se a economia não crescer, o salário mínimo vai ficar parado. Eu acho que o que se fez no salário mínimo nos últimos anos foi até importante: o salário mínimo cresceu muito mais do que a média salarial no resto do País. Então, essa estratégia de correção do salário mínimo é

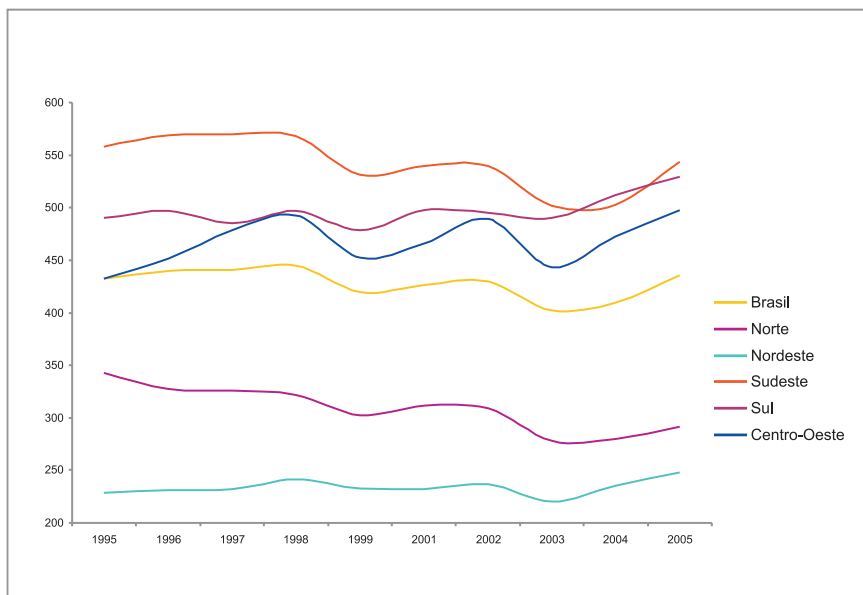
exatamente para frear o aumento dos benefícios na previdência. O governo quer evitar explosão no déficit da previdência congelando ou sincronizando a evolução do salário mínimo através desse mecanismo, que eu acho que é uma indexação desnecessária para a economia brasileira.

Da mesma forma, ele faz isso para os gastos dos servidores públicos federais: coloca que as despesas com pessoal vão ser a inflação mais 1,5%, isso para a categoria como um todo. Isso é extremamente complicado porque, se o governo está colocando essa regra para todos os servidores públicos federais, vai ser uma guerra fratricida entre esses servidores públicos federais, cada um querendo buscar a sua parte do bolo, porque só vai reajustar a inflação mais 0,5%, como despesa geral. Isso também dificulta muito a questão relacionada à valorização do servidor, porque todos os aumentos de folha que sejam referentes a prêmios, benefícios, produtividade dos servidores não vão estar em questão. Isso coloca uma discussão muito grave dentro do serviço público federal.

Por fim, a utilização do FGTS como fonte de financiamento dos recursos em infra-estrutura é uma questão complicada, porque o objetivo dos trabalhadores com o FGTS pode não ser o mesmo objetivo do governo. Então, é como se ele estivesse direcionando que os trabalhadores deveriam usar seu FGTS para determinados investimentos que não sejam de interesse deles. Isso gera também um conflito muito grande entre programa do governo e a missão do FGTS para os trabalhadores.

Temos ainda a questão regional do PAC. Vou apenas colocar aqui uma transparência (Gráfico 49) que está relacionando a evolução da renda familiar *per capita* do Brasil e suas regiões, de 1995 a 2005. A curva amarela é o Brasil e, depois, nós temos Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A última curva, essa mais azul, é o Nordeste; em cima, nós temos o Norte. Claramente, o que se pode depreender dessa figura é que o Brasil é como se comportasse com dois clubes de convergência: o Norte e o Nordeste fazem

parte de determinado equilíbrio de nível de renda *per capita*; e o Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm quase o dobro da média dessas regiões. Então, se você quer resolver com o PAC o problema do desequilíbrio regional, você tem que levar em conta esses elementos, esse fato esterilizado.



**Gráfico 49 – Evolução da Renda Familiar per Capita: Brasil e Regiões (1995-2005)**  
**Fonte:** Elaboração dos Autores a partir dos dados da PNAD/IBGE.

No Gráfico 49, nós percebemos que as curvas de cima acompanham muito mais o movimento da curva amarela, o movimento da economia brasileira, do que as curvas de baixo. Ou seja, o Norte e o Nordeste são menos sensíveis ao que acontece no Brasil, pela estrutura produtiva mais deficiente. Então, isso seria um elemento que nos ajudaria a pensar que há necessidade de se ter políticas federais de cunho de reduzir o desequilíbrio regional muito mais forte nas regiões Norte e Nordeste.

E quando nós examinamos a distribuição dos recursos do PAC, nós percebemos que os investimentos considerados em nível nacional representam 36%. Exclusivamente para a região Sudeste,

26%. Exclusivamente para o Nordeste, 16%. E 22% para outras regiões. Acho que essa disposição de recursos vai agravar essa situação vista no gráfico anterior. Ou seja, nós não vamos acreditar que o PAC vá minorar o problema do desequilíbrio regional. Ele pode até aumentar mais ainda. Essas são minhas observações principais.

**Tabela 13 – Estimativa da Distribuição Regionalizada dos Investimentos em Infra-Estrutura 2007-2010 (em bilhões de reais)**

Nacionais	36%
Exclusivamente no Sudeste	26%
Exclusivamente no Nordeste	16%
Outras Regiões	22%

**Fonte:** PAC/Ministério da Fazenda.

Eu acho que existe toda uma literatura científica hoje consolidada do que o País tem que fazer para crescer no longo prazo. E essa agenda não foi colocada de forma nenhuma no PAC. Acho que já é um consenso muito grande entre os economistas e na evidência empírica internacional, que, para se crescer de forma sustentável no longo prazo, é preciso ter investimentos de infraestrutura, investimentos em educação, principalmente investimentos em tecnologia.

Os países crescem diferentemente porque possuem taxas de inovação tecnológica diferentes. Se você não acompanhar inovações tecnológicas você está fadado a ficar atrás das outras economias. Essa agenda ainda não foi colocada. E como eu comecei a minha fala, os economistas são diferentes já nessa discussão. Aqui eu coloco já a minha diferença: eu acho que para se ter um programa de aceleração de crescimento verdadeiro, sustentável, de longo prazo, é fundamental que o País priorize educação, priorize infraestrutura, priorize ciência e tecnologia. Caso isso não seja feito, nós deveremos ainda ficar para trás dos países em desenvolvimento. Muito obrigado!

## **Paulo Amilton**

Muito obrigado aos debatedores! Peço desculpas à platéia, mas vamos encerrar porque teremos outra sessão ainda hoje. Muito obrigado.





## **DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS DO PROGRAMA BNB DE TESES E DISSERTAÇÕES**

### **Mestre-de-cerimônias**

Senhoras e senhores, teremos agora a divulgação dos projetos selecionados do Programa BNB-Etene – Teses e Dissertações, e logo em seguida a entrega da premiação.

Desde sua fundação, o Banco do Nordeste do Brasil S/A vem apoiando a pesquisa e a difusão do conhecimento científico e tecnológico em cumprimento de sua missão institucional de promover o desenvolvimento da região Nordeste. Agora, o BNB vem dar mais um passo no seu programa de apoio ao desenvolvimento regional: financiar a elaboração de teses e dissertações em economia mediante seleção pública de projetos através do Programa BNB-Etene – Teses e Dissertações. Com essa ação, o BNB garante o acesso democrático por parte dos programas de pós-graduação em economia aos financiamentos a serem concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci).

O objetivo é o apoio à formação e treinamento de pessoal técnico em áreas de interesse do BNB, mediante concessão de auxílio financeiro. Espera-se que os projetos apoiados possibilitem à Região e ao Banco um melhor conhecimento sobre o Nordeste nos assuntos relacionados ao desenvolvimento regional. Os projetos selecionados foram:

“Sustentabilidade da Agricultura Familiar no Estado do Ceará”, de Nagilane Parente Damasceno, do Mestrado em Economia Rural (UFC);

“Potencial Produtivo da Mamona no Estado do Ceará”, de Felipe Alves Reis, do Mestrado em Economia Rural (UFC);

“Análise das Características da Pobreza Rural no Ceará no Período após o Plano Real”, de Kamila Vieira de Mendonça, do Mestrado em Economia Rural (UFC);

“Efeitos do Crescimento Pró-Pobre e do Mercado de Trabalho sobre o Desequilíbrio Regional Brasileiro”, de Carlos Alberto Manso, do CAEN (UFC);

“Impactos de Políticas sobre a Exportação de Lagosta do Ceará para os Estados Unidos”, de Pedro José Rebouças Filho, Mestrado Profissional em Economia (UFC);

“Emprego Formal na Região Nordeste: seus efeitos na inclusão social”, de Thaize Fernandes Oliveira, do Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

“Matriz Energética e Crescimento Econômico: uma abordagem empírica dos preços, demanda e oferta de gás natural para o Nordeste”, de Carla Calixto da Silva, do Curso de Mestrado em Economia – Universidade Federal da Paraíba (UFPB);

“A Estrutura Institucional do Arranjo Produtivo de Confecções de Toritama/PE e seus Reflexos sobre a Cooperação entre os Agentes e o Capital Social”, de Tabira de Souza de Andrade, do Curso de Mestrado em Economia (UFPB);

“Indicadores de Pobreza Educacional para as Unidades Federativas do Brasil para o Período 1981-2005: abordagem do valor de Shapley para decomposição”, de Fernanda Mendes Bezerra, do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE);

“Uma Reflexão sobre os Possíveis Impactos do Crescimento da Demanda do Biodiesel na Oferta e Preços da Soja no Brasil”, de Christine Cavalcanti Nascimento, do Programa de Pós-graduação em Economia/Mestrado Profissional (UFPE);

“Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: evolução recente dos mecanismos nacionais”, de Ana Carolina da Cruz Lima, do Programa de Pós-graduação em Economia/Mestrado Acadêmico (UFPE);

“Ativo Ambiental e Preço de Imóvel na Cidade de Recife: um estudo exploratório a partir da utilização do método dos preços hedônicos”, de Érica Emerenciano Albuquerque, do Programa de Pós-graduação em Economia/Mestrado Acadêmico (UFPE);

“Amenidades Locais *versus* Oportunidades Econômicas: uma estimação da propensão marginal a pagar pelas amenidades locais para as regiões metropolitanas do Brasil”, de Roberta de Moraes Rocha, do Programa de Pós-graduação em Economia – Doutorado (UFPE);

“Arranjos Produtivos Locais: o caso da fruticultura irrigada nos municípios de Russas e Limoeiro do Norte, Estado do Ceará”, de Kilmer Coelho Campos, do Programa de Pós-graduação em Economia Rural – Doutorado (Universidade Federal de Viçosa – UFV);

“A Universalização do Acesso aos Direitos Sociais por Meio de Programas de Transferência de Renda com Condiionalidades: avaliação do Programa Bolsa Família no Município de São João da Ponte-MG”, de Gisele de Cássia Gusmão, do Programa de Pós-graduação em Economia (UFV);

“Desemprego e Pobreza: o jovem da Região Metropolitana de Recife no mercado de trabalho”, de Loyd Dias da Silva, do Programa de Pós-graduação em Economia (Universidade Federal de Uberlândia – UFU);

“Um Estudo sobre a Evolução e Decomposição dos Indicadores de Pobreza e Distribuição de Renda na Região Nordeste do Brasil”, de Ana Márcia Rodrigues da Silva, do Programa de Pós-graduação em Economia (UFU);

“Gestão da Política de Saúde no Município de Teixeira de Freitas-BA: um estudo de caso”, de Margarete Inês Portela de Paula, do Mestrado Profissional em Economia de Empresas (FEAD-MG);

A relação das dissertações e teses selecionadas está no *site* do BNB.



## **ENTREGA DO PRÊMIO BNB DE ECONOMIA REGIONAL E DO PRÊMIO BNB DE TALENTOS UNIVERSITÁRIOS**

### **Mestre-de-cerimônias**

Senhoras e senhores, passaremos agora à entrega do VI Prêmio BNB de Talentos Universitários.

Em terceiro lugar, da Universidade Federal de Pernambuco, “*Clusters* Potenciais de Turismo na Região Nordeste – Identificação, Características e Dimensão Econômica”. Convido para fazer a entrega do prêmio à autora, Poema Isis Andrade de Sousa, o coordenador do Pimes, da Universidade Federal de Pernambuco, Raul da Mota Silveira Neto.

O segundo lugar vem da Universidade Federal da Paraíba: “Cenário Atual e Avaliação Futura da Sustentabilidade Hídrica do Estado da Paraíba – Um Enfoque Econômico”, de autoria de Mayra Bezerra Rodrigues. Para fazer a entrega do prêmio, convido o professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Ignácio Tavares de Araújo Júnior.

Em primeiro lugar, com o título “Região Nordeste do Brasil, uma Análise do Comércio Exterior sob a Ótica das Empresas, dos Setores e dos Mercados no Período Recente”, o trabalho de autoria de Graziela Daniela de Sousa Barros, da Universidade Federal do Ceará. Para a entrega do prêmio, convido o chefe da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa Filho.

Passamos agora à entrega do XI Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Universitária. O orientador do terceiro lugar é o professor Sinézio Fernandes Maia. O título: “Estudo da Dinâmica do Balanço de Pagamentos no Brasil usando Modelos de Séries Temporais – 1995 a 2004”. A Instituição: Universidade Federal da Paraíba. O autor: Hélio de Souza Ramos Filho. Para a entrega do

prêmio, convido o professor do CAEN, da Universidade Federal do Ceará, Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto.

O segundo lugar teve como orientador o professor Raul da Mota Silveira Neto. O título do trabalho: “Crescimento Pró-pobre nos Municípios Nordestinos – Evidências para o Período de 1991 a 2000”. A instituição: Universidade Federal de Pernambuco. Autora: Michela Barreto Camboim Gonçalves. Para entrega do prêmio, convido o coordenador do CAEN, da Universidade Federal do Ceará, José Raimundo de Carvalho.

O primeiro lugar teve como orientador o professor Rodrigo Ferreira Simões. O título do trabalho apresentado: “Atributos Urbanos e Diferenciais Regionais de Salário no Brasil – 1991-2000”. Instituição: Cedeplar da Universidade Federal de Minas Gerais. O autor: Gustavo Geaquinto Fontes. Para a entrega do prêmio, convido o representante da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), Paulo Amilton Maia Filho.

Passamos agora à entrega do XI Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Profissional. Em terceiro lugar, com o título “O Financiamento às Atividades Inovativas na Região Nordeste – Uma Análise Descritiva a Partir de Dados da Pintec”. Autores: Karina Pereira Vieira e Eduardo da Mota e Albuquerque, do Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais. Para a entrega do prêmio, convido o coordenador do mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia, Paulo Balanco.

Em segundo lugar, título: “Capital Humano e Retorno à Migração – o Caso da Migração Rural-Urbana no Nordeste do Brasil”. Autores: Hilton Martins de Brito Ramalho, da Universidade Federal da Paraíba, e Raul da Mota Silveira Neto, Pimes, Universidade Federal de Pernambuco. Para entrega do prêmio, convido a Sra. Laura Ramos, do Etene.

Agora, a entrega ao primeiro lugar do XI Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Profissional. O trabalho vencedor traz como título: “Empregabilidade do Cortador de Cana-de-açúcar da Zona da Mata Pernambucana no Período da Entressafra”. Autores: Isabel Raposo, Luiz Henrique Romani de Campos e André Maia, da Fundação Joaquim Nabuco. Para entrega do prêmio, convido o superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), José Sydrião de Alencar Júnior.

Peço ao Sr. Superintendente do Etene que permaneça no palco, para nossa solenidade de encerramento, e convido o Sr. Paulo Amilton, da Anpec, para também tomar assento à mesa.





## **ENCERRAMENTO**

### **Mestre-de-cerimônias**

Com a palavra, o senhor representante da Anpec, professor Paulo Amilton Maia Leite Filho.

### **Paulo Amilton**

Estamos agora encerrando o XII Encontro da Anpec Regional, junto com o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento. Gostaria de aproveitar este momento para fazer alguns agradecimentos. Quem olha o Encontro acha que são só esses momentos aqui. Existem momentos de preparação e eu tenho que agradecer. O primeiro agradecimento, dada a conjuntura atual, é para o profissionalismo dos debatedores e dos palestrantes do evento. Eu tenho caso aqui de uma pessoa que chegou ao aeroporto de Congonhas 45 minutos antes do desastre, e veio do Rio Grande do Sul. E vinha no vôo que teve problema. Ele viu toda a cena, viu as coisas que aconteceram depois da cena, mas mesmo assim veio. Ou seja, provou profissionalismo.

Teve outro que passou 12 horas no aeroporto. Também veio do Rio Grande do Sul, chegou aqui com os olhos vermelhos. Diante desse sofrimento, o meu foi quase nada, que passei só três horas no aeroporto. Eu gostaria de agradecer o profissionalismo dessas pessoas.

Gostaria de agradecer ao Banco do Nordeste, na pessoa do Sr. José Sydrião, pelo apoio que deu à organização. O Encontro começou há 12 anos, mas nós da Anpec percebemos que a atual gestão dá um apoio essencial muito mais forte do que era anteriormente. Agradeço ao professor José Sydrião.

Quero agradecer também à Laura e ao Biágio, do Etene, e aos coordenadores dos cursos de pós-graduação em economia e aos membros da comissão examinadora, que, só da área de

regional, analisaram 85 trabalhos. Quem se dispõe a ler tanto trabalho também tem que ser respeitado.

No final, eu agradeceria o apoio da Anpec Nacional, na pessoa da professora Fabiana Rocha, que confiou na minha pessoa e me deu todo apoio. Muito obrigado a todos, e no ano que vem estamos aqui novamente.

## **Mestre-de-cerimônias**

Com a palavra o Sr. Superintendente do Etene, José Sydrião de Alencar Júnior.

### **Sydrião Alencar**

Boa tarde a todos e a todas! Eu queria também cumprimentar o Paulo Amilton, que está ocupando esta mesa de encerramento. Queria destacar este evento como um evento que já faz parte do calendário do Banco, um evento importante porque é uma das ações de desenvolvimento do Banco. As ações de desenvolvimento do Banco não se resumem apenas a crédito, mas à questão do conhecimento, à discussão do conhecimento; o conhecimento como insumo fundamental no processo de desenvolvimento. Esse processo de discussão que observamos nesses dois dias é um processo importante porque temos interação entre a academia, principalmente a academia regional, e o Banco. É uma questão fundamental. E dizer da continuidade desse processo, desta parceria da Anpec, e a tendência é continuar cada vez mais forte. Este ano nós tivemos o anúncio das bolsas para dissertação e teses, mestrado e doutorado, e a importância desse processo é porque, por exemplo, agora uma proposta que o Banco tem é exatamente fazer com que cada vez mais a academia regional pense a Região. Acho que isso é um compromisso que todos nós temos, tanto do Banco, como também da academia regional.

Eu queria também agradecer, além da Anpec, o Paulo, que é um parceiro e tanto, e outros professores que compõem a

direção dos cursos de mestrado e doutorado aqui do Nordeste. E destacar também, tanto no Eteno (já foram citados a Laura e o Biágio), quanto no Gabinete da Presidência, os vários profissionais que tiveram envolvimento direto em relação ao evento, em toda essa estrutura. Nós temos que lembrar esses profissionais.

Queria destacar também o apoio do presidente Roberto Smith todos esses anos, porque o presidente Roberto Smith é egresso da academia. E essa importância, esse sentimento, essa consideração que ele tem em relação a esse encontro é exatamente muito em função dessa relação que ele teve durante toda sua vida profissional com a academia, e que ainda tem.

Eu queria também destacar a qualidade do debate e a qualidade dos expositores. Acho que o Banco tem também essa função; é uma função importante, de discutir a Região e discutir perspectivas. Essa última mesa mostrou bem claro. Acho que teve um consenso dos dois debatedores em relação ao fato de que nós mudamos; acho que é uma questão importante que esse governo colocou, que mudou o foco do debate. Hoje não temos mais debates em termos conjunturais, de inflação, questões de ordem conjuntural, de ataque especulativo; essas questões ficam ao largo. Nós temos hoje um debate mais importante, que é debater que tipo de crescimento vamos ter. Acho que essa é uma notícia muito boa em relação a esse tipo de debate, principalmente para o Nordeste, porque nós temos uma necessidade muito forte de ter propostas desse tipo do Governo Federal.

Queria também desejar sucesso a todos os estudantes. Acho que uma coisa também muito prazerosa é observar os estudantes recebendo prêmios, e as bolsas trabalham nessa direção: fazer com que as pessoas, os estudantes, os jovens comecem a pensar o Nordeste. Acho que essa é questão de fundamental importância, e o Banco, tanto na atual administração quanto nas administrações futuras, terá que pensar exatamente nessa direção.

Queria agradecer a todos e, em nome do Banco do Nordeste, do presidente Roberto Smith, desejar que no próximo ano, se Deus quiser, nós estejamos de volta, e você também, Paulo, para conduzir mais um encontro, tanto o Encontro Regional como o Fórum do BNB de Desenvolvimento.

### **Mestre-de-cerimônias**

Em nome do BNB e da Anpec, ratifico os agradecimentos pela honrosa presença de todos. Boa noite!